

AFFONSO D'E. TAUNAY

GRANDES VULTOS
DA
INDEPENDENCIA
BRASILEIRA

PUBLICAÇÃO COMMEMORATIVA
DO PRIMEIRO CENTENARIO
DA INDEPENDENCIA
NACIONAL.

S. PAULO

1922



EDITORA - PROPRIETARIA
COMPANHIA MELHORAMENTOS DE S. PAULO
(WEISZFLOG IRMAOS INCORPORADO)
CAYEIRAS-SÃO PAULO-RIO.

1822 - 1922

AFFONSO DE. TAUNAY
GRANDES VULTOS
DA INDEPENDENCIA BRASILEIRA

PUBLICAÇÃO COMMEMORATIVA
DO PRIMEIRO CENTENARIO DA
INDEPENDENCIA NACIONAL



1922

COMPANHIA MELHORAMENTOS DE S. PAULO
(WEISZFLOG IRMÃOS INCORPORADO)
SÃO PAULO - CAZEIRAS - RIO

DUAS PALAVRAS

No decorrer dos seus não longos annos de existencia cada vez mais se tem affirmado esse espirito tão pronunciado de nacionalismo que a Companhia Melhoramentos de São Paulo, a antiga firma Weiszflog Irmãos, imprimiu, desde os primeiros dias, ao seu programma.

Foi esta ordem de ideias que a levou a incrementar de modo tão notavel o movimento editorial brasileiro, quer imprimindo numerosas obras litterarias e scientificas ineditas, quer resuscitando livros nacionaes preciosos, desde muito fóra do mercado, quer concorrendo com valiosissimo contingente de livros e material escolar para aperfeiçoar o aparelhamento didactico do Estado de São Paulo e do paiz.

Assim entendeu que a coherencia devia leval-a a commemorar o nosso grande centenario com uma publicação especial sobre a emancipação politica do Brasil, além da magnifica obra, com que, tão elevadamente, concorre para as lettras historicas nacionaes, da lavra do eminente Oliveira Lima, e tendo por assumpto, exactamente o periodo cujas ephemerides centenarias agora se reproduzem. Versaria este livro sobre os grandes proceres do movimento a que deveu o Brasil a sua entrada para o rol das nações.

D'ahi a ideia da organização do presente volume de que tive a honra de ser incumbido.

Aproveitando o ensejo da inauguração, no Museu Paulista, de uma galeria de vinte e nove retratos de personagens da Independencia, devidos á bella arte dos Snrs. Professores Oscar Pereira da Silva e D. Failutti, imaginei fazer reproduzir a cores estes quadros como illustração ás biographias que resolvera escrever attendendo á honrosa incumbencia dos grandes e patrioticos editores de S. Paulo.

E' suppositicio, porém, o retrato de J. G. Ledo.

Como seria aqui muito longo expor o que me leva a tal affirmar, peço aos leitores, acaso interessados pelo caso, recorram ás extensas explicações

que delle dei no *Brasil Illustrado*, em junho de 1921, reproduzindo artigos escriptos no *Correio Paulistano*.

Não é de todo o meu ponto de vista biographar todos os vultos da Independencia brasileira, senão os principaes e assim mesmo apenas os que se acham em maior evidencia.

Viã o presente ensaio fins vulgarisadores, e sobretudo prestar uma homenagem aos magnos patriotas de 1822. Poucas notas ineditas o assignalam. Recorri ás melhores biographias já traçadas para haurir os dados com que apresento os meus escorços.

A urgencia imposta pelo tempo impediu-me de avolumar o livro com os apanhados sobre numerosas personalidades que sobresahiram no scenario da Independencia. Algumas figuras até, de primeira grandeza que, quer sob o primeiro imperio, quer sob o segundo, se tornaram brasileiros dos mais illustres.

A esta categoria de benemeritos do paiz deve annexar-se larga serie de brasileiros adoptivos, pertencendo a numerosas nacionalidades, que á sua nova patria serviram com todas as veras do coração, na guerra e na paz. Relembrando-se-lhes os nomes, como no fim do volume se faz, ficou pelo menos prestada á sua memoria a oblação de reconhecimento, a mais justa e a mais merecida, que tanto e tanto lhes é devida.

São Paulo, março de 1922.

AFFONSO D'E. TAUNAY.



D PEDRO I

D. PEDRO I, IMPERADOR DO BRASIL
E REI DE PORTUGAL
1798 - 1834



erceiro filho do Príncipe Regente D. João, mais tarde D. João VI, e da Princesa Real D. Carlota Joaquina de Bourbon, filha de Carlos III e irmã de Carlos IV da Hespanha, nasceu o primeiro imperador do Brasil, no real paço de Queluz, em Lisboa, a 12 de outubro de 1798.

Fallecendo seu irmão Antonio em 1801, e sendo o primogenito da familia real uma infanta, passou D. Pedro a ser o herdeiro da corôa portugueza, com o titulo de Príncipe da Beira.

Teve como preceptor, desde os primeiros annos, um lente da Universidade de Coimbra e seu Vice Reitor, o Dr. José Monteiro da Rocha, homem douto. Em 1807 foi o pequeno príncipe nomeado Condestavel do Brasil, havendo seu pae, receioso dos projectos napoleonicos, chegado a pensar em manda-lo, só, para o Brasil, afim de o subtrahir a alguma violencia franceza por vezes imminente. Foi sua pessoa alvo, frequentemente, de combinações diplomaticas quando, assustado ante a attitude de Napoleão, pretendeu D. João desarma-lo imaginando tomar como nora uma das sobrinhas do Corso, então no apogeu do poder.

A retirada para o Brasil da familia real, a 28 de novembro de 1807, salvou-a de tal humilhação.

Teve D. Pedro I educação descurada devido á desunião dos paes e á época tormentosa de sua adolescencia. Aliás era a Côrte portugueza geralmente pouco illustrada. Assim dirigido algum tempo pelo erudito João Rademacker, aprendeu linguas, pois falava bem o francez e comprehendia o inglez e o italiano, teve rudimentos de historia natural e chegou a traduzir soffrivelmente o latim.

«Dotado de talento natural, diz Varnhagen, era pouco

instruído, volúvel e um tanto vaidoso, mas bastante franco, generoso, liberal e activo.»

Intelligencia possuía-a inquestionavelmente notável, além de elevados dotes artisticos naturaes que não desenvolveu. Apaixonado melomano, era um musicista de valor, herdando dotes communs entre os príncipes de Bragança. Sabia escrever bem musica e compunha peças sacras e profanas; é geralmente sabido que a nossa *Brava gente brasileira!* e o hymno da Carta, portuguez, são de sua lavra.

Tinha real merito como violinista amator e dispunha de rara habilidade para tocar quasi todos os instrumentos. Pintava e esculpia sobre madeira de modo digno de apreço. Escrevia com muita facilidade e imaginação e poetava mesmo, embora mediocrementemente. Faltava-lhe, sobretudo, a cultura geral. Homem de vida activa, amigo das cavalgatas e caçadas, gozava da reputação de exímio conhecedor da equitação e da arte de bolear. Incansavel cavalleiro e caçador, são bem conhecidas as suas proesas equestres e cynegeticas. Em cinco dias foi de S. Paulo ao Rio de Janeiro! vencendo quinhentos kilometros de pessimos caminhos. Chegou de uma feita a fazer uma jornada de 23 leguas! Tinha tambem paixão pelos exercicios militares e chegou a ser um manobrista que causava espanto aos mais exigentes conhecedores do assumpto.

«Um tanto creado á lei da natureza, pouco illustrado, abandonado a si mesmo, pela falta de prudente tutela paterna, faz D. Pedro I lembrar essas plantas silvestres que nascem sem cultura, que vivem resguardadas e que morrem crestadas pelo sol violento ou pelas geadas intensas», d'elle disse Alberto Pimentel.

A 6 de novembro de 1817, ainda não tinha dezenove annos, desposou no Rio de Janeiro a Archiduezza d'Austria, Maria Leopoldina, filha do Imperador Francisco I e irmã

de Maria Luiza, imperatriz dos francezes, senhora dos mais elevados dotes de espirito e coração e possuidora de notavel cultura.

«A muita instrucção e virtude da Princeza, foram-lhe de proveito», no dizer de Varnhagen.

Os acontecimentos determinados pela revolução constitucional do Porto, em fins de 1820, trouxeram ao joven principe o ensejo de vir a figurar na primeira plana politica do reino.

Foi quem, em nome do Pae, jurou a constituição portugueza, ante os brados da opinião publica fluminense e é-lhe attribuido o golpe de força mandando dissolver, pela violencia, os eleitores reunidos na Praça do Commercio do Rio de Janeiro, facto que motivou os successos sanguinolentos de 21 de abril de 1821. Voltando D. João VI á Europa, deixou-o como Regente no Brasil, e, ao lhe dizer adeus, dirigiu-lhe a famosa recommendação: «se o Brasil se separar, lança mão da coroa antes que algum aventureiro o faça». Foram-lhe os primeiros mezes de regencia difficilimos, vendo-se sem recursos financeiros e com a autoridade a cada passo menoscabada alem de reduzida a um raio de acção que apenas comprehendia as provincias do sul. E assim mesmo, na propria capital, era vigiado pelo partido portuguez escudado no exercito de Jorge de Avilez. Já a 5 de junho de 1821 um pronunciamento deste obrigava-o a demittir o ministro Conde dos Arcos e a aceitar a criação de uma junta de nove membros, sem o voto da qual não poderia promulgar medida alguma. As Côrtes de Lisboa irrogando-se o direito de governar a monarchia, a cada passo o offendiam cerceando-lhe cada vez mais a autoridade. Desprestigiado, desgostoso, vendo-se cada vez mais sem recursos, parecia que o governo do Principe sossobraria.

Houvera-se comtudo com notavel firmeza e habilidade,

sem se comprometter demais com os partidarios da secessão brasileira, e ao mesmo tempo fazendo frente á tyrannia parlamentar recolonizadora do Brasil. A reacção nacional cada vez mais conseguia attrahi-lo a si, porém; e quando no Brasil se soube que as Côrtes queriam obriga-lo a abandonar o poder e a retirar-se para a Europa, desenhou-se logo o grande movimento encabeçado no Rio de Janeiro por Sampaio, Ledo, José Clemente Pereira, Rocha, Nobrega e em S. Paulo pelos Andradas. D'ahi nasceu o *Fico*, primeira grande demonstração de rebeldia do Principe, em prol da autonomia brasileira. Suffocada a reacção lusitana de Jorge de Avilez, a 12 de janeiro de 1822, com extraordinaria decisão e firmeza, consolidou-se a autoridade de D. Pedro, agora livre da ameaça perenne daquella tropa numerosa, de promptidão constante, e hostil, em face de seu palacio. A 16 de janeiro organisava o primeiro gabinete nacional, presidido por José Bonifacio, e dahi em diante, inspirado pelo glorioso santista, cada vez mais affirmou o pendor pela causa brasileira.

Assim os factos succedem aos factos, rapidamente. Visita o Principe a provincia de Minas, de cuja attitudo desconfia, aceita o titulo de Defensor Perpetuo do Brasil, obtem a adhesão de novas zonas do paiz á sua autoridade, como Pernambuco, entende-se com os patriotas da Bahia e incita-os á revolta e afinal, ante o ultimatum das Côrtes para que entregue o poder e recolha-se ao Reino, reage com o brado de 7 de setembro, ás margens do Ypiranga, que affirmou á face do mundo a existencia da nação brasileira.

A 12 de outubro, proclamado no Rio de Janeiro imperador do Brasil, era, a 1.º de dezembro immediato, solenemente coroado. A 2 de julho de 1823 ficava o Brasil liberto para sempre do jugo portuguez, com o triumpho da revolução bahiana sobre Madeira.

Já entre os proceres da independencia haviam surgido

terríveis luctas ; triumphantes, tinham os Andradas exilado os seus rivaes : Ledo e seus principaes sectarios. No anno seguinte eram elles que cahiam.

Inaugurados os trabalhos da assembléa constituinte, a 3 de maio, começara D. Pedro I a tomar-lhes conta rigorosa dos actos, e como a attitude dos ministros lhe parecesse dubia, demittiu-os.

Passaram elles a lhe fazer tremenda opposição. D'ahi o golpe de estado de 11 de novembro de 1823, dissolvendo o parlamento, e a consequente deportação dos tres Andradas e seus principaes amigos, a que se seguiu a nomeação de um Conselho de Estado encarregado de elaborar a nova constituição do paiz.

Já nesta época perdera o joven imperador muito da popularidade, não só devido ao golpe de estado, como ás accusações que lhe faziam os brasileiros de pender demais para os portuguezes. E a isto vinha aggravar o seu desregramento, pois tinha uma favorita a quem fizera Viscondessa e logo depois Marquessa de Santos.

Accusavam-no de se deixar por ella governar, passando a maltratar a infeliz esposa.

Rapidamente discutiu o Conselho de Estado as bases do novo estatuto fundamental brasileiro.

No dia 11 de dezembro deu por findo o projecto da Constituição que no dia 20 estava impresso. «Limitou-se, diz Varnhagen, a dar melhor classificação ás doutrinas consignadas no que fôra offerecido á Assembléa Constituinte, a ser mais generoso a respeito da liberdade de cultos e a introduzir, como primeira experiencia ensaiada na pratica, o poder moderador, lembrado pelo insigne e liberal publicista Benjamin Constant».

Foi seu principal organisador Carneiro de Campos, recebendo de Villela Barbosa alguns retoques da redacção e

modificação da ordem de exposição das doutrinas. Nem se esqueça também a sabia interferencia de Maricá na confecção desta lei básica. Para o estabelecimento deste estatuto fundamental deixou o joven soberano, apesar de voluntarioso como sabia ser, a maxima autonomia aos seus conselheiros, circumstancia que sobremodo lhe abona o espirito elevado. Pretende Armitage que a Constituição brasileira foi obra, por assim dizer, exclusiva de Maricá e Caravellas.

A revolução pernambucana de 1824 foi uma demonstração do espirito reaccionario brasileiro, ante as tendencias absolutistas do soberano. Venceu-a facilmente o Imperador e castigou-a com severidade notavel, quando a clemencia talvez o reconciliasse com os subditos.

A 25 de março de 1824 outhorgou a nova constituição do Imperio, aceita com enthusiasmo por todo o paiz. Em 1826 convocou-se a primeira assembléa legislativa do Imperio e desde logo se encetou pertinaz lucta entre o monarcha e o parlamento. Governava este como soberano absoluto e era por demais voluntarioso para se submeter ás imposições que lhe pareciam uma diminuição da dignidade imperial. Homem de sympathias e antipathias fundas, não ligava a menor importancia aos dictames da opinião publica para a organização dos ministerios. Rodeava-se de aulicos e amigos, e a constituição do senado desagradou fundamente á opinião por ve-lo escolher, para a Camara alta, varios individuos sem merecimento, alguns dos quaes impostos pela Marqueza de Santos.

D'ahi em diante, cada vez mais voluntarioso, poz-se a modificar e a demittir os ministerios a seu bel prazer.

Surgiram as complicações ao Sul, a tentativa da independencia da Provincia Cisplatina e a politica imperial foi de fraqueza e indecisão, desde os primeiros dias. Em 1826 morreu D. João VI. Pouco antes reconheceu a independen-

cia brasileira e este tratado fora recebido no Brasil com verdadeira explosão do sentimento nacional magoado.

A indemnisação de dous milhões esterlinos a titulo de cessão de material de guerra e outras clausulas fizeram com que o partido portuguez insultasse os brasileiros, dizendo-lhes que haviam comprado a sua carta de alforria. Questiunculas dessas e outras puerilidades exacerbaram sobremodo a impopularidade do imperador.

Acclamado rei de Portugal, com o nome de Pedro IV, acariciou D. Pedro a ideia de cingir a dupla corôa. Chegou a consultar o Conselho de Estado a tal respeito, mas teve de recuar ante a formal recusa de assentimento deste. Foi então que abdicou na filha mais velha, D. Maria da Gloria, passando a regencia a sua irmã, a infanta D. Maria Thereza, pois a futura D. Maria II só tinha então 7 annos de idade, e promulgou a *Carta Constitucional* portugueza a 29 de abril de 1826, «monumento da fina intelligencia e dos nobres sentimentos do principe illustrado que a outhorgou sem esperar que lha arrancassem», na phrase de Pinheiro Chagas.

Pouco depois contractava o casamento da joven rainha com seu tio D. Miguel, que jurou a carta e assumiu a regencia de Portugal, a 26 de fevereiro de 1828.

No Brasil peiorara immenso a ordem de cousas; a morte da boa Imperatriz Leopoldina, e as scenas deprimentes passadas em torno de seu leito de agonia, na ausencia do marido que fôra ao Rio Grande do Sul assumir o commando das forças em lucta com os argentinos e uruguayos, trouxeram ao monarcha um acrescimo immenso de antipathias.

Logo depois se aggravava muito a situação, graças aos fracassos militares do Sul e a concessão da independencia á Cisplatina. A humilhação do governo brasileiro, ante os insultos da esquadra franceza do Almirante Roussin, e os continuos desrespeitos dos cruzeiros inglezes perseguido-

res do trafico africano, contribuíram, e não pouco, para agravar tão tensa situação. Nas camaras redobravam de audacia os liberaes e, afinal, as cousas chegaram a tal ponto que o Imperador não teve remedio senão despedir a favorita para São Paulo e procurar num segundo matrimonio um restabelecimento de sympathias.

Não lhe foi facil achar esta segunda mulher. Afinal, a 16 de outubro de 1829, desposava a formosissima princeza bavara Amelia de Beauharnais, filha do Principe Eugenio, enteado de Napoleão I e Vice Rei da Italia.

Era flagrante, comtudo, que D. Pedro se desinteressava cada vez mais das cousas do Brasil, desde que soubera do golpe de estado, graças ao qual fôra seu irmão D. Miguel proclamado rei absoluto, fazendo pesar, dentro em pouco, sobre Portugal, um regimen de terror, continuamente assinalado por numerosissimas execuções capitaes, confisco de bens, deportações, etc.

Reinara sempre entre os dous irmãos a mais funda aversão, e agora, vendo-o usurpar o throno da filha, ardia D. Pedro I na ancia de tirar o desforço completo de um acto que o exasperava. Mais intransigente tornou-se com a opposição liberal brasileira que, na segunda legislatura em 1830, mais avultada e mais audaz viera. Foi 1830 um anno de continuas luctas e picardias entre a Camara e o Imperador, mas D. Pedro I não se dobrou. Em principios de 1831 fez uma viagem a Minas para conciliar as sympathias da provincia e por toda a parte notou quanto estava impopular.

Voltando ao Rio deu azo o seu regresso aos sangrentos motins das *garrafadas* entre brasileiros e portuguezes.

Declarara sempre que tudo «faria para o povo, mas nada pelo povo!» A 5 de abril como que provocou a crise final demittindo o gabinete liberal e formando outro

de aulicos, dirigido pelo Marquez de Paranaguá.

Reagiram o povo e a tropa e D. Pedro I nenhuma resistencia oppoz ao pronunciamento. A 7 de abril abdicava da coroa em favor do filho, o pequenino D. Pedro II, nomeava tutor dos filhos a José Bonifacio e partia com a Imperatriz e D. Maria II para a Europa, a bordo da fragata ingleza *Volage*. Depoimentos diversos nos contam que deixou o Brasil sob a impressão de real desafogo e alegria. É que vivia obsecado pela ideia de se vingar do irmão.

O unico ponto do territorio portuguez, que não reconhecera o governo absoluto de D. Miguel, era a Ilha Terceira, onde o Conde de Villa Flor, com prodigiosa tenacidade, governava em nome de D. Maria II e do constitucionalismo.

Deixando a familia em Pariz, não tardou D. Pedro I em organizar uma pequena expedição que, partida da Bretanha, se dirigiu aos Açores. Já nesta época conseguira Villa Flor, graças a um prodigio de energia, dominar o Archipelago. A 3 de março de 1832, assumia o ex-imperador a regencia de Portugal, em nome da filha. A 8 de julho seguinte, á testa de 7.500 homens commandados por Villa Flor e embarcados na esquadra de Sartorius fazia o famoso desembarque na praia do Mindello. No dia seguinte occupava o Porto que o acolhia com enthusiasmo.

Mas eram-lhe os recursos escassissimos e o miguelismo tinha-os poderosos. Não tardou D. Pedro a se ver sitiado. Fortificara ás pressas a cidade e nella soffreu a inclemencia de longo cerco, em que demonstrou a mais extraordinaria bravura e real capacidade militar.

Em quanto, com o illustre Saldanha, bravamente defendia o Porto do cerco de Bourmont, fazia partir em junho de 1833 para o Sul, na esquadra do commando do habil almirante inglez, Sir Charles Napier, um corpo de exercito ás ordens de Villa Flor, já então Duque da Terceira. Desem-

barcou este a 24, perto de Tavira no Algarve e marchou logo sobre Lisboa mal guarnecida. Achava-se, então, D. Miguel no acampamento absolutista do Norte. Bateu Terceira a Telles Jordão, na Piedade, e a 24 de Julho apossava-se de Lisboa, enquanto, a 5 de julho, Napier esmagava no cabo de S. Vicente a esquadra miguelista, occupava Lagos e Setubal. Voltou-se Bourmont sobre Lisboa, mas nada conseguiu. A 22 de setembro de 1833 podia D. Pedro I fazer entrar em Lisboa a filha, no meio do prodigioso enthusiasmo dos lisboetas.

A 10 de outubro, depois de terriveis investidas, resignavam-se os miguelistas á perda de Lisboa. Saldanha e Sá da Bandeira batiam-nos em numerosos encontros. Napier dominava todo o littoral e afinal, a 16 de maio de 1834, dava Terceira o golpe de morte á causa do absolutismo ganhando a batalha da Asseceira a que se seguiu a convenção de Evora Monte.

A 1.º de junho de 1834 partia D. Miguel para o exilio. A noticia de que gozaria de avultada pensão exasperou os liberaes. Viu-se D. Pedro I insultado e apedrejado nas ruas de Lisboa, soffrendo certa vez no theatro S. Carlos terriveis apupos.

Já nesta época sentia-se morrer. A 15 de agosto de 1834, abrindo-se as Côrtes, foi-lhe por estas confirmada a regencia. Mas, logo depois, declarava ao parlamento que julgava achar-se nos ultimos dias de vida, pedindo que se decretasse a maioria de D. Maria II. A 24 de setembro de 1834 fallecia em Queluz no mesmo quarto em que nascera. Nos ultimos instantes fizera chamar um soldado de seu batalhão predilecto, o 5.º de caçadores, a quem abraçou, pedindo que em seu nome se despedisse de todos os seus camaradas.

A respeito do nosso primeiro Imperador escreveu Pi-

nheiro Chagas os exactos e brilhantes conceitos que aqui se transcrevem: «Falleceu o Rei Soldado aos 36 annos incompletos, mas os ultimos 14 annos de sua vida tinham sido mais cheios do que muitas longas vidas. Tanto no Brasil como em Portugal gozara da mais intensa popularidade, perdera-a em Portugal e perdera-a no Brasil.

Fôra objecto das mais elevadas provas de amor e das mais insultuosas manifestações. Recebera com a mesma serena e desdenhosa indiferença as ovações e os insultos; só, talvez, o ferira profundamente o insulto que lhe tinham feito em S. Carlos.

Depois da sua morte prestaram todos homenagem aos seus serviços, ao seu talento, á sua bravura, á sua dedicação e á sua coragem. O Brasil devera-lhe a independencia, devera-lhe Portugal a liberdade. Póde dizer-se que fôra forçado a abandonar a coroa do Brasil; bastara, porém, para a conservar, um pouco de transigencia. Teve abnegação incontestavel, teve uma grande energia, uma grande comprehensão do meio em que vivia, mas foi arrebatado e violento, porque são esses sempre os defeitos em que descae a exuberancia da energia. Depois de elle sahir do Brasil, um partido forte denominado partido restaurador, ou partido caramurú, invocou o seu nome como estandarte de reacção contra o caminho que seguiam as cousas (no Brasil); mas, apenas se recebeu a noticia de sua morte, o luto foi tão geral no Brasil como em Portugal».

É que realmente, mau grado os serios defeitos do fundador do imperio brasileiro, ninguem lhe póde negar notáveis qualidades: talento, bravura, generosidade, dedicação, lealdade, energia, capacidade de trabalho, uma serie de altos predicados, emfim, que delle faziam um homem absolutamente fóra do commum.



JOSÉ BONIFÁCIO

JOSÉ BONIFACIO DE ANDRADA E SILVA
1763 - 1838



ascido em Santos a 13 de junho de 1763, filho legitimo do Coronel Bonifacio José de Andrada e de D. Maria Barbara da Silva, encetou José Bonifacio de Andrada e Silva os estudos na villa natal. Em 1777 passou a faze-los em S. Paulo. Já tinha, então, extraordinaria bagagem humanistica, que a todos pasmava, muito versado no latim, sobretudo. Na capital paulista seguiu cursos de philosophia e rhetorica. Facto, então, raro entre portuguezes, com afincos se applicava ao estudo de linguas vivas, aprendendo-as com singular facilidade. Maravilhado com a intelligencia do menino santista, suggeriu-lhe o Bispo de S. Paulo D. Frei Manuel da Resurreição, e á familia, a ideia de abraçar o estado ecclesiastico, instando, e muito, a que obtemperasse aos seus desejos. Mas, nem José Bonifacio para tanto sentia vocação nem seus paes, cujo primogenito se destinava ao sacerdocio, desejavam ve-lo padre. Em 1780 deixou José Bonifacio S. Paulo, passando a estudar algum tempo no Rio de Janeiro, de onde partiu para a Europa com destino á Universidade de Coimbra. Ahi, em 1786, se bacharelou em philosophia e direito, angariando entre collegas e mestres a reputação de ser a primeira figura do corpo academico do seu tempo.

Apaixonado pelas sciencias naturaes, interessaram-no ao mesmo tempo, e muito, as diversas litteraturas; e tal a sua capacidade de trabalho, e ancia de aprender, que ainda bastante produziu nestes annos de tão rigorosos estudos, escrevendo poesias de elevado estro e memorias sobre assumptos diversos, sobretudo brasileiros. E tão prodigiosa a sua vitalidade que ainda encontrava tempo para os divertimentos de sua impetuosa mocidade.

Apenas formado, foi quasi por aclamação eleito membro da Academia Real de Sciencias lisbonense, em cujo orgão já publicara varios estudos applaudidos, entre outros uma memoria sobre a pesca da baleia.

Em 1790 incumbia-o a douta companhia de longa viagem scientifica pela Europa para o aperfeiçoamento dos estudos; como naturalista e metallurgista.

! Mais de dez annos despendeu o grande Andrada nesta memoravel jornada. Nas grandes capitaes européas e principaes centros scientificos, ouviu as lições dos mais notaveis sabios, frequentando homens como Lavoisier, Werner, Jussieu, Davy, Volta, Haüy, etc.

Em Pariz escreveu uma memoria sobre os diamantes do Brasil que Fourcroy fez inserir nos seus *Annaes de Chymica*. Percorreu depois os Paizes Baixos, a Allemanha, a Suecia e Noruega. Na Scandinavia demorou-se algum tempo, em excursão petrographica muito proveitosa, pois dentro em breve podia publicar a determinação de doze novos mineraes, cujo caracteres descreveu nas mais importantes revistas scientificas do tempo. E ainda mandou a Portugal e aos grandes orgãos da sciencia universal da época numerosas memorias e artigos, entre elles, a descripção minuciosa dos processos suecos de mineração; uma nova hypothese sobre a electricidade (nos *Annaes de Fourcroy*). Baixando ao Sul, visitou José Bonifacio, longamente, a Allemanha, Bohemia, Hungria, demorando-se largo tempo em Freiberg.

Em 1794 percorreu a Italia, fazendo uma viagem de exploração geognostica nos Montes Euganeos, de que ha relatório. Acolhido por toda a parte com o maior acatamento, em 1800 voltava a Portugal trazendo enorme bagagem scientifica e numerosos diplomas de associação a muitas das principaes sociedades scientificas do Universo. Tal a im-

pressão que geralmente deixara, que o Governo dinamarquez lhe offereceu a inspectoría geral das minas da Noruega.

Regressando a Portugal precedido de enorme reputação, foi logo nomeado intendente geral das minas, desembargador honorario da relação do Porto, creando-se em Coimbra, para que elle a provesse, a cadeira de geognosia e metallurgia. Como apenas fosse bacharel, conferiu-lhe, por aclamação, a congregação dos lentes da Universidade o titulo de doutor em philosophia natural. Intendente geral das minas do Reino, teve numerosas commissões que sempre desempenhou com extraordinario applauso.

Ao se dar a invasão franceza em Portugal, e a consequente reacção nacional, foi José Bonifacio dos primeiros a pegar em armas, arregimentando e armando os patriotas. Alistou-se no batalhão academico composto quasi todo de estudantes da Universidade, nelle servindo como major e tenente coronel. Nas linhas de fogo portou-se como um bravo em numerosas refrégas.

Depois da expulsão dos francezes, nomeado Intendente de Policia do Porto, houve-se com extraordinaria energia e habilidade. Graças a sua intervenção deixaram de occorrer, na grande cidade do norte portuguez, scenas de verdadeira ferocidade, quando os exaltados queriam a todo o transe tirar sanguinario desforço daquelles que apontavam como sympathicos aos invasores. «Soube conciliar a justiça e a clemencia, diz um dos seus biographos, e este é sem duvida alguma um dos factos de sua vida que mais o encheu de gloria».

Finda a guerra volveu ás occupações habituaes, fazendo novas explorações mineralogicas, procurando utilizar as dunas da costa portugueza e impedir a propagação dos areaes, levando a cabo experiencias agricolas numa quinta,

perto de Coimbra, e produzindo sempre memorias que a Academia Real de Sciencias de Lisboa publicava jubilosamente.

De 1812 a 1819 serviu como secretario perpetuo da sabia associação, que sob a sua influencia passou por um periodo de extraordinario florescimento. Trabalhou e fez trabalhar immenso. Desse lapso de tempo datam algumas das suas memorias capitaes, como por exemplo, sobre as minas de carvão em Portugal, a necessidade de reflorestamento do reino, a exploração de diversos districtos metalliferos, etc. E, ao mesmo tempo, fazia pesquisas de ordem historica e geographica nos archivos portuguezes, onde copiou numerosos elementos de valor sobre o Brasil, constituia uma collecção numismatica avultada. Levou, emfim, a mais trabalhosa e agitada vida que imaginar se póde.

Em 1819 sentiu invencivel nostalgia; havia 39 annos deixara a terra natal, para onde alongava as vistas saudosissimas. Não lhe foi muito facil obter permissão de se ausentar; o governo queria rete-lo em Portugal, invocando uma serie dos mais honrosos motivos para lhe negar tal licença.

Ao despedir-se de seus collegas da Academia Real de Sciencias, na sessão de 19 de junho daquelle anno, pronunciou o genial Andrada um discurso famoso, cheio de profundas anticipações.

«É necessario apartar-me para longe e descontinuar as lições que de vós tenho recebido. Consolo-me ao menos com que ainda dos sertões da inculta America forcejarei por ser-vos util. Consola-me igualmente a lembrança de que da vossa parte pagareis a obrigação com que está todo o Portugal para com a sua filha emancipada, que precisa de pôr casa, repartindo com ella das vossas luzes, conselhos e instrucções. E que paiz este, senhores, para uma nova ci-

vilisação e para um novo assento de sciencias! Que terra para um grande e vasto Imperio! ».

E nestes termos continuou longamente, expondo á assembléa a visão grandiosa que se lhe antolhava do futuro do Brasil, cheia de allusões á sua proxima autonomia como nação.

Chegado ao Rio de Janeiro e apresentando-se a D. João VI, d'elle recebeu o titulo de Conselho. Falou-se muito, então, que o Rei queria nomea-lo Reitor da Universidade que projectava fundar no Rio de Janeiro. Em fins de 1819 estava José Bonifacio installado em sua pequena villa natal, a viver no seu sitio de Outeirinhos, occupado em philosophar, em rever os seus volumes ineditos e classificar as preciosas collecções de mineraes, plantas, moedas e medalhas trazidas da Europa.

Não sabendo conservar-se inerte, emprehendeu, com o irmão Martim Francisco, longa viagem de exploração geognostica para determinar terrenos auriferos, o que lhe valeu o conhecimento de varias jazidas de ferro. Continuava em correspondencia com alguns dos mais illustres sabios do Universo, entre elles Humboldt, que lhe promettera visita-lo no Brasil.

Constantemente a meditar sobre as vantagens de um Brasil independente, acolheu José Bonifacio, jubiloso, as noticias do movimento constitucional do Porto. Desde ahi começou a agitar a opinião publica paulista em prol da adhesão da capitania á revolução portuense. Á sua acção decisiva e á do irmão Martim Francisco, se deveu a manifestação de 23 de junho de 1821, que substituiu ao governo do Capitão General João Carlos d'Oeynhausen uma junta de que foi vice-presidente e o irmão secretario do Interior e Fazenda.

D'ahi em deante cabe ao glorioso santista notabilissimo papel no movimento que terminará pelo 7 de setembro.

Entende-se com o grupo de patriotas fluminenses e, em fins de dezembro de 1821, recebendo a mensagem que da parte destes lhe traz Pedro Dias Paes Leme, redige a famosa representação de 24 de dezembro, em que a junta governativa de S. Paulo pede ao Príncipe Regente que desobedeça às Cortes e fique no Brasil. Resolve ir em pessoa entrega-la a D. Pedro e parte immediatamente para o Rio.

Lá chega depois do *Fico*, mas tal a sua preeminencia, que ao organizar o príncipe o seu primeiro ministerio lhe confia a pasta do interior e estrangeiros. Desde então é José Bonifacio quem guia a politica brasileira como mentor, cheio de prudencia, patriotismo, descortino e lealdade, do Príncipe Regente, personalidade ingovernavel, a quem sabe tratar com prodigiosa habilidade e força persuasiva. Dentro em pouco, tambem, adquire colossal prestigio perante a nação. É elle quem inspira a D. Pedro a viagem a Minas Geraes; quem sobre o espirito do príncipe exerce prodigiosa influencia, dando-lhe a impressão de que realmente é o chefe do movimento nacionalista brasileiro.

Mas não é José Bonifacio o unico grande encaminhador dos acontecimentos. Parallelamente a sua acção opéra a do grupo exaltado, a quem chefia Ledo, e a quem, desde os primeiros dias, entende o glorioso santista contrariar, senão combater, pois nelle divisa tendencias republicanas, cujo triumpho, no seu entender, será a fatal desagregação do Brasil e a introduccão de anarchia em todo o territorio, como se dá, então, em toda a America hespanhola, recém-liberta do jugo colonial. Assim quer, a todo o transe, implantar no Brasil a monarchia constitucional, unico liame capaz de resistir á fatal secessão em tão vasto paiz, onde as communições são difficilimas. E sua prudencia, seu talento de perceber as cousas, precisa quebrar a resistencia dos demagogos, dos republicanos exaltados, dos simples impetuo-

sos e imprudentes querendo precipitar os acontecimentos, sem perceber bem que rumo hão de tomar.

Estabelece-se, pois, a divergencia entre elle e Ledo, sobretudo. Oppõe-se á ideia do conselho de procuradores, o que traz a agitação fluminense, de abril de 1822, energicamente dominada, e accede, afinal, á ideia de tal convocação.

A entrada de José Bonifacio para a Maçonaria assignala talvez o apogeu de seu prestigio. A 28 de maio é eleito seu grão mestre e, neste mesmo dia, Ledo primeiro vigilante. Percebendo, porém, que o illustre e impetuoso agitador domina o Grande Oriente, trata de fundar outro agrupamento maçónico mais dedicado á causa da monarchia constitucional. D'ahi a criação do *Apostolado* a que se incorpora o proprio Regente. Pouco depois chega ao Rio, e deportado de São Paulo, pela *bernarda de Francisco Ignacio*, Martim Francisco. A 3 de junho fa-lo entrar para o Ministerio, dando-lhe a pasta da fazenda, o que sobremodo irrita o grupo exaltado. Aggrava-se a situação; momentaneamente reconciliados, tendo em vista um fito commum, coadunam-se os esforços de todos os patriotas andradistas e não andradistas em prol da libertação brasileira.

Respondendo ás insolencias das Côrtes e ás tentativas recolonisadoras, surgem os manifestos de primeiro de agosto: o de Ledo, dirigido aos brasileiros e o de José Bonifacio, ás nações. Vehemente demais talvez, a sua exaltação de termos acharam-na alguns diplomatas excessiva, e até mesmo deprimente em relação ao Principe, a cujos antepassados se verberava o despotismo.

Neste documento havia a declaração formal do rompimento com o governo portuguez, mas não com a nação nem o seu monarcha, tido como escravizado ás Côrtes. Para tornar mais intima a união entre o Principe e a causa nacional, fa-lo José Bonifacio affiliar-se á maçonaria, a 2 de

agosto de 1822 sob o nome de Guatemozim.

D'ahi em deante precipitam-se os acontecimentos; divisa José Bonifacio o momento azado á secessão. Parte o Principe, a conselho seu, para S. Paulo, e ao sahir, a 14 de agosto, envia o ministro ao corpo diplomatico a famosa circular que começa por uma serie de phrases intimativas e categoricas :

«Tendo o Brasil, que se considera tão livre como o reino de Portugal, sacudido o jugo da sujeição e inferioridade com que o reino irmão o pretende escravisar e passando a proclamar solennemente a sua independencia...»

As mensagens de Portugal, chegadas em fins de agosto, capacitam a José Bonifacio que se attingiu o momento da solução da crise. É, então, que se dá a celebre sessão do Conselho de Estado, presidida pela Princeza D. Leopoldina e em que Martim Francisco entrega á Regente uma carta a lhe dizer : *se se tem de fazer, Senhora, que se faça já!*

Esta carta é collocada na pasta dos papeis de Estado e enviada ao Principe. Della fazendo entrega o primeiro ministro ao correio, Paulo Bregaro, expressivamente lhe diz : *se não arrebentares uma duzia de cavallos nunca mais serás correio!*

E sua leitura, feita á tarde de 7 de setembro, é talvez a maior determinante para que o Principe brade — Independencia ou Morte!

Começa a phase constructiva da nova nação liberta e José Bonifacio presta nova serie de relevantissimos serviços.

Irrompem logo as hostilidades entre elle e o grupo dos exaltados chefiado por Ledo, Januario, José Clemente e Nobrega.

Cada vez mais lhes receia as tendencias republicanas. Acha-os precipitados no afan de exigirem garantias constitucionaes. Entende, e com toda a justiça, que tal attitude é

desconsideradora e até insultuosa para com o Príncipe, que ainda ha apenas dias acaba de dar a liberdade ao Brasil e de quem espera obter paulatinamente as concessões almeçadas.

Dá-se a ruptura absoluta por occasião da circular que Ledo e José Clemente, pela maçonaria, dirigem ás camaras da provincia do Rio de Janeiro, propondo que se exija do Imperador o juramento previo da Constituição. A esta circular annulla José Bonifacio. Reagem Ledo e seus amigos. Elegem o Imperador Grão Mestre da Maçonaria e d'elle obtem o decreto de 27 de setembro amnistiando os chefes da bernarda de Francisco Ignacio.

A 12 de outubro era D. Pedro I pomposamente aclamado Imperador do Brasil. A fermentação politica prosegue, energico se oppõe José Bonifacio á Maçonaria a proposito do juramento previo. A 25 de outubro consegue que o Imperador mande suspender os trabalhos do Grande Oriente. Mas, ao soberano representam os maçons, dando o primeiro ministro como despeitado por haver elle, monarcha, sido eleito Grão Mestre. Tergiversa o Imperador e José Bonifacio se demitte. Agitam-se seus partidários violentamente capitaneados por J. J. da Rocha e Martim Francisco. Achando o Imperador difficuldades em constituir novo gabinete, chama-o novamente ao poder.

Como consequencia deste triumpho vem a deportação de Ledo, Januario, Nobrega e José Clemente, exigida pelos Andradas.

D'ahi em deante, senhor da situação, pode José Bonifacio cuidar do problema maximo da libertação do territorio. E' elle quem suggere ao Imperador a chamada de Lord Cochrane para commandar a incipiente marinha brasileira, e poucas vezes houve medida mais acertada.

Enorme e fecundo serviço presta o grande ministro nestes mezes de administração em que, ao mesmo tempo,

prepara o advento do constitucionalismo regular.

Preoccupam-no os mais elevados problemas nacionaes e philantropicos. A questão servil desde muito lhe agita a mente; quer, quanto antes, lavar o Brasil da mancha do hediondo trafico africano.

A 12 de maio de 23, passando pelo Rio de Janeiro o Governador da India, Lord Amherst, com elle tem notavel conferencia sobre o assumpto. Coroa-se D. Pedro I a 1.º de dezembro de 22; e a 3 de maio de 1823 reune-se no Rio a Assembléa constituinte. No fim de algumas semanas nota-se no seio deste parlamento grande embate de ideias, a apresentação de innumerous projectos menos sensatos e violenta opposição ao ministerio. Acirram a exaltação dos animos, numerosas foliculas e pasquins publicados no Rio de Janeiro com deficientissima grammatica e desnorteamento maior.

As noticias da instauração do dominio brasileiro na cidade da Bahia, a 2 de julho, reconciliam momentaneamente os partidos. Mas os Andradas vêem em torno de si levantar-se formidavel opposição e cada vez mais se accentuam na Assembléa as tendencias demagogicas.

Absolvem os tribunaes os presos politicos, em diversas épocas detidos por ordem de José Bonifacio, entre elles alguns dos mais notaveis proceres da Independencia como Domingos Alves Branco Muniz Barreto.

Pensa José Bonifacio dissolver a Constituinte, onde o ministerio conta com a maioria, mas os seus adversarios, visitando constantemente o Imperador, em certa época retido no leito pela fractura de costellas proveniente de uma queda de cavallo, a pretexto de lhe testemunharem dedicação, aconselham ao monarcha a proclamação de uma amnistia geral além de outras medidas que o primeiro ministro vivamente combate.

A 16 de julho dão-se José Bonifacio e Martim Francisco por vencidos, demittindo-se do ministerio onde os substituem os futuros marquezes de Caravellas e Baependy.

Eram os dous irmãos deputados á Constituinte, como aliás Antonio Carlos, e nella rompem logo violenta opposição ao novo rumo das cousas politicas. Martim Francisco e Antonio Carlos fundam e redigem o *Tamoyo*, cujo primeiro numero apparece a 12 de agosto, ao passo que outros de seus adeptos fazem circular a *Sentinella da liberdade á beira mar da Praia Grande*.

Distinguem-se estes dous jornaes pela violencia das palavras e ideias, atacando rudemente o Imperador e, sobretudo, os portuguezes em geral, até mesmo varios dentre elles havendo prestado reaes serviços á causa da Independencia. D'ahi a tão repetida phrase de Armitage, julgadora dos processos politicos dos Andradas: «arbitrarios no poder, facciosos na opposição».

Nesta violenta campanha coube muito menor parte a José Bonifacio do que a seus irmãos. Estava cansado do esforço immenso despendido naquelles dezoito tormentosos mezes de governo.

Varnhagen, bem pouco seu amigo, declara que «mais velho, mais benevolo, mais generoso, mais homem do mundo, achava-se além disto mais alquebrado e com menos ambição de voltar a grandes luctas e soffrimentos». Elle proprio, num artigo do *Tamoyo*, de 2 de setembro, declarara: «cada vez mais me persuado que não nasci senão para homem de letras.»

Em outubro de 1823 attinge ao auge a violencia da opposição dos Andradas, cuja attitude anti-lusitana põe em apuros o gabinete e o Imperador.

Uma questiuncula policial entre officiaes portuguezes e um foliculario, levada ao recinto da assembléa por Mar-

tim Francisco e Antonio Carlos, que della fazem uma questão capital, traz em principios de novembro, graves scenas de rua e a crise ministerial de 10. Reage o Imperador, que, afinal, dissolve a constituinte e resolve, parece que, sobretudo, a conselho de Lord Cochrane, deportar os tres irmãos e seus principaes partidarios. Presos, soffrem os Andradas numerosos ultrages até embarcarem num chaveco, a charrua *Luconia*, commandada pelo portuguez Estanislau Joaquim Barbosa. Parece positivo que os inimigos dos tres immortaes irmãos, conluiados com esse maritimo tinham em mente o plano infernal de os fazerem cahir ás mãos dos portuguezes. As manobras executadas na costa de Portugal deram ensejo á certeza de que tal trama se effectuara. Tres mezes gastou a *Luconia* do Rio á altura da barra de Lisboa, e se Barbosa não entrou no Tejo foi devido á revolta de seu immediato Raposo, embora portuguez tambem. A pretexto da falta de viveres foi fundear em Vigo, onde logo em seguida appareceu o navio de guerra portuguez *Lealdade*. A vida dos Andradas salva a intervenção do consul inglez no porto hespanhol e do ministro britannico em Madrid. Podem os tres irmãos desembarcar em liberdade e, obtendo passaportes hespanhoes, partem para Bordeus, onde chegam a salvamento. Seis annos conserva-se José Bonifacio no exilio; só volta em 29. Seus irmãos o haviam precedido e, apresentando-se aos tribunaes, obtido a absolvição do delicto, a elles imputado, de rebeldia em 1823.

No exilio aproveitara a forçada inacção para augmentar o já enorme cabedal de conhecimentos. Cultivara a poesia com afinco; deste periodo datam varias de suas melhores producções, entre outras a tão citada *Ode aos bahianos*. Foi tambem, então, que fez imprimir a sua celebre memoria sobre a extincção do regimen servil no Brasil, que lhe valeu o titulo glorioso de patriarcha do abolicionismo nacional.

De volta á patria afasta-se da politica nos annos tumultuosos que então correm; recebera-o Pedro I aliás respeitosamente. Vota-lhe a assembléa uma pensão de quatro contos annuaes, a titulo de recompensa nacional. Por occasião de 7 de abril presta-lhe o imperador abdicatario uma das mais nobres homenagens de que reza a historia. Abandonando a corôa entrega a tutoria dos quatro filhos, que deixava no Brasil, ao antigo adversario inconciliavel de 1823. E Pedro I o faz por documento solenne, em que lhe attribue uma serie dos mais elevados epithetos.

Em 1831 e 1832, graças á gratidão dos bahianos, volta José Bonifacio á Camara dos Deputados. Vivia o paiz entregue á terrivel anarchia dos primeiros tempos regenciaes. O grande Andrada vendo que o governo da regencia não conseguia dominar a desordem, de onde antevia o esphacelamento do Brasil, pensa promover a restauração do imperador. Elle e os irmãos se affiliam ao partido *Caramuru* ou restaurador; d'ahi a terrivel perseguição, aos tres, movida pelos adversarios irreductiveis do monarcha. Em dezembro de 1833 é suspenso do exercicio da tutoria do imperador menino, preso, processado como réu de traição á patria e exilado na Ilha de Paquetá. O jury o absolve unanimemente; mas é o golpe por demais forte para um homem de sua idade. A 6 de abril de 1838 fallece em S. Domingos de Nictheroy, depois de uma serie de annos em que longa enfermidade o torna semi-invalido.

Gloria justissima da nação brasileira, tem os annos accrescido sempre e sempre, perante a historia imparcial, a exactidão do justo confronto estabelecido entre elle e os maiores dos libertadores da America. E não só... um segundo patriarchado, glorioso entre todos, lhe aureola a memoria — o da redempção dos escravos brasileiros. Lidimo orgulho de nossa terra e nossa gente, póde o Brasil desvanecer-se

desse grande cidadão que não lhe pertence exclusivamente, porque é também dos maiores vultos da Humanidade.

Como de costume, contrapuzeram-se a seu respeito os mais arroubados panegyricos ás mais violentas diatribes. Tal o apanagio dos grandes conductores de homens que realisam obras politicas e sociaes e encabeçam movimentos da magnitude daquelles em que o grande santista e seus irmãos se envolveram. Ha meio seculo, a erecção de sua estatua no Rio de Janeiro, monumento commemorativo do primeiro jubileu da Independencia, demonstrou incontestavelmente o acatamento definitivo de seu Patriarchado. A voz do seu pupillo augusto, de um vulto da estatura de Pedro II, com a maior solennidade se alçou então para lhe offerter um preito de admiração e reconhecimento. E não o apostrophara pouco antes Castro Alves no famoso verso em que lhe mandara arrancar dos ares o pendão do povo que libertara?

Por delegação de Rio Branco é José Bonifacio quem representa o Brasil na galeria dos grandes vultos da União Pan Americana, em Washington, ao lado de Washington e Franklin, Bolivar e San Martin.

Consagrado cidadão do Mundo, desvaneçamo-nos cada vez mais de tão pura gloria brasileira...



D. LEOPOLDINA DE HABSBURGO

IMPERATRIZ DO BRASIL

D LEOPOLDINA DE HABSBURGO,
ARCHIDUQUEZA D'AUSTRIA,
IMPERATRIZ DO BRASIL
1797 1826



ilha de Francisco II, imperador da Allemanha, e I da Austria, e de Maria Theresa Carolina de Bourbon-Napoles, sobrinha de Maria Antonietta, irmã de Maria Luiza, imperatriz dos francezes, de Fernando I, imperador da Austria, nasceu Maria Leopoldina Josepha Carolina de Habsburgo em Vienna a 22 de janeiro de 1797.

Teve a mais esmerada educação e contava vinte annos de idade quando a sua mão foi pedida, a seu Pae, pelo Marquez de Marialva, embaixador portuguez, em missão especial de D. João VI, para o herdeiro do throno portuguez, o nosso futuro primeiro imperador. Aceito o pedido, celebrou-se o casamento por procuração a 17 de maio immediato. A 14 de agosto embarcava a nova Princeza Real em Livorno, na nau *D. João VI* e, a 5 de novembro entrava no Rio de Janeiro, onde a receberam com as maiores demonstrações de amizade. No dia immediato realisaram-se as benções nupciaes com extraordinaria pompa. Diz Debret que D. João VI teve então a extraordinaria delicadeza de offerecer um album a sua nora com os retratos de toda a familia imperial da Austria, presente que sobremodo sensibilisou a joven princeza.

Era Leopoldina de Habsburgo uma senhora da mais alta cultura e extraordinaria elevação moral que logo se impoz ao respeito e veneração geraes. Feliz nos primeiros annos de seu casamento com o impetuosissimo Pedro I, sobre quem « sua muita instrucção e virtude foi proveitosa », no dizer de Varnhagen, delle teve varios filhos. D. Maria II, rainha de Portugal (1819), D. João Carlos, fallecido de mezes (1821), D. Januaria, condessa d'Aquila (1822), D. Paula Marianna, fallecida na primeira infancia (1823), D. Fran-

cisca, Princeza de Joinville (1824) e D. Pedro II, nosso segundo imperador (1825). Era uma excellente mãe que aos filhos sempre acompanhava com a maior ternura, dizem os seus biographos.

Extremamente avida de saber, aprimorava constantemente a bella instrucção recebida na Côrte paterna. «Aprendeu logo o portuguez, que acabou em pouco tempo conhecendo perfeitamente, aprofundando todas as delicadezas do idioma, fallando-o e escrevendo-o como o seu natal. Era-lhe igualmente fâmilial o italiano e fazia versos allemães cheios de gosto e elegancia. Tambem conhecia o francez a fundo, sabia fallar o inglez e era excellente pianista. Amante dos exercicios ao ar livre, montava perfeitamente a cavallo, atirando com notavel precisão. Nos primeiros annos de casada seguidamente acompanhava o marido á caça». Sabia pintar bem e dizem os seus biographos que fazia excellentes acquarellas. A todas estas demonstrações de aprimorada instrucção ainda ajuntava decidido pendor pelas sciencias. Comprazia-se em estudar a mineralogia e a astronomia; diziam os seus intimos que tinha reaes conhecimentos de astronomia descriptiva.

Voltando de sua viagem circumnavegatoria em 1821, teve Arago o ensejo de visitar varias vezes a Imperatriz Leopoldina, então princeza real ainda. Achou-a vestida de modo muito pouco cuidado «como uma gitana». No entanto, desde as suas primeiras palavras, impoz-se ao viajante como pessoa dó mais alto relevo. «Falava o francez com tanta pureza, achava na natural bondade tanta benevolencia, os habitos soffredores tinham-na tornado tão perfeitamente boa, que eu não sabia como lhe testemunhar o meu reconhecimento pela sua amenidade. Não me cansava de admirar o encanto desta infeliz princeza, tão cruelmente tratada pelo real esposo e tão cedo roubada ao affecto dos

brasileiros ».

Tornou-se desde os primeiros dias credora de respeito geral e da affeição de todos.

« Religiosa sem superstição, humilde sem baixeza, amavel sem perder jámais o sentimento da propria dignidade, era o manto de todos os que a conheciam e a quem inspirava a admiração, respeito e amor. Derramava beneficios sem ostentação e era sua suprema ventura fazer o bem. Nisto se ia a maior parte da sua dotação », declarou um de seus contemporaneos, que a via diariamente e della traçou este retrato a Raffard para as suas *Pessoas e cousas do Brasil*.

« Adoravel Princeza, chamou-lhe Monsenhor Pinto de Campos, da mais vasta instrucção, dos mais extraordinarios talentos, da mais severa virtude, do mais delicado trato, dos mais austeros principios, da mais generosa singeleza. »

Foi Leopoldina de Habsburgo a mais dedicada partidaria da independencia brasileira. Em suas memorias affiança Drumond, intimo dos Andradas, como se sabe:

« Fui testemunha ocular e posso asseverar aos contemporaneos que a Princeza Leopoldina cooperou vivamente dentro e fóra do paiz, para a Independencia do Brasil. Debaixo deste ponto de vista, o Brasil deve á sua memoria gratidão eterna. »

¶ Por ella tinha José Bonifacio a maior amizade e veneração. A Imperatriz lh'as retribuia e, segundo Drumond, se correspondeu em segredo com o Patriarcha exilado.

Ao partir D. Pedro, em agosto de 1822, para S. Paulo deixou-lhe a regencia. Coube, então, a D. Leopoldina notavel papel na acceleração do movimento que teve o seu desfecho em 7 de setembro. É conhecida a scena do celebre conselho de estado, em que de Martim Francisco recebeu uma carta para ser acrescentada aos papeis de estado destinados a D. Pedro ausente. « Se se tem de fazer, senhora, que se

faça já!» exclamou impetuoso ao lhe entregar a missiva. Era uma instigação formal á revolta que a Princeza promptamente aceitou, incorporando-a á pasta dos papeis de estado.

Tinha um physico mediocre, porém, vermelhona, mal feita de corpo, desgraçosa e infelizmente alheia, por completo, ás cousas da faceirice. Para um homem do temperamento e da educação de Pedro I, não era a esposa que se requeria. D'ahi as infelicidades de sua vida conjugal.

Com a maior serenidade e grandeza d'alma supportou, a Imperatriz, do marido, numerosas affrontas.

Partindo D. Pedro I para a Campanha de Cisplatina, deixara-a como regente, quando a 29 de novembro de 1826 enfermou gravemente, vindo a fallecer a 11 de dezembro seguinte.

A sua molestia deu ensejo ás maiores demonstrações de pezar por parte da população fluminense. Não se fecharam as igrejas, dia e noute, repletas de pessoas que iam orar pelo seu restabelecimento. Seus funeraes tiveram a mais grandiosa consagração do amor e veneração que a todos inspirara. A sua morte augmentou immensamente a impopularidade de D. Pedro I.

Annos mais tarde, passando pelo Rio de Janeiro, referiu um viajante F Denis o que ainda estava fresco na memoria de todos: o pathetico das ceremonias funebres e a real desolação de uma população inteira.

Mulher absolutamente superior, sob todos os pontos de vista, coube ainda a Leopoldina de Habsburgo a gloria de ter sido a mãe de um vulto excepcional como Pedro II, herdeiro de tantas de suas qualidades excelsas.

Deve-lhe, e muito, a gratidão nacional a esta illustre e soffredora princeza, que tanto fez pela independencia do Brasil, cujo throno sobremodo dignificou.



L E D O

JOAQUIM GONÇALVES LEDO
1781 - 1847



filho legitimo de Antonio Gonçalves Ledo e D. Antonia Maria dos Reis Ledo, nasceu este famoso prócer de nossa independencia no Rio de Janeiro, a 11 de dezembro de 1781.

Era de gente abastada, tendo o pae uma casa de commercio no Rio. Creança de vivaz intelligencia, distinguuiu-se nos estudos de humanidades, mandando-o a familia, em 1795, para Portugal, afim de alli completar os estudos secundarios e seguir o curso de jurisprudencia em Coimbra. Ia-lhe este adeantado quando a morte do pae fe-lo voltar ao Rio. Empregado de secretaria durante alguns annos, apesar da modestia das funcções, angariou, graças ao brilho da intelligencia, á cultura de que dispunha e á facilidade de escrever, grande prestigio nas principaes rodas fluminenses.

Distinguuiu-se ainda pelo pendor ao liberalismo, deixando perceber tendencias francamente republicanas. Em 1821 apparece na scena politica como eleitor, tomando parte activa nas manobras politicas, que acabaram com a scena violenta de 26 de abril na Praça do Commercio. Teve então Ledo de occultar-se por muito compromettido pela attitude revolucionaria que assumira. Pouco depois nos clubs maçonicos do Rio de Janeiro, era figura de escól ao lado de Sampaio, Nobrega, José Clemente, Rocha, Januario, etc. Foi o irmão, Custodio, eleito deputado ás Côrtes pelo Rio de Janeiro. Em 15 de setembro de 1821 sahiu o primeiro numero do *Revérbero Constitucional Fluminense*, jornal politico, redigido por Ledo e Januario Barbosa, em intima colaboração. A principio timorato, não tardou em se tornar o vehemente arauto da independencia brasileira. Coube a Ledo um dos papeis mais notaveis no movimento do *Fico*, ligado

como estava á agremiação politica formada por José Clemente Pereira, Frei Sampaio, Nobrega e J. J. da Rocha.

Foi dos inspiradores da ideia de se eleger um conselho de procuradores das provincias que, ao Principe, servisse como Conselho de Estado.

Para elle eleito, representante do Rio de Janeiro, tocou-lhe o mais brilhante e notavel destaque, como dos maximos pregoeiros da Independencia, constantemente ao lado do Principe Regente a redigir documentos do maior valor politico com elevado estylo e singular precisão de palavras. Um dos escriptos seus, que mais impressão causaram, foi o artigo do *Revérbero* no qual em collaboração com Januario Barbosa, saudava o Principe Regente, ao regressar de sua viagem a Minas, artigo onde havia a seguinte apostrophe: Principe não desprezes a gloria de ser o *fundador de um novo Imperio!* Foram ainda os dous amigos que ređigiram o discurso lido a D. Pedro por José Clemente Pereira, a 13 de maio de 1822, quando lhe offereceu, em nome dos patriotas, o titulo de Defensor Perpetuo do Brasil, imaginado por Domingos Alves Branco Muniz Barreto.

Impetuosissimo, queria Ledo precipitar os acontecimentos, contrariado pela prudencia reflectida de José Bonifacio, com quem não tardou em abrir aspera lucta.

Entre os dous havia a mais absoluta antinomia de caracteres e temperamento. Entendeu Ledo que o illustre Andrada não propendia para os sentimentos liberaes como elle os comprehendia; d'ahi a sua esquivança em mandar proceder ás eleições dos procuradores geraes das provincias, creados pelo decreto de 26 de fevereiro de 1822. D'ahi tambem a sua proposta, com Januario e José Clemente, para que o Principe fizesse a convocação de uma constituinte brasileira, proposta esta acerbamente repellida por José Bonifacio.

A 1.º de junho installava-se o Conselho dos Procuradores, presentes apenas tres dos seus membros, Ledo, Azevedo Coutinho e o representante da Cisplatina D. Lucas José Obes.

Audaz, insistiu Ledo no seu plano de convocação da Constituinte, obtendo do Principe a assignatura dum decreto por elle proprio redigido, o de 3 de junho de 1822, em que se mandava reunir tal assembléa, decreto este que José Bonifacio teve de referendar, inteiramente a contra gosto.

Nas eleições do então influentissimo Grande Oriente Maçonico, havia elle sido eleito Grão Mestre e Ledo seu immediato, como primeiro vigilante.

Pouco depois obtinha nova vantagem o grupo de Ledo com a entrada para o Ministerio de um dos seus mais fieis sectarios, Luiz Pereira da Nobrega, nomeado ministro da guerra, ao mesmo tempo que Martim Francisco assumia a pasta da Fazenda.

Scindira-se a Maçonaria neste interim. Tinham Ledo e os seus maioria no Grande Oriente e José Bonifacio no *Apostolado*. Muito embora detestando-se mutuamente, trabalhavam ambos sob a mesma inspiração patriótica; d'ahi a interferencia de Ledo em diversos actos capitaes da politica do paiz. Foi quem, a 1.º de agosto, redigiu o famoso manifesto aos Brasileiros, peça de alto valor, «perfeitamente adaptada ás circumstancias e propria a produzir no paiz o maior effeito como realmente produziu», diz Varnhagen.

Terminava por verdadeiro rasgo de eloquencia: «Não se ouça entre vós, outro grito que não seja União! Do Amazonas ao Prata não retumbe outro echo que não seja — Independencia! Formem todas as nossas provincias o feixe mysterioso, que nenhuma força póde quebrar. Desappareçam de uma vez antigas preocupações, substituindo o amor do bem geral ao de qualquer provincia ou cidade».

A 20 de agosto, estando o Príncipe em viagem para S. Paulo, propunha Ledo á Maçonaria a proclamação immediata da independencia do Brasil, conferindo-se a realza a D. Pedro.

Passado o 7 de setembro e chegando o Príncipe de S. Paulo, foi ainda Ledo quem, a 17 deste mez, fez espalhar pelo Rio de Janeiro uma proclamação anonyma terminada pelas phrases: « Que hesitamos? o momento é chegado: Portugal nos insulta, a America nos convida, a Europa nos contempla, o Príncipe nos defende, cidadãos! »

Levante-se o festivo clamor: Viva o Imperador Constitucional do Brasil, o Snr. Dom Pedro I! »

Já na Maçonaria, em sessão de 14, se decidira, sob proposta de Alves Branco, que o titulo a ser conferido ao Príncipe seria o de Imperador:

No dia 17 fizeram Ledo e José Clemente partir uma circular destinada ás Camaras da Provincia do Rio de Janeiro, em que havia referencias á imprescindibilidade do juramento previo que o Imperador devia prestar á Constituição elaborada pela futura assembléa constituinte.

Não se oppoz o Príncipe a isto, mas José Bonifacio, que muito receiava as tendencias republicanas de Ledo, levou muito a mal tal exigencia, obrigando a Camara Municipal do Rio a repudia-la no dia da aclamação do monarcha.

D'ahi se originou a terrivel guerra que entre elle, Ledo e o seu grupo se estabeleceu, consequencia final de longa e acirrada antipathia.

A 25 de outubro obtinha José Bonifacio do Imperador que mandasse fechar o Grande Oriente, mas tal a reacção do partido ledista que D. Pedro I recuou, reconsiderando a ordem. Julgaram-se os Andradas desprestigiados e a 27 pediram demissão.

Como houvesse grande difficuldade em organizar um

gabinete prestigioso e os partidarios dos Andradas, chefiados por Martim Francisco e J. J. da Rocha, se agitassem vehementes, resolveu o monarcha chamar de novo os seus antigos secretarios de estado, fazendo-se a recomposição ministerial.

Escondeu-se Ledo, receioso de represalias, e do seu esconderijo pediu ao Imperador que lhe mandasse instaurar um processo, mas José Bonifacio ordenou que o prendessem pura e simplesmente, com os seus principaes amigos.

Correu então Ledo serio perigo de vida. Varios facinoras apostaram-se para o matar. Pôde afinal, graças ao consul da Suecia embarcar num navio de sua bandeira, a bordo do qual conseguiu fugir para Buenos Aires. Eram neste interim deportados para a Europa Nobrega, Januario e José Clemente Pereira.

Pôde Ledo voltar á patria quando os seus inimigos cahiram a 17 de julho de 1823. Deputado pelo Rio de Janeiro, em 1826, agraciado por D. Pedro I com a dignitaria do Cruzeiro e a commenda de Christo e depois o titulo de Conselheiro, ficou suspeito de aulicismo, ante os olhos dos antigos correligionarios. Impopularisou-se profundamente, sendo atacado com a maior vehemencia pela imprensa liberal, que contra elle arguiu as mais graves accusações, não comprehendendo esta vira-volta rapida de opiniões do ultra liberal de ha pouco, com tendencias absolutamente republicanas, para o amigo do despotico monarcha.

Assim dá Drumond nas suas *Memorias* curso a um dito de mau humor de D. Pedro I, em que o Imperador o accusa de venalidade. É bom comtudo lembrar o exaltado andradismo de quem refere a anecdota.

Apezar de suas relações com o soberano, jámais por elle foi Ledo chamado ao ministerio.

Com o 7 de abril ficou inteiramente á margem, per-

dendo a deputação em 1834. Ambicioso de poder, como era, achegou-se novamente aos liberaes, prestando os maiores serviços a Bernardo de Vasccellos, na sua opposição formidável á regencia de Feijó, pela imprensa, onde mais uma vez revelou o bello talento de polemista. Mas apesar de tudo não conseguiu mais entrada no parlamento, devendo resignar-se á assembléa provincial do Rio de Janeiro, onde aliás prestou relevantes serviços. Mas não era aquelle pequeno ambito o que desejava. Immenso trabalhou para se fazer apresentar á senatoria, pelo Rio de Janeiro. Repellido pelos partidos, desligou-se de todo dos negocios politicos, não mais deixando a sua propriedade agricola do *Sumidouro*, em Sant'Anna de Macacú, onde falleceu a 19 de maio de 1847. Já desde alguns annos estava enfermo, tratando-o com o maior desvelo sua mulher, D. Anna Carolina de Araujo Ledo, a qual, em abril de 1846, teve a dor de perder. Foi a repetição de um insulto apopleptico que o victimou.

«Joaquim Gonçalves Ledo, fulgurou na tribuna parlamentar, diz Macedo. Orava como escrevia, com precisão, eloquencia, estylo florido e por assim dizer assetinado; era orador de primorosa cortezia e de encantadora forma; as palavras lhe saham pronunciadas quasi com exagerado requinte de pureza na acentuação das syllabas, e sem precipitar-se; ao contrario, sufficientemente pausado no discurso, corria-lhe este dos labios, como doce e placido arroio, por entre margens cobertas de flores.»

Muito communicativo e alegre, gostava do ruido em torno de si e assim em sua fazenda organisava festas campestres, de que era a alma.

Escrevera muito sobre os factos a que assistira e de que participara, mas tudo destruiu num momento de desanimo, ao ver mallograda a sua ultima tentativa senatorial.

Era, segundo parece, importantissimo este espolio, quer pelo numero e valor dos documentos quer, sobretudo, pelos depoimentos do illustre agitador, que ao mesmo tempo fizera a auto-biographia e escrevera as *Memorias* de seu tempo.

São unanimes os seus biographos em affirmar que nada destes papeis escapou ao fogo. A Maçonaria brasileira com afinco, segundo nos consta, procurou saber se alguma cousa se salvara dos escriptos de seu illustre Vigilante de 1822, nada tendo até agora tido podido encontrar.

Geralmente antipathizado pelos politicos soffreu Joaquim Gonçalves Ledo longo e rigoroso ostracismo que a recordação de seus enormes serviços á causa da independencia e o seu arroubado patriotismo deveria ter pelo menos mitigado.

Viu-se no fim da vida repudiado pelos partidos. Inteligencia de escol faltou-lhe quiçá o equilibrio das qualidades, para se tornar um dos dominadores da scena politica de seu tempo; era por demais arrebatado e impetuoso, e de temperamento a que a versatilidade impunha fortemente o seu vinco, dizem-no os contemporaneos.



ANTONIO CARLOS

ANTONIO CARLOS RIBEIRO DE ANDRADA
MACHADO E SILVA
1773 - 1845



Filho legitimo do Coronel Bonifacio José de Andrada e de D. Maria Barbara da Silva, irmão mais moço de José Bonifacio, nasceu este famoso tribuno em Santos, a 1.º de novembro de 1773.

Depois de completar os estudos primarios em Santos, e os de humanidades em S. Paulo, partiu para Coimbra, em cuja Universidade se bacharelou em direito, após um curso em que, entre os mestres e os collegas, causou a mais viva admiração pela revelação da intelligencia e prodigiosa memoria, os dotes de imaginação e a extensão da cultura. Recem-formado, algum tempo trabalhou com Frei Velloso em Lisboa; entrou depois a servir na magistratura, como juiz de fóra em Santos. Teve então celebre disputa com o Capitão General Franca e Horta, deante de cuja prepotencia não vergou, apesar das violencias do poderosissimo contendor.

Em 1815, ouvidor e corregedor da Comarca de Olinda, tornou-se suspeita a sua attitude de affiliado a uma conspiração, cujo fim era promover a evasão de Napoleão I, detido em S. Helena, aventura cheia dos mais graves perigos, a que o arrastara o genio impetuosisimo e entusiasta.

Após uma serie de annos de judicatura, em que demonstrou a mais inflexivel rectidão, já nomeado desembargador da Relação bahiana, comprometteu-se com a revolução pernambucana de 1817, o que lhe valeu a imminente ameaça de morte e quatro annos de duro carcere na Bahia. Jamais revelou, nestes tremendos dias, o menor desfallecimento.

À espera da hora de subir ao patibulo, saudava a liberdade no inspirado cantico, que conta versos muito ci-

tados, como a apostrophe arroubada :

*Sagrada emanação da divindade
Aqui do cadafalso eu te saúdo!*

e termina pelo celebre decassyllabo

Aos fracos tão sómente a morte é dura.

Quando mais tarde lhe aconselharam que pedisse perdão a D. João VI, para obter a liberdade, respondia invariavelmente: *Só a Deus peço perdão! do rei quero justiça!*

E assim passou quatro annos na masmorra, matando o tempo a ler e a instruir os humildes companheiros de infortunio.

Solto em 1821, com o movimento constitucionalista, eleito deputado ás Côrtes de Lisbôa, pela provincia natal, não ha quem ignore o que foi o papel de Antonio Carlos, no celebre parlamento luso-brasileiro. Leader natural da bancada brasileira, arauto das reivindicações nacionaes, a sua eloquencia prodigiosa assombrou a todos, provocando tremendas celeumas entre os collegas e os assistentes. Varias de suas apostrophes tornaram-se celebres, como a de 9 de maio aos seus apupadores: *Silencio! aqui desta tribuna até os reis tem que me ouvir!* Tendo a vida ameaçada pelo populacho de Lisboa, portou-se com a mesma impavidez de sempre e afinal retirou-se de Portugal para a Inglaterra com diversos outros deputados brasileiros, negando-se a assignar o projecto da constituição portugueza.

De Falmouth, a 22 de outubro de 1822, publicou o famoso manifesto expondo os motivos de sua retirada das Côrtes. Em 1823, deputado á Constituinte, foi talvez o mais eminente dos membros da commissão encarregada de redigir o projecto da constituição do Imperio.

A 17 de julho de 23, foram-lhe os irmãos demittidos do ministerio por D. Pedro I, subindo ao poder os seus adversarios. Encetou-se, como se sabe, terrivel campanha opposicionista no parlamento e na imprensa, pelo orgão do *Tamoyo*, que deu em resultado a dissolução da Constituinte e a prisão dos tres Andradas. Eram Antonio Carlos e Martim Francisco os redactores chefes do *Tamoyo*.

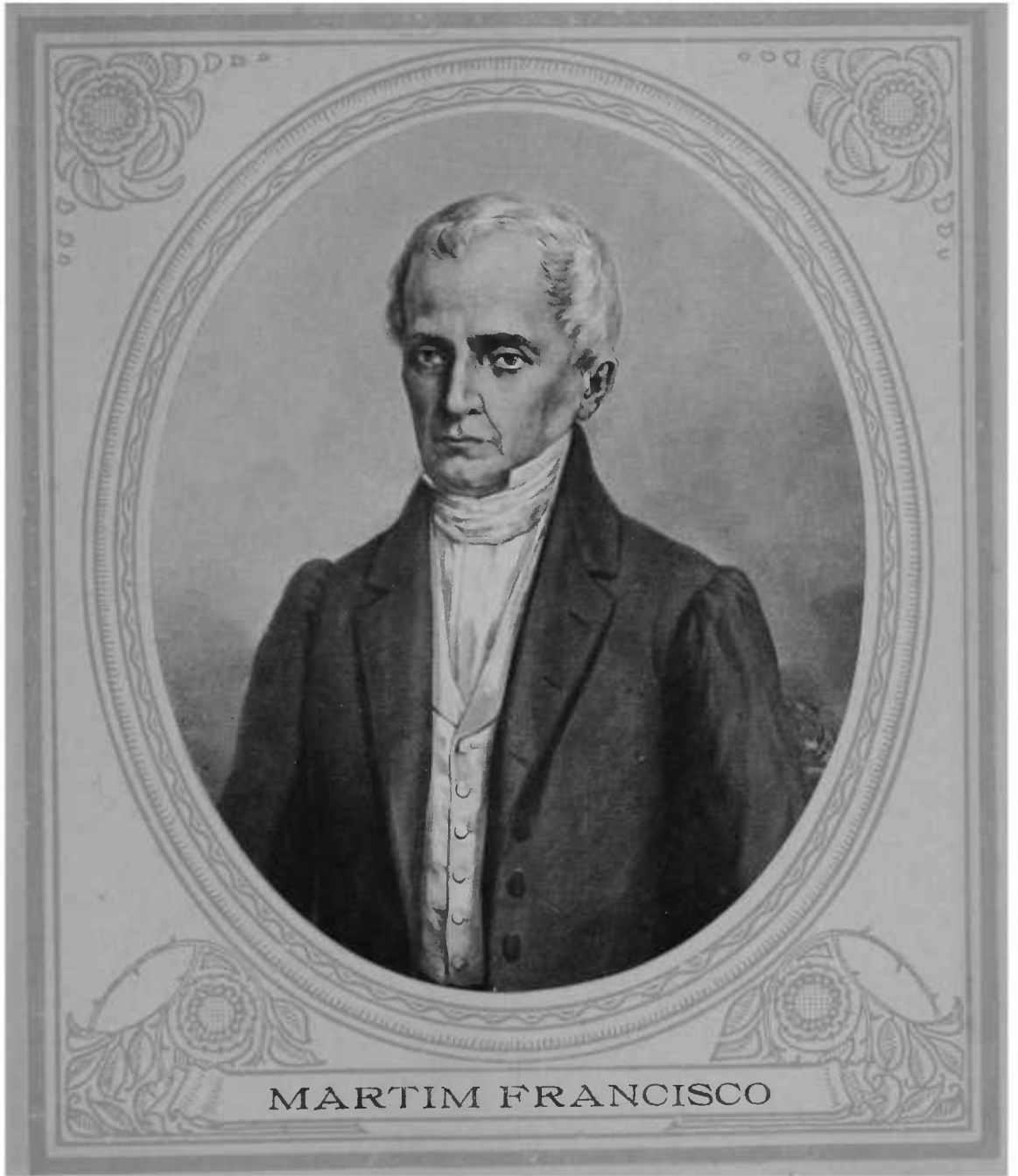
Conta-se que ao passar, preso, por um parque de artilheria, descobriu-se Antonio Carlos, a dizer aos canhões: *Soberanos do mundo, eu vos saúdo!*

Deportado com os irmãos, quasi cinco annos permaneceu Antonio Carlos em França. Em 1828 permittiram-lhe os inimigos que regressasse ao Brasil. Em companhia de Martim Francisco soffreu processo, como réu preso, sendo, afinal, absolvido, em setembro deste anno, pela Relação do Rio.

Em 1831, com o 7 de abril, reapareceu no scenario politico. Nomeado ministro em Londres, recusou a alta commissão, tomou parte activa nas luctas de imprensa, degladiando-se, sobretudo com Evaristo da Veiga, em artigos que revelaram mais uma vez a sua eloquencia e erudição immensa. Suspeito de restaurador, a sua viagem á Europa ainda veio acirrar tal supposição.

Morto D. Pedro I, regressou ao Brasil, e de 1838 em deante figurou no parlamento, como deputado por S. Paulo, fazendo terrivel opposição ao partido conservador e angariando a reputação da mais brilhante eloquencia da Camara, mau grado a presença de contendores e partidarios do valor de Bernardo de Vascóncellos, Montezuma, Paraná, Itaborahy, entre outros. Elle, e Martim Francisco, foram os chefes do movimento maiorista; deve-se-lhes o golpe de Estado de 23 de julho de 1840, que proclamou D. Pedro II maior.

Governou de 24 de julho desse anno a 23 de março de 1841 com o irmão, Abaeté, Sepetiba, Albuquerque e Suasuna. Logo no anno seguinte era vencido pela reacção conservadora, a que na camara voltou a combater com a violencia de que era capaz. Compromettido no movimento liberal paulista de 1842, devido á dissolução da camara em que novamente devia figurar, foram contra Antonio Carlos votadas medidas dictadas pelo odio partidario. Em 1845, victorioso o partido liberal, voltou á Camara temporaria. Neste mesmo anno, em bella demonstração de reconhecimento, Pernambuco elegia-o senador, ratificando esta homenagem o Imperador. Poucos mezes occupou a curul; pois a 5 de dezembro de 1845, em plena integridade dos excepçionaes dotes mentaes, fallecia no Rio de Janeiro, deixando a justa reputação de uma das maiores intelligencias e dos mais formosos caracteres, ennobrecedores da nação brasileira, renome que os annos tem accrescido sempre.



MARTIM FRANCISCO

MARTIM FRANC.^{co} RIBEIRO DE ANDRADA
1775 - 1844



ltimo da gloriosa trindade dos immortaes irmãos santistas, nasceu Martim Francisco Ribeiro de Andrada a 27 de junho de 1775. Estudando em Coimbra, como os irmãos, formou-se em mathematicas e por algum tempo trabalhou ao lado de José Bonifacio.

Voltando a S. Paulo em 1800, ahi viveu largos annos a illustrar o espirito, a fazer pesquisas mineralogicas e geologicas, a leccionar philosophia e sciencias exactas, francez e latim. Coronel do Real Corpo de Engenheiros, tinha o mais elevado prestigio na sua provincia, quando sobrevieram as noticias da revolução portuense de agosto de 1820.

Da repercussão em S. Paulo deste movimento, proveio a aclamação do governo provisorio que substituiu no poder ao Capitão General João Carlos de Oeynhausén. Coube a Martim Francisco delle fazer parte, ao lado do irmão, com quem, e com o mais vivo devotamento, inspirado pela amizade e admiração, vivia na mais perfeita communhão de ideias.

Em janeiro de 1822 partia José Bonifacio para o Rio de Janeiro, levando a celebre representação da junta paulista. Pedia ao Principe Regente que ficasse no Brasil, desobedecendo á injunção das Côrtes. Mas em S. Paulo reage o partido anti-andradista, aliás duramente tratado por Martim Francisco, e, a 23 de maio de 1822, estala a bernarda chefiada pelo Coronel Francisco Ignacio de Souza Queiroz, que expulsa do governo provisorio ao detestado adversario.

Recolhe-se este ao Rio de Janeiro, onde, a 4 de julho, é nomeado ministro da fazenda. Gerindo a sua pasta num periodo absolutamente cruel de crise financeira, incerteza

do futuro, desordem e desobediencia, prestou, o illustre Andrada, os mais assignalados serviços ao Brasil.

«Economia, fiscalisação de despezas, actividade e zelo, exemplo de probidade que a propria calumnia não ousa atacar, habil recurso a empréstimos e subscrições patrioticas, deram ordem e systema ás finanças do Brasil em revolução», commenta Macedo, com a maxima propriedade e justiça.

Inseparavel do grande irmão, foi-lhe o admiravel companheiro naquelles dias difficeis, em que o Patriarcha, sofrendo os ardores dos demagogos, lentamente preparava o desfecho de 7 de setembro. Em agosto de 1822, partia o Principe Regente para S. Paulo, deixando a regencia á sua consorte, princeza que aos dous Andradas consagrava admiração e real amizade. Foi então que, julgada a occasião azada, resolveu José Bonifacio fixar o momento do golpe definitivo da separação luso-brasileira. Corriam os dias de fins de agosto e haviam chegado ao Rio os ultimos despachos de Portugal, trazendo ordens terminantes para que D. Pedro deixasse o governo e se retirasse para a Europa. Reuniu-se o Conselho de Estado, sob convocação da excelsa Leopoldina de Habsburgo, a examinar a situação. Estava prompta a pasta dos papeis de Estado que o correio Paulo Bregaro devia levar a S. Paulo. Analysava Martim Francisco as condições do momento politico. Subitamente no meio de solenne silencio proferiu: *Se se tem de fazer, Senhora! que se faça já!* e entregou á princeza uma carta destinada ao esposo. Era uma instigação a que logo e logo proclamasse a Independencia.

Annuiu a illustre princeza ao pedido do ministro da fazenda e assim foi a missiva annexada á correspondencia de estado, recebida por D. Pedro, á margem do Ypiranga, á tarde de 7 de setembro.

Deixando o poder a 17 de julho de 1823, secundou Martim Francisco, com a maior efficacia, a tremenda opposição movida ao Imperador, pelos dous irmãos, attitude que, como se sabe, determinou a prisão dos tres e sua deportação. A elle e a Antonio Carlos tocou a redacção do famoso *Tamoyo*, jornal cuja linguagem contra o Imperador e os portuguezes natos, se tornou desabrida.

Cinco annos viveu em França, até que, em 1828, voltou, com Antonio Carlos, a assistir ao desfecho do processo contra elles instaurado. Recolhidos presos á fortaleza da ilha das Cobras, eram pouco depois absolvidos pela Relação do Rio

Eleito em 1830 deputado por Minas Geraes, recusou-se a servir como ministro de D. Pedro I, continuando em opposição. Depois de 7 de abril conservou esta attitude, contra a regencia, e, com os irmãos, passou a ser apontado como dos principaes corypheus do partido caramurú ou restaurador de Pedro I. Teve então agitada vida parlamentar a defender José Bonifacio, furibundamente agredido pelos liberaes e, afinal, deposto da tutoria do pequeno Imperador e suas irmãs. A Martim isto valeu a exclusão da Camara em 1834. Conseguiu, porém, fazer-se eleger por S. Paulo, na quarta legislatura (1838), reaparecendo ao lado de Antonio Carlos. Ligaram-se ambos á facção de Bernardo de Vasconcellos, que, dissidente dos liberaes, fundara o partido conservador, com quem derribara Feijó. Não tardaram, porém, em abrir lucta com o illustre homem de estado, tornando-se os propugnadores da necessidade de se conferir ao joven D. Pedro II as attribuições magestáticas.

Depois de tremenda lucta parlamentar, recorreram os dous Andradas ao golpe de estado de 23 de julho, que collocou o menino Imperador á testa do governo da nação. Ministro da fazenda, enquanto o irmão assumia a pasta do

imperio, durante oito mezes reaffirmou Martim Francisco as suas rigidas qualidades de administrador integerrimo e capaz. Mas os adversarios, momentaneamente abatidos, voltaram á carga e os dous irmãos tiveram de deixar o poder a 23 de março de 1841.

Na assembléa geral e na provincia de S. Paulo, continuaram a mover guerra aos conservadores. Embora não se houvessem envolvido directamente na revolução liberal de 1842, esta lhes trouxe muitos aborrecimentos e desgostos.

Falleceu Martim Francisco em Santos, a 23 de fevereiro de 1844. Menos brilhante que os dous geniaes irmãos, nem por isso deixava de ser uma intelligencia poderosa, a que serviam dotes oratorios de real relevo. Homem de severos costumes e inexcedivel probidade, possuia no mais alto grau o talento organisador. — «De nós tres quem tem juizo é mano Martim, gracejava o Patriarcha. A rispidez, a intransigencia, lhe valeram numerosas e violentas desaffeições; mas a austeridade da vida e a feição inquebrantavel do character, impuzeram sempre a todos os seus adversarios a mais viva admiração e respeito, traduzidos pelas resalvas que lhe faziam sempre á integridade, no meio dos mais violentos ataques ás suas attitudes politicas.

Varnhagen, que bem pouca ou nenhuma sympathia dispensava aos Andradas, sobretudo a Martim Francisco — reflexo das questões paternas com o antigo superintendente das minas de S. Paulo — por mais que procure desfazer no illustre santista, cuja «falta de prudencia e excesso de orgulho» verbera, assim como lhe aponta «a inferioridade extraordinaria, ante os irmãos, as tinturas pedantescas de sciencias, a falta de originalidade dos recursos do governo ou da tribuna, e a pratica de violencias e arbitrariedades», Varnhagen proclama categorico: «felizmente para a sua memoria, grangeou sempre reputação da mais illibada probidade». E logo abaixo,

a contradizer-se, concede que «com as licções do ostracismo veio a distinguir-se como orador na sessão de 1832, na Camara dos Deputados, especialmente ao defender a causa do Tutor, seu irmão!»

Isto, talvez, graças a irreprimivel movimento de sinceridade em momento em que o não preocupavam as reminiscencias das questões do Ypanema.

Não foi só Varnhagen quem pretendeu amesquinhar os Andradas com a diminuição da figura de Martim Francisco. Muitos mais, adversarios e desaffectedos dos illustres irmãos, o fizeram com a maior violencia atacando o ultimo dos tres por lhes parecer o mais fraco sob o ponto de vista da exteriorisação das faculdades intellectuaes.

Não é possivel separar os tres Andradas! declarou um de nossos historiadores, a traduzir a mais expressiva verdade. Apoia-se a obra admiravel conduzida pelo seu grande primogenito no entusiasmo, no espirito de sacrificio de Antonio Carlos, na rigidez, na austeridade, no sangue frio de Martim Francisco.

E nada mais exacto do que a conhecida apostrophe de Fagundes Varella:

*«Trindade eterna de heroismo e gloria.
Cujas estatuas cada vez mais bellas
Fulgem no templo de brasilea historia»...*





ROCHA

JOSÉ JOAQUIM DA ROCHA
1777-1848



irmão uterino de João Severiano Maciel da Costa, marquez de Queluz, nasceu José Joaquim da Rocha em Marianna, Minas Geraes, a 19 de outubro de 1777. Tão intelligente, talvez, quanto o irmão, distinguiu-se muito, desde os primeiros annos da escola primaria. Pretendia formar-se em Coimbra e não o fez por se haver casado, quasi ao sahir da adolescencia.

Occupou em Minas diversos cargos publicos, desempenhando-os com verdadeira superioridade; capitão mór de sua cidade natal, tornara-se notada na capitania a justiça e a intelligencia com que dirimira entrincadissimos pleitos judiciarios, a proposito de terras auríferas.

Em 1808 estabeleceu banca de advogado no Rio de Janeiro, onde, dentro em breve, angariava a maior clientela, mostrando-se sempre desprendido e solícito em attender aos pobres que o procuravam.

Foi dos apaixonados partidarios do movimento de 1821. Eleito deputado ás Côrtes, por Minas Geraes, deixou de nellas tomar parte por ter toda a deputação mineira decidido não partir para a Europa.

Coube-lhe importantissimo papel nos acontecimentos em torno do *Fico*. Era muito chegado ao grupo de Ledo, José Clemente Pereira, Januario Barbosa, Frei Sampaio, Nobrega, Azeredo Coutinho. Os seus dous filhos, Innocencio e João da Rocha Maciel, dedicadamente o acompanhavam. Foi dos fundadores de um club secreto destinado a promover a independencia do Brasil, club este a que se attribuem os cartazes anonyms apparecidos nas ruas do Rio de Janeiro, já em outubro de 1821, e concitando os fluminenses á acclamação do principe regente como soberano independente do Brasil.

A este club tambem pertenciam Paulo Barbosa da Silva e Pedro Dias Paes Leme (marquez de Quixeramobim), enviados á Minas e S. Paulo para obterem, em fins de 1821, a adhesão das juntas destas provincias contra a attitude das Côrtes, que queriam forçar o principe a deixar o Brasil.

Depois do *Fico*, continuou José Joaquim da Rocha a pugnar pela causa da Independencia, ardentemente. No dia de sua coroação agraciou-o D. Pedro I com a dignitaria do Cruzeiro. Eleito por Minas Geraes, deputado á Constituinte, foi Rocha ardente andradista. Vinha a sua amizade por José Bonifacio de longa data.

Quando se deu a scisão entre o *Grande Oriente*, onde Ledo dominava, e o *Apostolado*, o club dissidente fundado pelo illustre ministro, foi J. J. da Rocha dos seus mais firmes adeptos.

Arrebentou a crise politica de 25 de outubro de 22; a 27 demittia-se José Bonifacio, provocando, a sua sahida do poder, formidavel celeuma.

À testa da reacção andradista, poz-se, ao lado de Martim Francisco, J. J. da Rocha.

Coube-lhe em magna parte o triumpho de sua causa, a reintegração dos Andradas no ministerio, a 30 de outubro, pelo Imperador, que se reconciliou com José Bonifacio e deu-lhe plenos poderes para a expulsão do imperio dos seus inimigos principaes: Ledo, Januario, José Clemente, Nobrega.

Amigo dos bons e maus dias, salientou-se J. J. da Rocha, ao lado dos seus partidarios, quando definitivamente apeiados do poder, vieram os Andradas levantar, no seio da Constituinte, terrivel opposição ao Imperador.

Distinguiu-se então pela violencia com que combateu a politica imperial. Isto lhe valeu a expulsão, ao se darem os acontecimentos de 13 de novembro e o longo exilio que

durou até 1830, data de sua amnistia.

Voltou do desterro, arruinado, ao Rio de Janeiro, onde recomeçou a trabalhar na advocacia. Compaticipe efficaz do movimento de 7 de abril, era pouco depois nomeado ministro do Brasil em Pariz. Durante sete annos exerceu o cargo diplomatico, dando sobejas provas de grande tino, pelo que, em 1834, foi enviado em missão especial á Roma, para tratar de melindroso caso com a Santa Sé.

Tanto em Pariz como em Roma, mostrou-se J. J. da Rocha o mais brilhante e dedicado representante do Brasil e o mais solícito protector dos brasileiros, que o procuravam.

Em 1838 voltou ao Rio de Janeiro, pobre e muito apprehensivo do futuro dos seus. Reabriu a sua banca de advogado e com a mesma felicidade saldou as dividas que precisara contrahir no estrangeiro. Parecia dever refazer a fortuna, quando lhe sobreveio a cruel amaurose. Assim mesmo não deixou de trabalhar. Ouvia ler os autos e dictava aos escreventes, por vezes, longas e profundas razões. Em 1841 agraciou-o D. Pedro II com o titulo de Conselho.

Varios annos arrastou-se assim. Em 1848 estava invalido, aleitado, desde muito totalmente cego e em extrema pobreza. Acudiu em seu auxilio o Instituto Historico Brasileiro, promovendo uma representação ao Governo, em que se allegavam os grandes serviços do illustre patriota. Dias mais tarde lavrava-se um decreto concedendo-lhe a pensão, para o tempo razoavel, de cem mil réis mensaes, com sobrevivencia á mulher e filhas. Pouco depois, a 16 de julho de 1848, fallecia José Joaquim da Rocha, resolvendo D. Pedro II que as despesas de seu funeral corressem todas por conta da Casa Imperial, ultima homenagem prestada pelo chefe de Estado, em nome da nação, a quem tanto e tanto servira o Brasil.



SAMPAIO

FREI FRANCISCO DE SANTA THEREZA
DE JESUS SAMPAIO

1778 - 1830



filho legitimo do Capitão Manuel José de Sampaio e de D. Elvira Maria da Conceição, nasceu Francisco José de Sampaio no Rio de Janeiro, em agosto de 1778. Creança muito intelligente, teve boa educação, fazendo optima figura nas escolas para onde o pae, negociante abastado, o encaminhara.

Era uma alma extremamente sensivel. A morte da mãe o abateu extraordinariamente; pouco depois teve outro desgosto notavel, o segundo casamento do pae.

— O mundo entristece-me, quero ser frade! declarou aos amigos e parentes, quando apenas acabava de entrar na adolescencia. Tomou o habito franciscano no Rio de Janeiro, a 15 de outubro de 1794 e partiu para S. Paulo, onde fez os estudos theologicos. Ordenou-se em 1801 e, desde logo, confirmou todas as esperanças que o talento e o amor ao estudo, revelados na escola, promettiam. Prégava admiravelmente bem o moço franciscano; e D. João VI, encantado com um de seus sermões, em agosto de 1808, nomeou-o prégador de sua capella real.

«A sua palavra facil, arrebatadora, o seu gesto grave e magestoso, apropriado ás revelações diversas do sentimento e das paixões, a sua linguagem brilhante, clara, cheia de fogo e sentimento, verdade e convicção, proclamavam, com verdadeiro brilhantismo, as santas maximas do christianismo», diz um de seus biographos.

Examinador da mesa de consciencia e ordens, em 1808, censor episcopal e capellão mór de Sua Alteza, depois D. João VI, em 1813, secretario da provincia ecclesiastica, em 1814, theologo da nunciatura, foi eleito guardião de seu convento, em 1818, e depois reeleito, com grande applauso

do rei D. João VI e toda a sua Córte.

Cada vez mais admirada a sua eloquencia, graças aos successivos triumphos oratorios, que eram os seus grandes sermões de jubilo, panegyricos ou orações funebres, tornara-se o illustre franciscano uma figura primacial no meio fluminense.

O movimento constitucionalista nelle teve logo apaixonado adepto; não tardou que se manifestasse um dos mais ardentes corypheus da independencia brasileira. Em 1821, affiliado ao grupo, cujos principaes chefes eram Ledo, José Clemente Pereira, Januario Barbosa, J. J. da Rocha, Luiz da Nobrega, Azeredo Coutinho, tornou-se uma das figuras centras do movimento libertador do Brasil.

Culminou nos acontecimentos que tiveram o *Fico* como desfecho. A tal proposito escreveu Haddock Lobo uma serie de brilhantes e justissimos conceitos, que *in totum* subscrevemos, ao tratar da agitação politica de fins de 1821:

«Entrementes, no Rio, a agitação era extrema, o enthusiasmo fremente, o trabalho ardoroso pela Causa Sagrada. Não descansavam os patriotas do Club da Resistencia, aos quaes se uniam os seus companheiros maçons da *Commercio e Artes*, e todos aquelles corações que pulsavam pelo sublimado escopo.

A imprensa, quer nos periodicos habituaes, quer nos que surgiam «ad-hoc», como o numero unico do *Despertador Brasiliense*, em que se estampou o impressionante artigo de França Miranda, incitava e estimulava desabridamente o ardor magnifico da população fluminense e não é para esquecer, antes convem ser commoivamente lembrada, a influencia decisiva que o *Revérbero* e a *Malagueta*, de João Antonio May, surgida pouco antes, tiveram no despertar e no evoluir dos sentimentos contemporaneos.

Na casa da rua da Ajuda, no templo maçonico e na cella

de frei Sampaio, no Convento de Santo Antonio, reuniam-se os principaes agentes e propugnadores do *Fico*, e para logo encarregavam o ardoroso franciscano de escrever o manifesto em que o povo do Rio de Janeiro solicitaria do Senado da Camara representasse ao Principe, interpretando-lhe os desejos para que s. a. não partisse e ficasse á testa do Brasil.

Frei Sampaio, de quem o viajante francez Gendrin disse «qu'il était l'homme le plus savant du Brésil», concretisava perfeitamente o alto e esclarecido patriotismo do clero brasileiro na época. Seu papel na nossa emancipação politica foi immenso e, quer pela palavra na tribuna sagrada, de que era um dos mais formosos ornamentos, quer na imprensa, redigindo o *Regulador*, concorreu sobremaneira para orientar e exaltar o espirito de então. Seu estilo é como o dos oradores e dos escriptores da época, vasado á franceza nos moldes mais ou menos convencionaes, pelo menos reçumando aquelles laivos de Girondinismo, que eram tambem os de Ledo, os de Januario e dos proceres intellectuaes do momento. O Manifesto de 29 de dezembro que elle redigiu e que dizem ter feito de accôrdo com D. Pedro, que para tanto muitas vezes lhe frequentou a humilde cella do Convento do Largo da Carioca, é todo daquelle feitio, e nelle ha phrases como esta: «O povo do Rio de Janeiro julga que o navio que reconduzir s. a. real apparecerá sobre o Tejo com o pavilhão da independencia do Brasil». Esse precioso documento foi coberto por mais de 8.000 assignaturas, e para obte-las o esforço foi grande, o trabalho arduo e difficil, ainda que isso pareça surpreendente, visto á luz das commodidades e das facilidades, que nos cercam agora. Naquella quadra, porém, numa cidade pequena, de cerca de 150.000 almas, sob a pressão de 2.000 homens de tropas portuguezas absolutamente disciplinadas

e fieis a seus chefes, com uma população sobre a qual o elemento portuguez nato e fervorosamente constitucional se impunha, uma empresa como essa, a cuja frente se puzeram os temperamentos generosos e activos dos Vasconcellos de Drumond, dos Innocencio da Rocha Maciel, tem uma valia extrema. E nós de hoje nos devemos rejubilar pelo desprendimento, pela abnegação e pelo alto senso patriotico dos nossos avós daquellas gloriosas éras.»

Coube a Sampaio, pois, a redacção da mensagem que José Clemente Pereira, recém-conquistado á causa de nossa Independencia, leu ao Principe, e a 9 de janeiro de 1822, na qualidade de Presidente do Senado da Camara do Rio de Janeiro, motivando a resposta de todos conhecida.

No decorrer de 1822 manteve-se Sampaio sempre na actividade em defesa da causa de nossa libertação. Muito notada foi a sua oração funebre pelas victimas das carnificinas de fevereiro na Bahia, de que foram autoras as tropas lusitanas de Madeira e a mais illustre victima a Abbadessa da Lapa, madre Joanna Angelica de Jesus.

Repassada da mais elevada eloquencia, teve immensa repercussão patriotica em todo o paiz.

Passado o 7 de setembro afastou-se Sampaio da scena politica, voltando á sua vida de religioso.

Foi quem, a 12 de outubro de 1822, por occasião da proclamação de D. Pedro I, como imperador, fez o sermão do solenne *Te Deum*, peça oratoria de notavel eloquencia, diz Varnhagen, e cujo thema versou sobre «a parte que se deve á Providencia na grandeza e decadencia dos imperios».

Deputado em 1824 da bulla da Santa Cruzada, deram-lhe a redacção do órgão officioso, o *Regulador*. Valeu-lhe este cargo a admoestação maçonica de 23 de agosto de 1822, accusando-o os seus amigos de apregoar ideias anti-liberaes sob a influencia de José Bonifacio. Foi este inci-

dente uma das causas principaes do rompimento do grupo de Ledo com os Andradas.

Falleceu Frei Sampaio, no Rio de Janeiro, a 13 de setembro de 1830.

É uma das grandes glorias da independencia nacional e das maiores figuras da igreja brasileira.

Fallando de sua feição intellectual, assim se exprime um de seus biographos:

« Phrase rica, pensamentos sublimes, estilo magestoso, invenção digna dos assumptos que traçara, facilidade de expressão, exemplos bem escolhidos, doutrina solida, figuras brilhantes, posto que algumas vezes atrevidas, quando não podia conter os arrebatamentos do seu genio; emfim, uma reunião de qualidades oratorias, que bem poucas vezes se encontram nos ministros da santa palavra, sustentavam-lhe o credito de um orador, que honrava a sua religião e a sua patria.»



JANUARIO BARBOSA

JANUARIO DA CUNHA BARBOSA
1780-1846



ilho legitimo de um portuguez e uma fluminense, nasceu Januario da Cunha Barbosa no Rio de Janeiro, a 10 de julho de 1780.

Orphão, muito menino ainda, de pae e mãe, ficou a cargo de um tio paterno, que lhe ministrou excellente educação. Ordenado presbytero em 1803, partiu para Portugal, e de 1805 em diante viveu no Rio, occupando-se do seu ministerio, sobretudo como prégador excellente, que era, e do magisterio, nomeado que fôra, em 1808, lente de philosophia.

Bella intelligencia realçada pela cultura, homem de palavra facil e ductil, penna vigorosa e vivaz, era das personalidades de maior relevo no meio fluminense, quando começaram os acontecimentos do constitucionalismo em 1821. Affiliado a um grupo a que pertenciam, como figuras de maior destaque, Ledo, Frei Sampaio, J. J. da Rocha, Luiz Pereira da Nobrega, passou a pertencer á maçonaria, onde activamente trabalhou pela liberdade brasileira. Redigiu com o primeiro o famoso *Revérbero Constitucional Fluminense*, jornal politico, arauto da independencia nacional, que desde o primeiro numero, em 15 de setembro de 1821, angariou merecido e elevado prestigio, muito embora começasse timidamente. Escreviam sempre os dous amigos de collaboração. Mais tarde acabaram inimigos...

Á causa brasileira prestou Januario, em 1822, os maiores serviços. Foi dos que suggeriram ao Principe a ideia do Conselho de Procuradores das provincias.

Ao voltar o Principe da sua viagem triumphal a Minas, escreveram os dous patriotas redactores do *Revérbero*, o arroubado e dithyrambico artigo, que tanta impressão causou

e em que lhe diziam: *Principe, não desprezes a gloria de ser o fundador de um novo imperio!* Quando, em maio de 1822, propoz Alves Branco que a D. Pedro se conferisse o titulo de Protector e Defensor Perpetuo do Brasil, ainda foram Januario e Ledo que redigiram o discurso lido por José Clemente Pereira, no dia 13, e a que respondeu o Principe affirmativamente. Em fins de maio foi Januario eleito orador do Grande Oriente Maçonico, baluarte principal dos patriotas brasileiros no Rio.

Em setembro partiu Januario para Minas, afim de vencer possiveis resistencias á aclamação de D. Pedro I.

Divergente dos Andradas e por elles vencido foi, com os principaes chefes de seu grupo, deportado a 19 de dezembro de 1822, para a Europa; assim passou um anno no exilio, em Pariz. Voltou com a queda dos adversarios, foi absolvido do crime de sedição a 7 de outubro de 1823, sendo pelo Imperador recebido com grandes demonstrações de apreço. Conego da Capella Imperial, deputado pelo Rio de Janeiro em 1826, redactor do *Diario do Governo*, tornou-se suspeito de aulicismo aos liberaes. Assim o demittiu a regencia em 7 de abril. Era um elemento de real valor, porém, e não ousou o movimento vencedor te-lo como inimigo.

Assim, já em julho de 1831, era reintegrado á testa da Typographia Nacional e do órgão official. Nos dias tumultuosos da regencia, foi dos mais ardentes pamphletarios, tomando altissima parte nos debates politicos da imprensa.

Nos dez ultimos annos de sua vida e os mais trabalhosos, diz Macedo, foi Januario «luminoso pharol da civilização do Brasil e assombra a extensão de sua patriótica seára».

Examinador synodal, chronista do Imperio, director da Bibliotheca Nacional, em 1844, Secretario Perpetuo da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, redactor da re-

vista, o *Auxiliador*, coube-lhe ainda a gloria de fundar, com Cunha Mattos, o Instituto Historico e Geographico Brasileiro, de que foi dedicadissimo secretario perpetuo e onde trabalhou immenso, quer mantendo enorme correspondencia com as principaes associações scientificas e litterarias do estrangeiro, quer com as principaes personalidades do intellectualismo nacional e grande numero de sabios estrangeiros.

Muito dedicado á causa da divulgação da instrucção, ainda animava com a presença e a palavra os esforços das sociedades litterarias de estudantes. Publicou sete tomos da *Revista do Instituto*, que á sua dedicação deveu o forte impulso inicial assegurado da sua existencia.

Optimo orador sacro, abalisado lente de philosophia, além das qualidades de jornalista brilhante, profundo na polemica, ardente na replica, mordaz na satyra, terrivel adversario, emfim, ainda se revelou poeta de merecimento. Deixou entre outras producções os *Garimpeiros* e *A rusga da Praia Grande*, poematos satyricos, o poema *Nictheroy*, numerosas poesias satyricas, estudos biographicos, relatorios na *Revista do Instituto*, sermões e discursos.

Coberto do maior e mais merecido prestigio, falleceu a 22 de fevereiro de 1846, no Rio de Janeiro. É uma das personalidades mais caracteristicas da mentalidade brasileira, na época da independencia, e seus grandes serviços á causa nacional lhe tornaram o nome immorredouro perante a gratidão brasileira.



JOSÉ CLEMENTE

JOSÉ CLEMENTE PEREIRA
1787 - 1854



asceu José Clemente Pereira num logarejo da Comarca de Trancoso, Portugal, a 17 de fevereiro de 1787. Formado em direito canonico pela Universidade de Coimbra, bravamente bateu-se com os francezes invasores do solo de Portugal, no corpo academico formado de alumnos da Universidade e cujo capitão era José Bonifacio de Andrada e Silva. Capitão de guerrilhas, deu sempre as mais notaveis provas de coragem e sangue frio, seguindo o exercito de Wellington na sua invasão á Hespanha.

Em 1815 partiu para o Brasil, onde, no Rio de Janeiro, advogou com muito exito algum tempo. Nomeado juiz de fóra de Nictheroy, prestou á actual capital fluminense assignalados serviços.

Partidario extrenuo do constitucionalismo, tornou-se logo uma das maiores figuras do movimento de que deveria resultar a independencia do Brasil. Tão bemquisto quanto popular no Rio de Janeiro, era universalmente conhecida a sua alcunha carinhosa de *Zé pequeno*.

Ao se realisarem as eleições previas na Praça do Commercio do Rio de Janeiro, a 26 de abril de 1821, foi aclamado secretario da assembléa e um dos escrutinadores. Correu, então, os maiores riscos de vida quando se deram as scenas da selvagem repressão do meeting eleitoral por ordem do Principe Regente. Recebeu varias baionetadas e uma cutilada na cabeça que o pozeram enfermo mais de um mez. Era o seu baptismo de sangue em prol da causa brasileira, observa Varnhagen.

Curiosa attitude a desse portuguez, recém-chegado ao Brasil e afeiçãoando-se de modo tão completo á sua patria

de adopção, a quem consagrou, desde os primeiros dias, entranhadíssima amizade. Juiz de Fôra do Rio de Janeiro, em 30 de maio de 1821, presidente do Senado da Camara da capital brasileira, oppoz-se com a maior coragem ao pretorianismo da tropa portugueza da guarnição, do commando de Jorge Avilez, nos successos de 5 de junho; obtendo, então, notavel triumpho, viu vencedora sua ideia de se eleger a Junta dos Conselheiros do Principe, que a soldadesca exigia fosse acclamada.

Affiliado á maçonaria, nella tomou logo uma posição de destaque ao lado de Ledo, Sampaio, Nobrega, Januario. Em dezembro de 1821 mereceu José Clemente os maiores titulos de reconhecimento á nossa gratidão nacional, quando encabeçou o grande movimento terminado, a 9 de janeiro seguinte, pelo *Fico*. A principio hesitante, dada a gravidade da attitude que ia assumir, como mais tarde lealmente confessou, no Senado do Imperio, visto a sua qualidade de portuguez, acabou vencido pela generosidade do coração e o appello da sympathia pelo Brasil, deixando se influenciar pela persuasão eloquente dos chefes do partido libertador, sobretudo por Frei Sampaio, que definitivamente o attrahiu para a nossa causa nacional. Foi elle quem ao povo do Rio de Janeiro, agglomerado em frente ao Paço, repetiu a altiva resposta, desobediente, do Principe, á representação do Senado da Camara e dos patriotas brasileiros. Durante o decorrer de 1822 continuou José Clemente a ser dos maiores vultos do movimento libertador. Foi dos que aventaram em fevereiro a ideia da criação do conselho dos procuradores das provincias. A 13 de maio era quem offerencia ao Principe o titulo de Defensor Perpetuo do Brasil, imaginado por Alves Branco na maçonaria, recitando-lhe o discurso composto por Januario Barbosa e Ledo. A 23 do mesmo mez quem lhe pedia a convocação de uma constituinte brasileira.

Tomou parte em muitas das principaes e famosas sessões do conselho de estado em agosto de 1822. A 21 de setembro convocava os cidadãos fluminenses para a solenne proclamação do novo Imperador e a 12 de outubro lavrava o auto de tal cerimonia.

Assim diz muito bem Macedo: «o nome de José Clemente Pereira está escripto em todos esses documentos da historia da independencia do Brasil».

Logo após o triumpho, irrompia a lucta entre os Andradas e o grupo de José Clemente, a quem se ligavam Ledo, Januario, Nobrega, Alves Branco.

A 17 de setembro, de combinação com Ledo, expediu José Clemente uma circular ás Camaras da Provincia do Rio de Janeiro e das outras provincias, «circular em que havia a clausula do juramento previo que o imperador devia prestar á Constituição, que a assembléa constituinte do Imperio, a reunir-se immediatamente, fizesse», diz o Barão do Rio Branco, annotando Varnhagen.

Era este o modo de pensar dominante entre maçons, mas José Bonifacio levou muito a mal esta imposição da Maçonaria, ou antes, do partido de Gonçalves Ledo e forçou a Camara Municipal do Rio a não formular esta exigencia no dia da aclamação. D'ahi se originou o completo rompimento entre o primeiro ministro e José Clemente e seus partidarios, perseguidos dias depois da aclamação.

Vencido com os seus amigos e deportado voltou ao Brasil com a queda dos adversarios, em novembro de 23. Fôra a 30 de outubro absolvido, com os demais exilados, do processo então instaurado. A 17 de fevereiro de 24 era agraciado com a dignitaria do Cruzeiro.

Eleito para a primeira legislatura pelas tres provincias de S. Paulo, Rio de Janeiro e Minas, optou pela segunda. Intendente geral da policia, prestou relevantes serviços á ci-

dade do Rio de Janeiro, melhorando-lhe o abastecimento d'agua, construindo fontes publicas, regularizando o correio. Foi quem ordenou a primeira exposição de bellas artes ha-vida no Brasil. Ao mesmo tempo tomava activa parte nos debates para a confecção dos codigos criminal e commercial. Sua lucida e alta intelligencia, seus dotes de jurisconsulto tiveram, então, toda a evidencia. Chamado ao governo, no gabinete de 20 de novembro de 1827, occupou a pasta do imperio e depois, interinamente, a da guerra.

Dedicadissimo á pessoa de D. Pedro I soffreu, durante os quatro ultimos annos do primeiro reinado, tremenda guerra do partido liberal. Com o 7 de abril, delle quizeram os inimigos tirar serio desforço. Foi processado sob a accusação de abuso de poder, quando ministro da guerra, e teve de se defender perante o Senado, que, depois de larga discussão, afinal o absolveu unanimemente, a 9 de junho de 1832, ante a inanidade e injustiça das accusações. Perseguido sempre pelo rancor liberal, foi durante annos, José Clemente systematicamente afastado do scenario politico.

Em 1835, prestigiado por Evaristo da Veiga, entrou para a assembléa provincial do Rio de Janeiro, onde prestou relevantes serviços.

Havendo em 1836 Bernardo de Vasconcellos organizado o partido conservador, teve em José Clemente um dos mais habéis e fieis coadjuvadores.

Voltou á Camara em 1838. Eleito pelo Rio de Janeiro, tomou então larga parte nas tumultuosissimas sessões daquella legislatura. Vencido pelos Andradas e o movimento maiorista de julho de 1840, subiu de novo ao poder com a reacção conservadora de 1841. Ministro da guerra, a 23 de março desse anno, num gabinete em que figuravam Uruguay, Sepetiba, Abrantes, conservou-se no poder até 20 de

janeiro de 1843. A sua energia e actividade muito se deveu a rapida repressão dos movimentos liberaes de 1842, em Minas e S. Paulo. Escolhido senador pelo Pará, em dezembro de 1842, ainda prestou grandes serviços ao Brasil, na camara vitalicia. Em 1850 entrou para o Conselho de Estado. Ia D. Pedro II galardoa-lo com um titulo nobiliarchico quando a morte o colheu a 10 de março de 1854; assim se transferiu tal titulo á sua viuva, que foi feita Condessa da Piedade. Esta designação visava relembrar os extraordinarios serviços prestados por José Clemente Pereira á Santa Casa de Misericordia do Rio de Janeiro, durante longos annos. Foram estes realmente immensos; reformou-lhe o hospital e os asylos, e os melhorou muito; desenvolveu-lhe notavelmente o patrimonio; construiu o magnifico Hospicio D. Pedro II, para alienados, o cemiterio de S. Francisco Xavier, na praia do Cajú; foi, enfim, dos maximos bemfeitores da grande instituição de caridade fluminense.

Tal o seu devotamento que a muitos philantropos, segundo se diz, inspirou a ideia de fazerem legados valiosos á Santa Casa.

Á memoria de José Clemente Pereira, brasileiro adoptivo que sobremodo amou a nossa terra e tanto fez pela sua independencia, rodeiará sempre o testemunho da gratidão nacional.

LUIZ PEREIRA DA NOBREGA DE
SOUZA COUTINHO

17 .. - 1826



uito embora os grandes serviços prestados á patria, sobretudo á causa da Independencia, ha na biographia deste illustre brasileiro notaveis lacunas. Basta lembrar que nem sequer são conhecidos o millesimo de seu nascimento e, até ainda, o nome de seus paes.

Nascido em Angra dos Reis, seguiu a carreira militar. Pouco se sabe de sua mocidade. Serviu em differentes commissões; e em 1821 era coronel de estado maior, quando começou o movimento constitucionalista.

Homem de pouca instrucção, mas de notavel energia e intelligencia, tornou-se um dos mais notaveis membros do grupo de que eram principaes corypheus Ledo, frei Sampaio, Januario e J. J. da Rocha, de quem era intimo amigo.

Foi dos mais ardentes promotores do movimento do *Fico*, e nesta occasião tornou-se tão saliente o seu patriotismo que, na noite de 9 de janeiro, precisou esconder-se, tendo soldados portuguezes querido assaltar-lhe a casa, que ficava á encosta do Castello, então dominado pelas forças de Avilez, e sobre cujos telhados fizeram correr grandes pedras.

Nos acontecimentos de 11 e 12 de janeiro, que forçaram a divisão portugueza a render-se, prestou Nobrega, ao lado de Curado e Oliveira Alvares, relevantissimos serviços.

Incansavel, arregimentou e armou os patriotas e deu provas do mais extraordinario patriotismo e bravura. A 13 de março era promovido a brigadeiro e a 13 de maio nomeado Ajudante General do exercito.

Continuando em sua acção fecunda, foi dos que mais pugnaram pela necessidade da convocação de uma consti-

tuinte brasileira. Por ocasião da eleição de José Bonifácio para Grão Mestre da Maçonaria e da de Ledo para primeiro vigilante, viu-se Nobrega eleito promotor fiscal e seu grande amigo Januario Barbosa, orador. Sua acção em prol da independência se tornou cada vez mais saliente e proficua. Tal destaque adquiriu, que o Príncipe, a 27 de julho, o chamou para o seu ministerio, dando-lhe a pasta da guerra. Como tal referendou numerosos actos de primeira importancia, como o decreto de 1.º de agosto, declarando inimigas todas as tropas que Portugal enviasse ao Brasil sem o conhecimento previo do Regente.

Abrindo lucta com os Andradas o grupo de Ledo, a que pertencia, deu-se a crise ministerial de 28 de outubro de 1822, a que se succederam o interregno de dous dias, a demissão dos Andradas, sua volta ao poder e o seu desforço dos adversarios. Foi Nobrega substituido na pasta da guerra pelo futuro marquez de Lages, perseguido, preso e, afinal, deportado para a França com Januario Barbosa e José Clemente Pereira, ao passo que Ledo homisiado, conseguia fugir para o Prata.

Preso na Fortaleza de Santa Cruz, ahi escreveu Nobrega violento folheto contra os Andradas, que fez imprimir na Bahia: «Declarações feitas a todos os brasileiros e mais cidadãos para conhecerem o doloso e falso systema do governo do Rio de Janeiro».

Nelle apregoava que uma vez liberto o territorio das tropas portuguezas, seria a tyrannia dos Andradas sem limites e aconselhava os brasileiros a proclamarem a constituição de Portugal para não ficarem sem nenhuma.

Em 1824, derrubados os seus inimigos, voltou ao Brasil. A 7 de outubro de 1823 vira-se absolvido, com José Clemente, Ledo, Januario e o padre Lessa, do processo que lhes fôra instaurado a 30 do outubro anterior.

A 12, por ocasião do anniversario de D. Pedro I teve a promoção a brigadeiro effectivo.

Foi em 1826 eleito deputado á assembléa legislativa pela provincia do Rio de Janeiro e pela assembléa escolhido para presidente.

Estava-lhe certamente reservado um grande papel no scenario da politica nacional. A morte veio, porém, colhe-lo a 21 de dezembro de 1826.

Benemerito da Independencia, assim se exprime a seu respeito J. M. de Macedo, a «ella prestou tão relevantes serviços em 1822 que merece logar de honra na Historia Patria»: conceitos estes perfeitamente exactos.

DOMINGOS ALVES BRANCO
MUNIZ BARRETO
17... - 1831



ilho do capitão de igual nome, do regimento de infantaria de Extremoz, nasceu Domingos Alves Branco Muniz Barreto, na Bahia, em meados do século XVIII.

«Educado no mesmo regimen abraçado pelo pae, que alliava á espada a penna, diz Maciel da Silva no pequeno esborço biographico, que a seu respeito traçou, foi Alves Branco naturalmente levado a seguir as pégadas de seu illustrado progenitor. Assim é que, tendo a necessaria instrucção, alistou-se no exercito do Brasil, onde lhe foi dado seguir os primeiros postos de official, alcançando o de sargento mór, em 1804.

Por decreto de 13 de maio de 1808 foi promovido a tenente-coronel de infantaria, concedendo-se-lhe, por acto de 28 de julho do anno seguinte, a sobrevivencia da fortaleza de S. João da Barra. Por despacho de 7 de junho de 1810 foi elevado ao posto de coronel, addido ao Estado Maior do Exercito, com exercicio ás ordens do Paço, ficando dispensado do de governador da fortaleza.

Tendo ainda o governo de D. João VI, em consideração os «seus merecimentos e prestimos», por despacho de 25 de novembro de 1816, nomeou-o secretario do governo da capitania de Montevidéu, sendo graduado no posto de brigadeiro de infantaria por decreto de 6 de fevereiro de 1818.

De regresso á Côrte do Rio de Janeiro, passou a ser extremado partidario da independencia do Brasil.

Affiliado á Maçonaria, muito chegado ao grupo cujas principaes figuras eram Ledo, Januario, Nobrega, Rocha, José Clemente, não tardou em se tornar notado entre os mais illustres defensores da causa nacional e grande papel re-

presentou no movimento coroado pelo *Fico*.

Numa sessão do Grande Oriente, em principios de maio de 1822, teve uma ideia acolhida com geral enthusiasmo. Propoz que ao Regente se attribuissem as denominações de Protector e Defensor Perpetuo do Brasil, afim de que pudesse ter «titulos conferidos pelo povo».

Aceita a proposta com explosões de jubilo, tornou-se uma realidade a 13 de maio seguinte, na festa de gala, que então se realisou, sendo José Clemente Pereira quem ao Regente, em nome do povo, offereceu os titulos, lendo ahi um discurso escripto por Ledo e Januario Barbosa. Desvanecido aceitou-os D. Pedro, mas depois declarou que não admittia o titulo de Protector, convencido de que o Brasil a si proprio se protegia. Guardou, porém, o de Defensor Perpetuo, de que tambem sempre usou D. Pedro II.

Occorrendo o 7 de setembro e voltando o Principe ao Rio de Janeiro, foi ainda Alves Branco quem propoz, em sessão de 14 de setembro, se preferisse o titulo de Imperador ao de Rei, lembrado por outros patriotas. «Tomando a palavra e subindo sobre uma mesa acclamou por tres vezes com voz forte: Viva o Senhor Dom Pedro de Alcantara, Primeiro Imperador e Defensor Perpetuo do Brasil! o que foi unanime e enthusiasmicamente repetido pela assembléa». (Varnhagen). Convencionou-se então que tal acclamação a levassem a cabo, pelas ruas, os maçons; e, com effeito, no dia 16, tanto no Largo do Paço, como no Theatro, foi o novo soberano saudado pelo povo como imperador.

Dando-se a divergencia entre os Andradas e o grupo de Ledo, mostrou-se Alves Branco solidario com os amigos. Parece que foi de sua inspiração o golpe politico pelo qual tentaram os ledistas provocar a ruptura entre o Imperador e o seu primeiro ministro, proclamando o monarcha Grão Mestre da Maçonaria. Pelo menos incumbiram-no de saudar

o novo grão mestre eleito, e o seu discurso, cheio de claras e violentas allusões aos Andradas e o seu incriminado despotismo, demonstra quanto estava politicamente divorciado dos illustres rivaes.

Assim tambem, depois dos successos de 28 e 30 de outubro de 1821, quando José Bonifacio se demittiu e voltou ao ministerio e afinal reassumiu o Governo com plenos poderes de acção, foi Alves Branco um dos principaes alvos do rancor ministerial. Deportados para a França Januario, Nobrega e José Clemente, fugido Ledo para o Prata, foram, elle e muitos mais encarcerados. Se não o exilaram, esteve, comtudo, por longos mezes encarcerado.

Em fins de maio de 1823 pedia á Assembléa Constituinte que o mandasse pôr em liberdade. A 5 de julho seguinte era absolvido pela Relação do Rio, com muitos mais companheiros de carcere, prisioneiros politicos. Só não logrou a liberdade o estúpido e violento pasquineiro, no dizer de Varnhagen, João Soares Lisboa, calumniador profissional, a quem o tribunal condemnou a dez annos de prisão. Quanto aos demais declarou a Relação fluminense que não havia provas «do horroroso crime de conspiração contra o Governo estabelecido», base da devassa a que os inimigos dos Andradas intitularam «a bonifacia».

«Restituído á familia e á patria, diz Maciel da Silva, houve por bem o governo, por decreto de 10 de dezembro do referido anno de 1823, nomea-lo vogal do Conselho Supremo Militar; e, por outro decreto de 12 de outubro, do anno seguinte, concedeu-lhe a effectividade do posto de brigadeiro.

Graduado em marechal de campo, por acto de 12 de outubro de 1827, «em attenção aos seus bons serviços e mais circumstancias», solicitou Alves Branco a sua reforma, logo depois, sendo-lhe esta, porém, concedida por decreto

de 25 de agosto de 1830, no posto de tenente general com as honras de conselheiro de guerra, «em contemplação aos seus longos serviços».

Falleceu Domingos Alves Branco Muniz Barreto, no Rio de Janeiro, a 19 de junho de 1831.

Era um homem culto e escrevia com muita facilidade. Imprimiu diversos trabalhos muito apreciados pelos contemporaneos e deixou varios outros ineditos.

Redigiu em tempo um jornal politico, o *Despertador*, que teve bastante influencia.

Entre os seus livros citemos o volumoso *Indice militar e Indice de legislação* (Rio, 1812 e 1815), *Memoria dos successos de Lisboa, de novembro de 1807 a fevereiro de 1808*, numerosos pamphletos politicos, em prol da Independencia e relativos ás questões partidarias sob o Primeiro Imperio, uma *Apologia da religião e do imperio* (1825), uma memoria sobre a abolição da escravatura (1837), com *Plano sobre a civilisação dos indios*, discursos maçnicos, etc.

Taes os serviços de Alves Branco nas pugnas pela libertação do Brasil, que a mais elemental justiça, na apreciação dos factos, o manda collocar entre os grandes vultos da nossa independencia.



CURADO

JOAQUIM XAVIER CURADO, CONDE
DE S. JOÃO DAS DUAS BARRAS

1743 - 1830



ilho de distincta familia, nasceu Joaquim Xavier Curado, em Meia Ponte, Goyaz, a 1.º de março de 1743. Orphão de pae na adolescencia, partiu para o Rio de Janeiro, afim de completar os estudos e seguir para Portugal a matricular-se em Coimbra. Reflectindo melhor sobre a vocação, resolveu, porém, assentar praça, como soldado nobre, em 1764, numa idade já adeantada, para aquella época em que todos ainda nos primeiros annos entravam para a carreira das armas. Tomou parte nas luctas ao Sul com os hespanhoes, sob as ordens do Tenente General Böhm; e seus actos de bravura lhe valeram citações e promoções. Em 1779, já sargento mór, teve do Vice Rei Luiz de Vasconcellos a commissão de reprimir as correrias de indios bravios, que assolavam a zona comprehendida entre o Parahyba, a Mantiqueira e o Rio Preto, arrazando os estabelecimentos agricolas, que alli começavam a apparecer.

Houve-se Curado perfeitamente no desempenho desta commissão, não só vencendo os selvagens, como conseguindo aldeia-los em grande numero. Procedeu sempre com a maior humanidade, valendo-lhe esta conducta os maiores elogios.

Em 1797 promoveu-o o Vice Rei Conde de Rezende a tenente coronel por merecimento. Governador de Campos, alli apaziguou as facções politicas sobremodo exaltadas. Enviado á Europa, em outra commissão, cahiu em 1799 prisioneiro de corsarios francezes e esteve algum tempo retido em Bayonne. Voltando ao Brasil foi, já coronel, de 1800 a 1805, governador de Santa Catharina, cargo em que prestou grandes serviços, angariando de seus jurisdicionados a maior estima e reconhecimento. Pediu então reforma, que o

Vice Rei Conde dos Arcos lhe negou nos termos mais elogiosos, lavrando-se-lhe pouco depois a promoção a brigadeiro.

Marechal de Campo em 1808, seguiu em missão reservada para o Prata, de onde regressou em 1810. Em 1811 era pelo Capitão General do Rio Grande do Sul D. Diogo de Souza, posto á testa de uma das duas columnas de exercito de invasão da Banda Oriental. Bateu-se sempre com o maior denodo e intelligencia com as guerrilhas de Artigas, que, vencido, abandonou a Cisplatina.

Em 1813 era Curado promovido a tenente general. Em 1816, mau grado os seus 73 annos, incumbia-o o Marquez de Alegrete de cobrir com um corpo de exercito a fronteira do Rio Pardo, tendo sob as ordens diversos distinctos cabos de guerra, como Abreu (barão de Serro Largo), Menna Barreto (Visconde de S. Gabriel), Oliveira Alvares, Camara (Pelotas). Victorioso em muitos encontros das guerrilhas de Artigas e seus logares tenentes, acabou Curado, a 4 de janeiro de 1817, infligindo aos orientaes e argentinos a tremenda derrota de Catalão, que lhe valeu a commenda da Torre e Espada, especialmente conferida por D. João VI.

De 1817 a 1821 continuou Curado a prestar os maiores serviços na Banda Oriental. Neste anno voltou á Côrte, havendo a 20 de dezembro de 1820 sido nomeado Conselheiro de guerra.

Manifestou-se decidido adepto das ideias constitucionalistas em 1821 e ardente partidario da independencia brasileira. A 21 de abril de 1821 vemo-lo tomar parte na famosa reunião tumultuaria dos eleitores na Praça do Commercio do Rio de Janeiro.

Havendo a assembléa decretado que El Rei ficasse no Brasil, devendo pedir-se ás fortalezas da barra que não deixassem sahir embarcação alguma do porto, encarregaram-no,

e ao brigadeiro José Manuel de Moraes, de ir áquellas praças de guerra transmittir o decreto popular, incumbencia que desempenhou e lhe valeu a prisão por alguns dias por ordem do Rei, ao voltar á cidade.

A sua acção culminante foi, porém, a 12 de janeiro de 1822, quando, em consequencia do *Fico*, as tropas de Jorge de Avilez tomaram attitude ameaçadora em relação ao Principe Regente.

Era quasi octogenario e, no emtanto, com coragem e espirito de decisão juvenil, appareceu no campo de Sant'Anna, no acampamento brasileiro, sendo então acclamado governador das armas da Côrte.

Sua presença imprimiu novo character ás forças que alli estavam naquelle momento gravissimo, em que por um triz esteve a obra da independencia a sossobrar. Em grande parte se lhe deveu a rendição da tropa portugueza. A sua passagem para Nictheroy para alli seguiu o velho general á testa de uma columna de observação, até o embarque das forças lusitanas para a Europa.

Deputado por Santa Catharina á Assembléa Legislativa em 1826, foi neste mesmo anno agraciado com os titulos de Conselho e de Barão de S. João das Duas Barras, sendo pouco depois elevado a Conde.

Commettera o Imperador, aliás, grave injustiça para com o illustre servidor do Brasil deixando de o escolher senador por Goyaz para em seu logar preferir um amigo do peito, inteiramente alheio á provincia.

Recebeu a grã cruz do Cruzeiro e o habito de Aviz. Falleceu no Rio de Janeiro, aos 87 annos, a 15 de setembro de 1830.

Em dezembro de 1869, grato aos seus serviços eminentes, ordenou D. Pedro II que lhe fizessem um jazigo perpetuo em S. Francisco de Paula, «homenagem prestada pelo

monarcha a quem tanto puzera em pratica para que se consolidassem a integridade de nossa patria e a sua independencia», diz com o maior acerto Maciel da Silva, um dos seus biographos.





HIPPOLYTO DA COSTA

HIPPOLYTO JOSÉ DA COSTA
1774 - 1823



ertencente a uma familia distincta, nasceu Hippolyto José da Costa Pereira Furtado de Mendonça na colonia do Sacramento, a 13 de agosto de 1774, e, depois de estudar humanidades no Rio de Janeiro, bacharelou-se em philosophia e direito na Universidade de Coimbra, onde deixou grande reputação de intelligencia. Entrando para a diplomacia, serviu na legação dos Estados Unidos, de 1798 a 1800, anno em que voltou a Portugal, onde foi um dos directores da Imprensa Regia e em que teve como companheiro Frei Velloso.

Imbuído das ideias inglezas de liberdade e afiliado á maçonaria, sua attitude lhe valeu a perseguição do Santo Officio. Durante tres annos manteve-o preso a Inquisição em duro carcere. Afinal conseguiu evadir-se e, depois de muitas peripecias accidentadas e tormentosas, como a occultação em Lisboa por algum tempo, retirar-se de Portugal para a Hespanha. Passou a Gibraltar e de lá a Londres, de onde não mais sahiu.

Para poder manter-se recorreu ao magisterio e á pena, fundado o celebre *Correio Brasiliense*, periodico que exerceu immensa influencia sobre os espiritos não só no Brasil como em Portugal, e desde os seus primeiros annos, em 1807, pela critica dos actos regios, severa, elevada, exacta.

Tal importancia assumiu, que o governo portuguez, depois de haver tentado contrapor-lhe cutro orgão e verificada a inanidade de tal opposição, resolveu prohibir a entrada do periodico londrino em seus dominios. Ainda em 1817, renovou tal prohibição sob as mais severas penas.

Contrariando pertinaz a corrente de ideias favoravel

ao regresso de D. João VI a Portugal, dizia Hippolyto, em abril de 1820:

« Todo o systema de administração está hoje arranjado por tal maneira que Portugal e Brasil são *dous Estados diversos*, mas sujeitos ao mesmo rei; assim a residencia do soberano em um delles será sempre motivo de resentimentos para o outro *a não se fazer mais alguma cousa.*»

Assim, com lucido descortino, divisava o illustre escriptor a proximidade da desintegração da monarchia lusitana.

Se o orgão de Hippolyto dispunha de enorme prestigio desde os seus primeiros tempos, esta influencia immenso cresceu com os acontecimentos da revolução constitucional de 1820.

Em 1821 e 1822 foi o *Correio Brasiliense* o porta voz das aspirações da liberdade que agitavam o Brasil, a cuja emancipação prestou os maiores serviços. Assim nada mais natural do que a nomeação do seu redactor para agente do novo imperio junto á capital ingleza, após o 7 de setembro.

Quando os acontecimentos, em que representara papel primordial, lhe iam dar a recompensa de tanta dedicação á Patria, veio a fatalidade arrebatá-lo ao mundo o talentoso jornalista, fallecido em Kensington, a 11 de setembro de 1823, aos cincoenta annos incompletos.

Muito escreveu além da contribuição á imprensa; traduziu para o portuguez numerosas obras inglezas, deixou uma grammatica ingleza e traçou em estylo incisivo a narrativa da sua perseguição pela Inquisição.

Foi incontestavelmente dos maiores vultos a quem deveu o Brasil a sua separação de Portugal e um dos maiores talentos do mundo lusitano de seu tempo.



VERGUEIRO

NICOLAU PEREIRA DE CAMPOS
VERGUEIRO
1778 - 1859



ascido em Valdaporca, Tras os Montes, termo de Bragança, filho de um doutor em leis, formou-se em Coimbra no anno de 1801 e resolvendo estabelecer-se no Brasil, veio advogar em S. Paulo, onde, dentro em breve, desposava D. Maria Angelica de Vasconcellos, pertencente a uma das mais antigas familias paulistas.

Intelligencia tão robusta, quanto culta, angariou logo a justa reputação de um dos melhores causidicos da Capitania e o maior prestigio, nascido da honorabilidade impeccavel, criterio seguro e lealdade a toda prova.

Depois de muito advogar dedicou-se á lavoura, abrindo grandes fazendas em Piracicaba e Limeira, então quasi sertão bruto, o que não o impediu de tomar parte activa e proeminente em todos os grandes movimentos politicos e sociaes de seu tempo. Amando o Brasil com todas as veras do coração generoso, dedicadissimo á causa da liberdade, foi dos corypheus da adhesão paulista ao movimento constitucional de 1821 e nesta occasião mereceu dos concidadãos a honra da eleição para membro do governo provisorio da provincia. Elcito logo depois deputado por S. Paulo ás Côrtes de Lisboa dizia-lhe José Bonifacio: «nego-lhe o meu voto, a sua falta ao governo aqui será enorme»

Nas Côrtes teve Vergueiro um papel do mais vivo destaque pela eloquencia, a força de persuasão, a solidariedade com a bancada brasileira. Não o intimidando a attitude dos compatriotas que o accusavam de trahição, mostrou-se inabalavel propugnador da liberdade brasileira.

Recusou assignar a Constituição portugueza, e volvendo ao Brasil, depois de 7 de setembro, foi eleito deputado á

Constituinte. Com a dissolução desta soffreu curta prisão por ser ardoroso liberal, mas não foi deportado como os Andradas.

Reenviado á Camara na primeira legislatura imperial de 26, continuou a prégar os principios liberaes e mais constantemente ainda, de 1828 em diante, no Senado, onde representava Minas Geraes.

Coube-lhe um dos primeiros papeis, senão o primeiro, nos acontecimentos que trouxeram o 7 de abril e a abdição de D. Pedro I.

Eleito regente do Imperio, com Lima e Silva e Caravellas, continuou, no curto prazo da regencia, a exercer a sua influencia de moderação e patriotismo no sentido de se apaziguarem as terriveis fermentações politicas que tantos annos deviam agitar o paiz.

Em 1832 ministro do imperio e da fazenda, Director da Faculdade de Direito de S. Paulo de 1837 a 1842, teve a mais conspicua parte no movimento de 1840, graças ao qual foi D. Pedro II proclamado maior. Em 1842 figurou entre os chefes do movimento liberal de S. Paulo, com Feijó e Raphael Tobias de Aguiar.

Abafado este, viu-se preso e processado, escrevendo então notavel defesa de sua conducta politica.

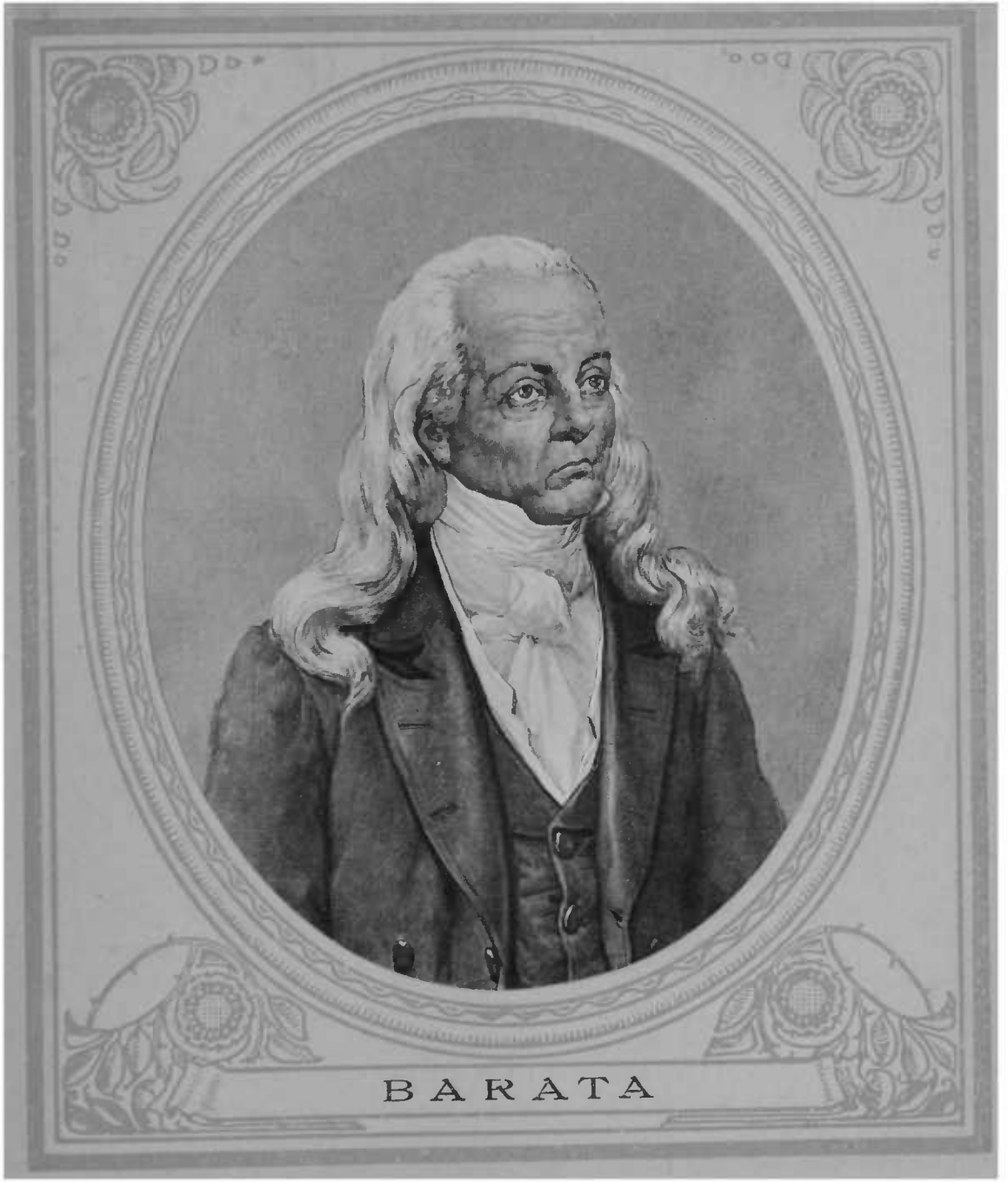
Despronunciado pelos seus pares, foi chamado novamente, em 1847, ao ministerio. No gabinete de 12 de maio presidido pelo Visconde de Caravellas, occupou as pastas do Imperio e da Justiça.

Até a sua morte a 18 de setembro de 1859, no Rio de Janeiro, apesar da avançada idade, compareceu ao senado assiduamente, sempre empenhado em defender as causas da justiça e da liberdade.

Um de seus maiores florões de gloria é a repugnancia que lhe inspirava a instituição servil, numa época de

ferrenho escravismo como a sua. D'ahi o empenho com que iniciou o trabalho livre em suas fazendas de S. Paulo, por meio de colonos europeus, dando assim o mais nobre dos exemplos de philantropia, aliás coherente com toda a sua existencia norteadá pelos mais nobres sentimentos dignificadores da condição humana.

Sua vida notavel, cheia dos maiores serviços ao Brasil e á humanidade, estudou-a Djalma Forjaz com a maior pormenorisação e sinceridade, pondo-lhe em relevo os lances sobremodo gloriosos.



BARATA

CYPRIANO JOSÉ BARATA DE ALMEIDA
1762 - 1838



ascido na capital da Bahia, a 26 de setembro de 1762, de paes obscuros, mostrou Cypriano Barata, desde os mais verdes annos intelligencia muito viva. Depois de ultimados os estudos de humanidades, na cidade natal, foi a Coimbra, onde se doutorou em medicina. Homem de ideias exaltadissimas e extrenuo apregoador da necessidade da separação brasileira, tomou natural destaque nos acontecimentos de 1821 na Bahia, ardente, quasi aos sessenta annos, como se fora um rapaz de vinte. Tornou-se dentro em breve a personalidade de maior relevo entre os corypheus da independencia brasileira, em sua provincia natal.

Assim o elegeram com enthusiasmo os bahianos deputado ás Côrtes de Lisboa.

Tornou-se a sua attitude celebre neste parlamento, tal o desabrimento da linguagem e a audacia com que verberava os portuguezes o que por vezes provocou enormes tumultos no recinto e nas galerias, chegando em certa occasião a ser arrancado da tribuna pelos deputados portuguezes. Foi dos sete deputados de Falmouth e recebeu de D. Pedro I a dignitaria do Cruzeiro pela sua conducta nas Côrtes. Voltando da Europa, e como não pudesse ir para a Bahia, ainda então em mãos dos portuguezes, deixou-se ficar em Pernambuco, onde começou a publicar um jornal virulentissimo intitulado *'A Sentinella da liberdade na guarita de Pernambuco*, a clamar contra os decretos imperiaes, sobretudo contra os que, a seu ver, envolviam preocupações aristocraticas como a criação da Guarda de Honra e as ordens nobiliarchicas.

Eleito deputado á Constituinte pela Bahia, deportou-o

José Bonifácio para Pernambuco, onde proseguia nas suas tremendas diatribes. Em novembro de 1823 denunciava-o Muniz Tavares á Constituinte, dizendo que seu escopo era «plantar a anarchia na provincia, sublevar-lhes os habitantes e faze-los separar da união brasileira».

Compromettido nos acontecimentos republicanos de 1824, escapou ao cadafalso, mas não ao carcere. E assim soffreu varios annos de prisão no Rio de Janeiro, até que, em 1829, mau grado a inflexibilidade irreductivel e nunca desmentida coragem, mesmo ante a ameaça do patibulo, o soltaram. Voltando á Bahia, onde os liberaes o acolheram como um martyr da liberdade, encetou nova e furibunda campanha, agora contra o primeiro imperador. Voltou ao Rio de Janeiro em 1831, com a abdição de Pedro I. Incorrivel, compromettido no pronunciamento militar de novembro desse anno, mandou a Regencia encarcera-lo de novo. Saliu da prisão em 1833 e desilludido com a frieza do acolhimento que lhe fizeram os bahianos, exilou-se voluntariamente para o Rio Grande do Norte.

Em Natal exerceu o professorado primario, tentou clinicar e viver de pequena pharmacia, pois estava reduzido á mais extrema pobreza. Alli viveu ainda cinco annos penosos até o seu fallecimento, a 7 de junho de 1838.

Tinha um aspecto curioso, parecia um velho montanhez da Revolução franceza resuscitado; com os seus longos cabellos brancos cahidos sobre os hombros e a mais viva expressão de energia nos olhos ardentes e na face rigida e animada, diz Macedo, um de seus biographos.

Vivissima intelligencia, servida por notavel facilidade de expressão, teria Barata sido um parlamentar illustre, não fôra o desvairamento das paixões que ás vezes delle faziam verdadeiro energumeno.



FEIJÓ

DIOGO ANTONIO FEIJÓ
1784 - 1843



ascido em S. Paulo, em agosto de 1784, revelou Diogo Antonio Feijó, desde os annos da infancia, a mais precoce intelligencia. Em 1807 ordenou-se padre e durante annos dedicou-se ás occupações do seu ministerio e ao ensino, exercendo o magisterio em Campinas e Ytú, onde professou latim, philosophia e rhetorica.

Homem de vida austerissima e impecavel character, espirito singularmente robusto e culto, não tardou em ser apontado como uma das mais notaveis personalidades de sua circumscripção natal. Ao começarem os movimentos em prol do Constitucionalismo tornou-se dos mais firmes e salientes pregoeiros das ideias de liberdade. Eleito deputado ás côrtes de Lisboa, nellas tomou assento a 11 de fevereiro de 1822, distinguindo-se logo ao lado de Antonio Carlos, Barata, Vergueiro, Muniz Tavares e outros, entre os mais esforçados paladinos da causa brasileira.

Grande ruido fez o seu discurso de 25 de abril, em que rebateu os inimigos do Brasil com tanta coragem, quanta abundancia e excellencia de argumentos. Foi dos seis deputados que se retiraram de Portugal para a Inglaterra, com Antonio Carlos, assignando a 22 de outubro de 1822 o celebre manifesto de Falmouth.

Voltando ao Brasil, e á provincia natal, mostrou-se francamente liberal. Foi quem inspirou a representação da Camara de Ytú ao Imperador, reclamando a eleição directa e a abolição das prerogativas nobiliarchicas. Por este motivo ordenou José Bonifacio ao capitão mór de Ytú que o conservasse debaixo da maior vigilancia por constar ao Imperador que o futuro regente «reunia aos sentimentos anarchicos e sediciosos de que era revestido, a mais refinada dissimula-

ção, da qual sem duvida resultaria grande prejuizo á tranquillidade e união dos povos daquella comarca, sem se empregarem todas as cautelas na sua perniciosa influencia».

Eleito deputado por S. Paulo nas duas primeiras legislaturas (1826-1833), exerceu consideravel influencia parlamentar, figurando sempre como liberal adeantado. Immenso deu que falar o seu projecto propondo a abolição do celibato clerical (1827), de que mais tarde (1838) se penitenciou publicamente, declarando «desdizer-se de tudo em que por palavras e escriptos pudesse ter offendido a disciplina ecclesiastica, e fazendo tal declaração espontaneamente pelo facto de receiar haver errado apezar das boas intenções com que agira».

Com o 7 de abril voltou ao parlamento, sendo a 4 de julho chamado á pasta da justiça pela regencia permanente. Foi este o periodo culminante da sua acção politica.

Estava imminente o esphacelamento do Brasil, onde reinava desabrido o caudilhismo, na capital e em numerosas provincias. Com prodigiosa energia e coragem, ferrea tenacidade, descortino de vistas e conhecimento dos homens, venceu o heroico Padre mil difficuldades.

Suffocou revoltas e pronunciamentos, dissolveu corpos de exercito amotinados, esmagou as tentativas revolucionarias de demagogos e restauradores. Entendendo que José Bonifacio devia ser suspenso do exercicio da tutoria de D. Pedro II e negando-lhe o senado tal medida, demittiu-se a 26 de julho de 1832. Poucos, muito poucos homens de estado prestaram, como ministros, ao Brasil, serviços mais assignalados do que os de Feijó. «Era o titan encadeiando nos ferreos braços a mole do Brasil que se disjuncia».

«Objecto de odio profundo, e de infames calumnias da imprensa dos partidos em delirio e das facções esmagadas, mas em vingativa furia, não houve aleive nem insolentes e

atrozes invectivas de que escapasse o honestissimo homem, padre austero e eximio patriota, que soube e poudo salvar a ordem, a integridade e a monarchia do Brasil» (Macedo). Eleito e escolhido senador a 5 de fevereiro de 1833, perseguiram-no os rancores dos adversarios que abatera. Teve a eleição annullada, mas os eleitores lhe confirmaram a investidura. A 15 de julho deste mesmo anno entrava triumphante na Camara Alta.

No anno seguinte procedia-se á eleição do regente uno em virtude de disposição do Acto Addicional: um nome se impoz, invencivel, a todo o paiz, o de Diogo Antonio Feijó. Apesar dos esforços desesperados de seus inimigos obteve esmagadora maioria.

A 12 de outubro de 1835 prestava juramento o novo regente e, facto curioso, soubera no dia anterior de sua eleição pela Santa Sé para o bispado de Marianna, «missão e honra que por modestia, ou politicamente bem inspirado, não aceitou» (Macedo).

Dous annos de provações esperavam Feijó, cujo governo não correspondeu ás esperanças dos admiradores de sua acção como ministro. Á revolução riograndense poudo muito difficilmente combater e soffreu a mais terrivel opposição parlamentar chefiada por um homem de excepcional envergadura como Bernardo de Vasconcellos, arregimentador do fortissimo partido conservador, composto dos desgostosos com o regente e dos antigos vencidos de 7 de abril. A virulencia das paixões attingiu então ao auge. Feijó, rispido, incapaz de transigir, vendo a sua acção governamental paralyzada pelas luctas do partidarismo nas camaras e na imprensa, a anarchia cada vez mais extensa a devastar o paiz, a imminencia da secessão riograndense, preferiu resignar a regencia do Imperio, o que a 18 de setembro de 1837 realisou, entregando o poder aos adversarios que

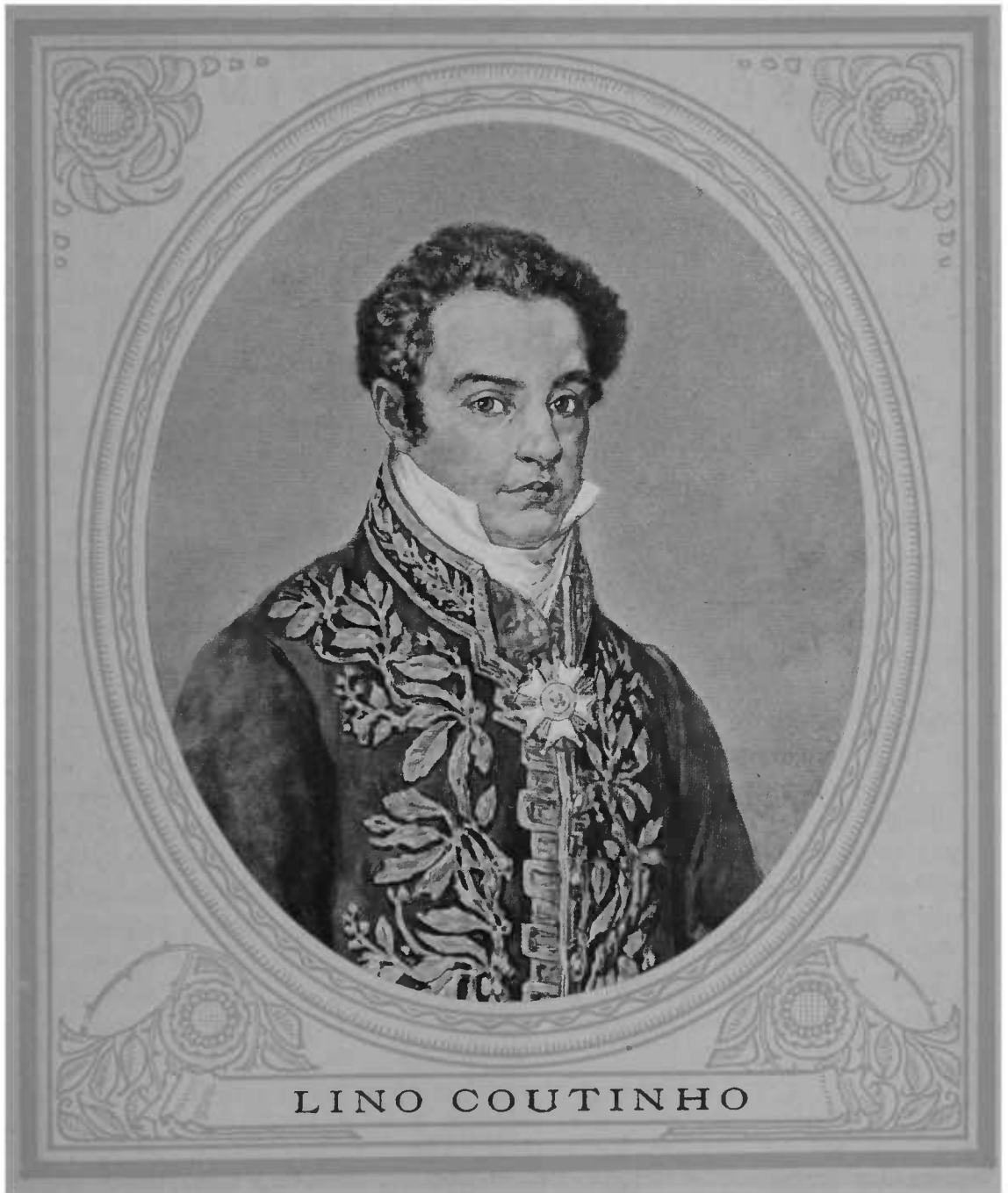
não pudera derrubar nem com quem quizera entender-se. Ao deixar o governo e partindo para S. Paulo commoveu ao paiz a noticia de que como bagagem unica levava duas « canastrinhas », facto que se commentou immenso. O grande subsidio de regente durante os dous annos deixara-o no Rio de Janeiro em esmolas.

De 1837 a 1841 esteve bastante afastado das lides politicas, quando muito collaborou na imprensa, sempre em prol das ideias liberaes. Por decreto de 15 de junho de 1841 foi-lhe concedida a pensão annual de quatro contos de reis, a titulo de recompensa nacional.

Em junho de 1842 reagiu, com todo o seu partido, ante a subida ao poder dos conservadores. Quasi sexagenario, semi invalido por um insulto apopletico, partiu para Sorocaba a reunir-se ao acampamento liberal. Alli preso por occasião da debandada portou-se com extrema dignidade ante os vencedores e foi levado, com Vergueiro, ao Rio, de onde o desterraram para a Victoria, capital do Espirito Santo, onde esteve mezes até que lhe permittissem defender-se perante os seus pares, em dezembro daquelle anno. Fe-lo com aquelle desassombro e coragem dos antigos tempos, alcançando a absolvição por todos esperada.

Pouco depois fallecia em S. Paulo a 10 de novembro de 1843.

Os actos em prol da Independencia, e, sobretudo os excepçionaes serviços prestados á conservação da integridade brasileira, a rememoração das virtudes do cidadão e do sacerdote, hão de eternamente apontar á gratidão nacional o nome grandioso de Diogo Antonio Feijó.



LINO COUTINHO

JOSÉ LINO COUTINHO
1784 - 1836



ascido na Bahia, a 31 de março de 1784, fez José Lino Coutinho bons estudos de humanidades em sua cidade natal e foi a Coimbra formar-se em medicina. Clinicou alguns annos em S. Salvador, publicando diversas e louvadas memorias sobre assumptos medicos. Valeu-lhe uma dellas a eleição á Academia Real das Sciencias de Lisboa.

Era uma alta e lucida intelligencia e, no dizer de todos os biographos, jámais se viu figura mais insinuante e sympathica, character mais firme e desinteressado.

«Á seducção do gesto ajuntava o dom supremo da eloquencia; era um destes entes privilegiados pelo poder de agradar. As sympathias e amizades que despertava nunca perdiam o calor dos sentimentos novos e sua morte afigurar-se-á para todo o sempre, aos amigos, catastrophe recente», delle diz Gomes de Carvalho, a corroborar os seguintes conceitos de Macedo: «Não podia haver homem mais insinuante e sympathico: bom e desinteressado, simples, alegre e espirituoso, de facilimo accesso e de inexcedivel probidade.» Tomando parte activa no movimento de 1821, eleito deputado pela Bahia ás Côrtes de Lisboa, alli lhe brilhou o talento, fulgidamente, em defesa do Brasil, ao lado de Antonio Carlos, Barata, Vergueiro, Feijó. e outros illustres patriotas. Quando a atmospheria de odios, reinante nas Côrtes e em Lisboa, se tornou tal que poz em risco de vida aos defensores das liberdades brasileiras, esteve sempre Lino Coutinho ao lado dos gloriosos collegas arrostando as iras dos recolonisadores e do populacho.

Occorreu então um incidente que sobremodo lhe honra o character. A 30 de setembro deu-se o juramento da Con-

stituição portugueza, que, a ser cumprida, implicava na vasalagem do Brasil a Portugal. Já Antonio Carlos e seu grupo se haviam retirado das sessões do tumultuario parlamento. Irreflectidamente talvez assignou-a José Lino Coutinho.

No dia seguinte voltava á Camara para, no meio de indescrível celeuma, annunciar que retirava a assignatura da vespera. E a 6 de outubro partia com Antonio Carlos, Feijó, Barata e outros para Falmouth, onde figurou entre os signatarios do famoso manifesto de 22 de outubro. Demorou-se Coutinho algum tempo na Inglaterra, motivo pelo qual não foi eleito deputado á Constituinte.

Na primeira e segunda legislaturas representou a Bahia com o habitual brilho, tornando-se, desde os primeiros dias, um dos maiores vultos do parlamento.

Fez energica e constante opposição ao governo de Pedro I. « Sua voz agradável e a fluidez de sua palavra obrigavam a ouvi-lo, e o seu espirito subtil, fertil em epigrammas, em ironias, e ás vezes em sarcasmos crueis, tinha o poder de captivar a assembléa e de pôr em torturas os ministros e seus defensores ». O povo chamava-lhe o *deputado das galerias*, pelo gosto com que era ouvido, diz Macedo.

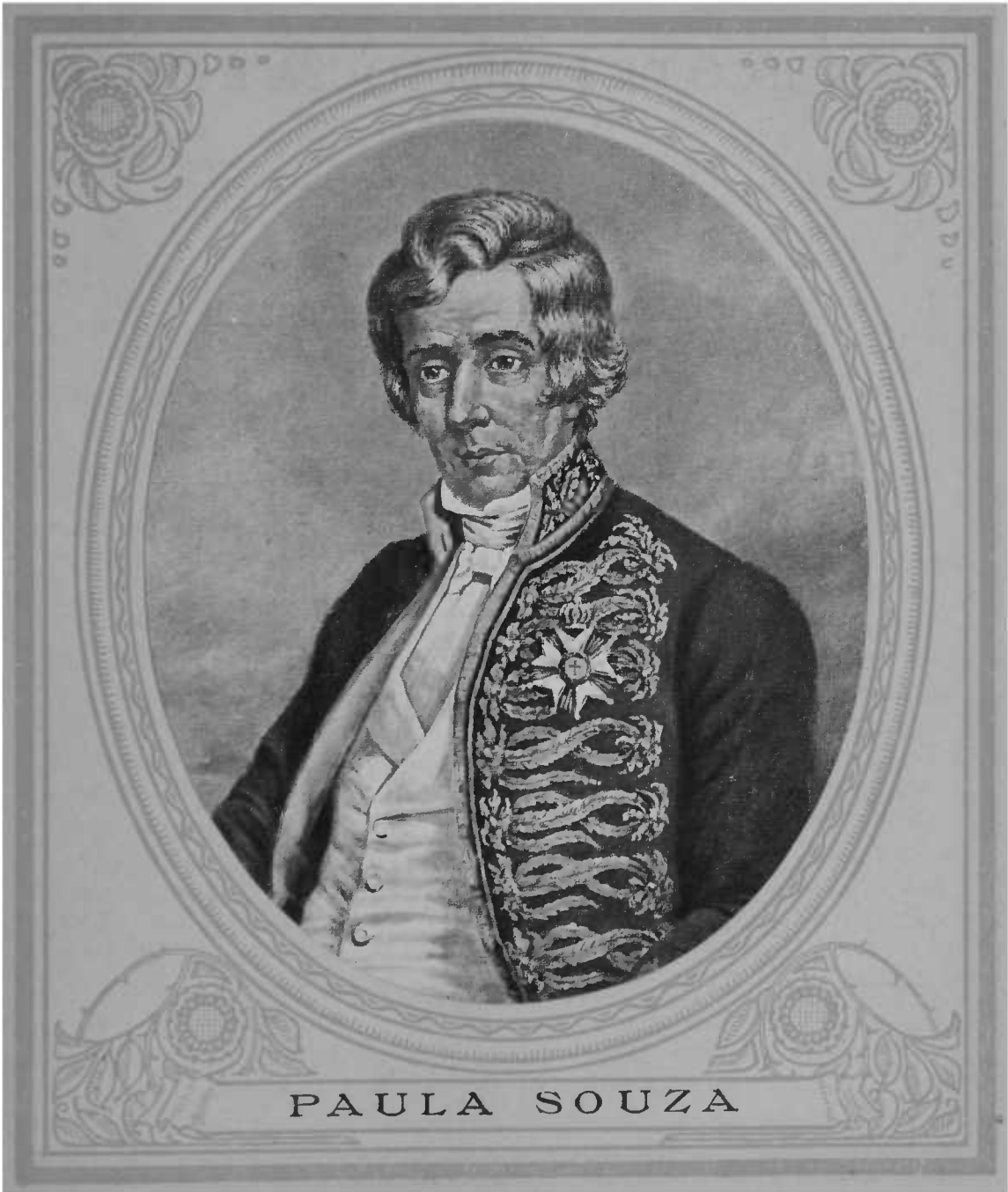
Ministro do Imperio, da primeira regencia permanente, com Bernardo de Vasconcellos, Feijó e Itaborahy, prestou os maiores serviços á causa nacional. Naquelles mezes lobregos de anarchia, que foram os primeiros do segundo periodo regencial, mostrou-se o illustre bahiano digno collega dos seus grandes companheiros de gabinete, e no meio de tanto sobresalto causado pelo furibundo desencadear de paixões, ainda achou tempo para assignalar a passagem pelo governo com diversas reformas de alta relevancia como as de 7 e 30 de novembro de 1831, em que deu nova organização ás faculdades de direito e á Academia de Bellas Artes.

Homem de habitos singelos e modestos, vivia o illus-

tre ministro com tanta dignidade, que mereciam a admiração geral o seu feitiço democratico e a affirmação de sua probidade intangivel. Tinha a saúde arruinada e, em 1832, teve de deixar a politica, recolhendo-se á cidade natal. Pouco depois, alli fallecia a 21 de julho de 1836, no meio da consternação de quantos lhe haviam admirado as bellissimas qualidades de espirito e coração.

Em 1849 publicou-se uma sua obra assaz valiosa: *Cartas sobre a educação de Cora*, seguidas de um *Cathecismo moral, politico e religioso*.





PAULA SOUZA

FRANCISCO DE PAULA SOUZA E MELLO
1791 - 1851



ilho de um magistrado portuguez e de uma paulista de familia antiga, nasceu Francisco de Paula Souza e Mello em Ytú, a 5 de janeiro de 1791. Orphão de pae aos quatro annos teve a primeira educação dirigida pelo seu parente Padre Lara, ex-jesuita attin-gido pela extincção da Companhia.

Em S. Paulo completou o curso de humanidades, dando provas de intelligencia absolutamente notavel.

Tinha, porém, a mais precaria das saúdes e só a custa de extraordinaria energia e força de vontade conseguiu trabalhar, vencendo achaques que por longos periodos quasi o prostravam. Homem de natural timidez e retrahido, ainda se applicou a vencer estes tropeços e conseguiu-o, graças a extraordinaria perseverança.

Vivia a estudar encerrado entre os livros de sua grande bibliotheca quando começaram os acontecimentos revolucionarios de 1820 a ter repercussão no Brasil. Foi Paula Souza um dos principaes arautos da liberdade e dos maiores inspiradores do movimento chamado de Ytú, que tanto relevo tomou no conjuncto das manifestações preliminares em prol da independencia brasileira. Eleito deputado ás Côrtes de Lisboa viu desolado partirem os collegas da bancada paulista, Antonio Carlos, Feijó, Vergueiro; retido pela falta de saúde, foi substituido pelo seu supplente Antonio Manuel da Silva Bueno.

Coube-lhe a gloria de ter sido dos primeiros a aventar a ideia da separação luso brasileira, mal estava ella esboçada, quando propoz que aos deputados brasileiros se concedessem poderes para negociar esta scisão.

Quando, a 23 de maio de 1822, rebentou em S. Paulo

a reacção lusitana da « bernarda de Francisco Ignacio », reagiram os partidarios da independencia nacional, tomando a Camara de Ytú a chefia deste movimento, sob a inspiração de Paula Souza, a quem nomeou seu procurador para affirmar ao Principe a sua dedicação.

Deputado á Constituinte, nella representou mediocre papel, não conseguindo vencer a timidez natural. Mas de 1826 em diante até 1833, anno em que foi escolhido Senador por S. Paulo, foi dos mais notaveis membros da Camara temporaria.

« Sahido sabio de sua bibliotheca, diz Macedo, surprehedia a todos pela profundeza dos conhecimentos em direito constitucional e administrativo, finanças, direito internacional, em todos os assumptos trazidos á discussão. Quando se levantava para falar, ninguem murmurava, todos os ouvidos ávidos como que se alongavam para não perder uma só palavra que sahia de sua voz fraca; o discurso de Paula e Souza era sempre rica fonte de luz, logica viva, e ás vezes no meio de sua preceituosa simplicidade havia rasgos de eloquencia sem calculo, imagens brilhantes e de momento inspiradas que arrebatavam o auditorio. »

No Senado ainda se lhe aprimoraram taes qualidades; refere a tradição que, mau grado todo o esforço, não conseguiu jámais vencer a primitiva timidez. Falava admiravelmente bem, mas precisava não levantar os olhos para o auditorio, o que prejudicava o effeito oratorio de seus notaveis discursos.

Nos attribulados annos regenciaes, coube a Paula Souza o mais notavel papel na camara vitalicia. Elle e Alves Branco foram os dous grandes leaders liberaes batendo-se diariamente com os chefes da reacção conservadora, homens da envergadura de Bernardo de Vasconcellos e Paraná.

Conselheiro de Estado em 1845, ministro do Imperio.

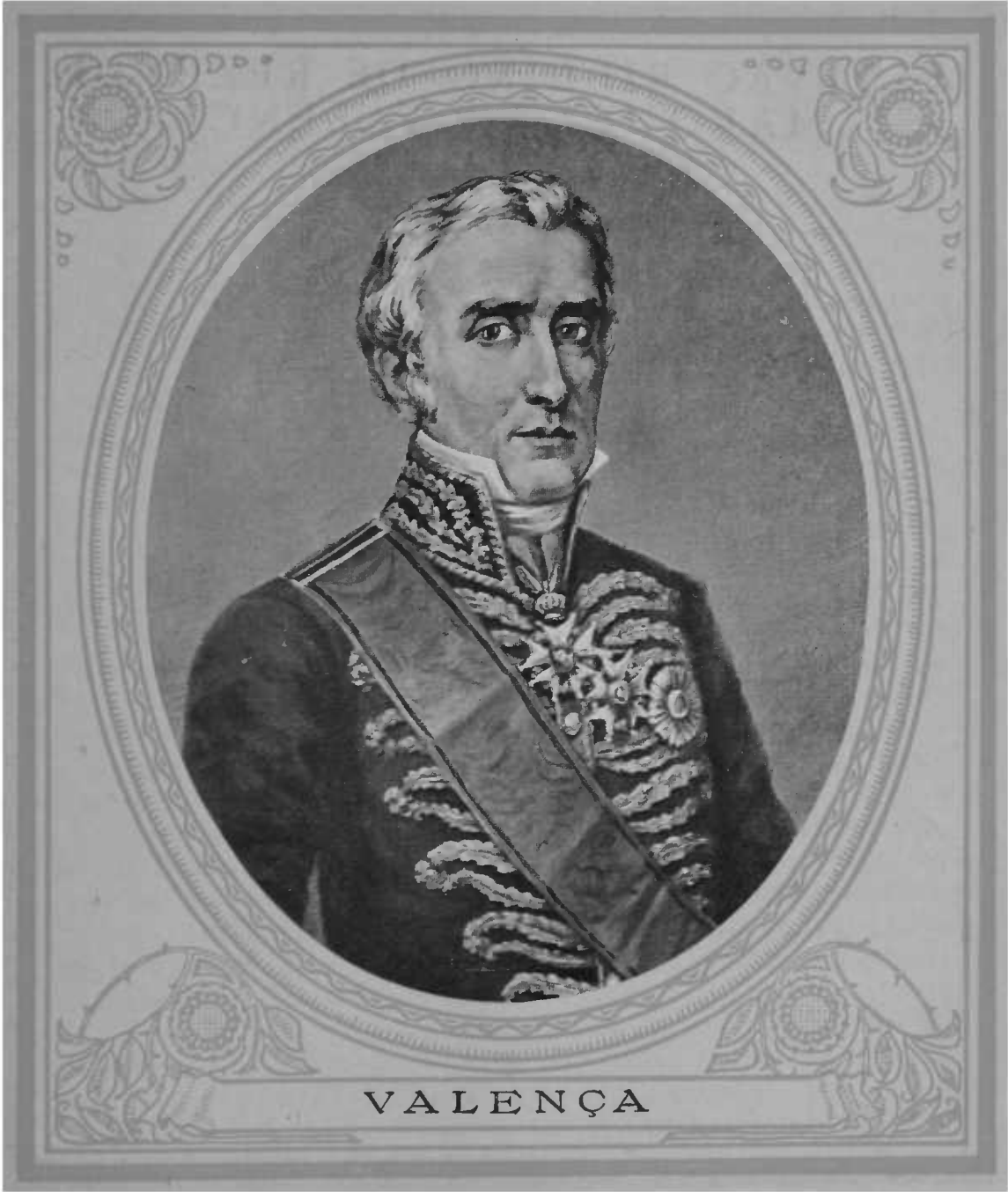
em 1847, com Alves Branco, presidente do Conselho e ministro da fazenda do gabinete de 31 de maio de 1848, o seu discurso de apresentação do gabinete é das mais notaveis peças dos nossos annaes legislativos.

« Seu pensamento, continua Macedo, era abater a omnipotencia dos partidos dominantes, e dar á nação a realidade do systema representativo pela liberdade e influencia do voto nacional, nas eleições, e para tão patriotico empenho projectava a eleição por circulos ou districtos, escudando sua livre expressão com incompatibilidades electivas das autoridades e magistrados dependentes da nomeação e demissão ou dos adiantamentos por decretos do governo.

O empenho era nobilissimo; menos elle, porém, do que a indisciplina do partido, determinou desintelligencias, desgostos, perturbação na familia politica, objecções, inercia contrariadora, até que Paula e Souza, afflicto, doente, desenganado por acerbas decepções, deixou o poder, que passou, em setembro de 1848, aos seus adversarios politicos. »

Esgotara-se aquelle organismo debil, dominado pela vontade ferrea de uma mentalidade superior. Semi moribundo jámais deixou de comparecer ás sessões do Senado; preparava-se, com os ultimos lampejos de forças, para combater um projecto de serviço militar, que o seu partido repudiava, quando esgotado por este esforço supremo succumbiu, expirando a 16 de agosto de 1851.

É incontestavelmente uma das mais nobres e altas personalidades desse formoso periodo do grande parlamentarismo brasileiro e a sua attitude de patriota, nos annos de 1821 e 22, collocam-no, com toda a justiça, na galeria dos grandes proceres da nossa independencia nacional.



VALENÇA

ESTEVÃO RIBEIRO DE REZENDE,
MARQUEZ DE VALENÇA
1777-1856



ilho legitimo do Coronel Severino Ribeiro e de D. Josepha Maria de Rezende, nasceu Estevam Ribeiro de Rezende a 20 de junho de 1777, em Prados, Minas Geraes. Os paes, que eram abastados, deram-lhe esmerada educação humanistica e mandaram-no a Coimbra, onde se doutorou em leis.

Nomeado juiz de Fóra de Palmella, em 1806, assistiu á invasão franceza em Portugal, portando-se então com notavel firmeza a procurar impedir as violencias dos invasores contra os seus jurisdicionados. Vendo-os ávidos de valores, a tudo exigir, escondeu importante somma pertencente ao erario regio sob um altar, para subtrahil-a ás requisições dos subordinados de Junot. Voltou ao Brasil em 1810, sendo então nomeado juiz de Fóra em São Paulo.

Intendente dos diamantes em 1813, Desembargador da Relação da Bahia em 1814, Intendente Geral de Policia em 1817, Desembargador da casa da Supplicação em 1818, realisava a mais brilhante carreira quando desposou uma filha do Brigadeiro Luiz Antonio de Souza, homem de enorme fortuna, uma das maiores do Brasil joanino.

Sobrevindo os acontecimentos de 1821 foi pelos com-provincianos escolhido procurador da provincia junto ao Principe Regente; e, como a este inspirasse a maior confiança, foi nomeado ministro de estado itinerante, quando, em março de 1822, emprehendeu a famosa viagem de congratamento a Minas Geraes.

Dedicadissimo á pessoa do futuro D. Pedro, foi Estevão de Rezende um dos principaes corypheus da independencia como lhe chama Varnhagen. Deputado á constituinte, ministro do Imperio em 1824, barão e Conde de Valença em

1825 e 1826, Senador do Imperio, por Minas Geraes, em 1826, ministro da marinha em 1827, conselheiro de estado neste mesmo anno, foi dos politicos mais affeicionados á pessoa do primeiro imperador. E esta lealdade se lhe affirmou nos dias da desgraça. Já suspeito aos liberaes e republicanos, foi dos seus mais irreductiveis adversarios nos dias tempestuosos da regencia, mostrando sempre a maior fidelidade ao principe, a quem tanto se affeioara, e combatendo os excessos dos exaltados, cujos exageros e violencia de principios tanto mal faziam ao paiz. Em 1840 mostrou-se, apesar de mais que sexagenario, dos intransigentes propugnadores da necessidade de se decretar a maioridade de D. Pedro II.

Eleito presidente do Senado em 1841, elevado a Marquez de Valença em 1848, falleceu no Rio de Janeiro, a 8 de setembro de 1856, coberto do maior prestigio. Era dignitario do Cruzeiro e Grã Cruz de Christo.

Homem de real illustração e intelligencia, pouco publicou comtudo, como era tanto costume no tempo. Deixou valiosas memorias relativas a diversas questões administrativas, como sobre *Diamantes*; um estudo das condições demographicas do Brasil, em 1821; emittiu numerosos pareceres sobre questões parlamentares e consultas do Conselho de Estado.

Fôra sempre um dos mais valiosos representantes dessa dignidade parlamentar, que durante decennios assegurou ao Brasil imperial dias tão brilhantes e tão dignos de admiração.



BARBACENA

FELISBERTO CALDEIRA BRANT PONTES,
MARQUEZ DE BARBACENA

1772 - 1841



ascido a 19 de setembro de 1772, perto de Marianna, Minas Geraes, pertencia Felisberto Caldeira Brant a uma das mais illustres estirpes brasileiras. Pelo lado materno descendia dos mais velhos troncos paulistas, pelo paterno de uma familia de sertanistas e mineradores, de origem hollandeza, estabelecida no Brasil em principios do seculo XVIII. Era neto do famoso contractador de diamantes, seu quasi homonymo, cuja historia tragica é tão conhecida.

Estudando humanidades na provincia natal, assentou praça de cadete em 1786, após brilhantes exames em que aos seus examinadores causou viva admiração. Na Academia Militar de Lisboa distinguiu-se sobremaneira, e ao terminar o curso foi servir em Angola, onde fez notada a sua bravura em varias commissões. Pedindo transferencia para o Brasil, foi mandado servir na Bahia, onde, em 1801, se casou com a filha de um grande capitalista.

Sem deixar o exercito, realisou grandes empreendimentos commerciaes e agricolas e consta ter sido quem introduziu o primeiro motor a vapor no nosso paiz, para a fazenda de um seu cunhado. Foi tambem grande propagandista da divulgação da vaccina e ainda se lhe deve a vinda, ao Brasil, do primeiro barco movido a vapor, que empregou na navegação da Bahia á Cachoeira.

Affavel, insinuante, faustoso, tinha todos os caracteristicos do *grand seigneur*. Ao passar Jeronymo Bonaparte pela Bahia, obsequiou-o com a maior fidalguia. Assim tambem quanto ao Almirante Popham, chefe da grande esquadra ingleza, que ia tentar a conquista de Buenos Ayres, abriu-lhe avultado credito para as compras de que precisava na praça

da Bahia, o que lhe valeu grande consideração por parte do governo britannico.

Official General em 1811, disciplinou os corpos da guarnição bahiana, fez levantar muitas plantas militares, foi dos fundadores de uma filial do Banco do Brasil em S. Salvador e, em 1817, tornou-se um dos fortes esteios do governo real contra a propagação do movimento pernambucano.

Em fevereiro de 1821, já marechal do exercito, escapou milagrosamente de morrer num motim militar provocado pelo movimento constitucionalista e que o governo tentava abafar.

Energicamente declarou então que uma vez extinto o absolutismo, era indispensavel ao Brasil tornar-se independente; e como se tornasse suspeito aos portuguezes e receiasse ser assassinado, retirou-se para o Rio de Janeiro, de onde partiu para a Inglaterra. Apenas sabedor do movimento do *Fico*, entabolou activa correspondencia com José Bonifacio, prestando então muitos e notaveis serviços á causa da Independencia nacional, a ponto de engajar marinheiros e officiaes para a defesa do Brasil, cuja passagem pagou do proprio bolso, e adquirir apetrechos bellicos que remetteu ao Rio de Janeiro.

E ao mesmo tempo servindo-se dos talentos diplomaticos, agia efficientemente junto a Lord Canning, Primeiro Ministro, em prol dos direitos do Brasil.

Eleito deputado á Constituinte em 1823, foi dos seus mais brilhantes membros.

Ao se dar a crise de novembro e a prisão e deportação dos Andradas, patenteou Caldeira Brant os seus sentimentos de cavalheirismo novamente, mandando pôr á disposição dos tres irmãos, cujo estado de penuria conhecia, e de J. J. da Rocha, um credito de um conto de réis a cada um, para receberem esta quantia na Europa, o que os Andradas recusaram,

aliás. Parece que Rocha delle se utilisou. Esta demonstração de generosa independencia não o tornou malquisto do Imperador.

Visconde de Barbacena em 1824, marquez em 1826, teve larga missão diplomatica na Inglaterra, negociou emprestimos e o reconhecimento da independencia brasileira, mallogrando-se, porém, este ultimo empenho. Ministro do Imperio e da fazenda em 1825, Senador pela Bahia em 1826, foi em janeiro de 1827 posto á testa do exercito que se batia na Cisplatina com os orientaes e argentinos. Mostrou-se á altura de sua reputação de organisador, mas a indecisão dos resultados da batalha de Ituzaingo e a retirada que ordenou fizeram-no perder o commando supremo.

Em 1827 voltou á Europa incumbido por D. Pedro I de examinar a situação politica portugueza e negociar o seu segundo casamento. Ajustou as nupcias do imperador com a joven princeza Amelia de Leuchtenberg e em janeiro de 1828 levou para a Europa a joven D. Maria II, noiva promettida de seu tio D. Miguel. Com rara sagacidade se houve então recusando entregar a rainhasinha a seu avô, o Imperador da Austria, e levando-a a Londres, de onde a trouxe para o Rio, com a sua futura madrastra.

Chefe do gabinete de 4 de dezembro de 1829 e conselheiro de Estado em 1830, no ministerio serviu como ministro da fazenda, exercendo muito benefica influencia sobre o Imperador, cada vez mais impopular. Tomou numerosas medidas muito acertadas sobre assumptos da administração civil e militar. Angariaram-lhe taes processos a maior sympathia dos liberaes. Demittido a 5 de outubro de 1830, subita e acintosamente, por D. Pedro I, que o accusou de concussão, defendeu-se vigorosamente no parlamento e por meio de pamphletos em que mais uma vez demonstrou a pujança do espirito. Vivamente apoiando a opposição liberal,

foi talvez a sua demissão uma das causas que precipitaram a queda de Pedro I.

De 1831 em diante salientou-se no Senado pela firmeza do monarchismo constitucional, o conhecimento do scenario politico e da administração, a elevação das vistas e segurança do descortino. Em 1836 voltou á Inglaterra encarregado por Feijó da renovação do tratado de commercio. Não o conseguiu, mas, sempre progressista, trouxe ao regente propostas inglezas para a fundação de bancos e construcção de uma estrada de ferro que deveria ligar o Rio de Janeiro a Minas. Sempre assiduo ao parlamento, morreu o marquez de Barbacena na sua curul, a 13 de junho de 1841, interessando-se continuamente pelos grandes problemas do Brasil.

Foi certamente das maiores personalidades de sua época, e da Independencia, e a liberdade brasileira lhe deve assignalados serviços.



LORD COCHRANE

LORD ALEXANDRE THOMAZ COCHRANE
CONDE DE DUNDONALD E MARQUEZ
DO MARANHÃO

1775 - 1860



escendente de uma das velhas casas fidalgas da Escossia, filho primogenito do nono Conde de Dundonald, Archibaldo, official de marinha e chimico, arruinado pelas suas experiencias scientificas, nasceu Lord Cochrane, Alexandre Thomaz, a 27 de dezembro de 1775. Muito moço ainda encetou a carreira maritima. Servindo com o tio, o Almirante Forster Cochrane, que o educara, bateu-se com os francezes na America do Norte, depois sob as ordens do Almirante Keith, na esquadra de Gibraltar pelejou com os franco-hespanhoes, assignalando-se tanto que já aos 26 annos era capitão de navio.

Sua audacia não conhecia limites e num dos costumesiros arrojões cahiu prisioneiro dos francezes, sendo em 1801 restituído á liberdade. Recomeçada a guerra realisou depois numerosos raids na costa franceza e na Hespanha, serviu com Collingwood e Gambier, praticando prodigios de bravura e tenacidade. Eleito deputado á Camara dos Commons, energico protestou contra as honras votadas ao Almirante Gambier por causa do combate de Rochefort, proclamando-se o verdadeiro autor da façanha alli executada pela esquadra ingleza contra a vontade do seu chefe.

Tendo ficado então no ostracismo, consagrou-se algum tempo a especulações commerciaes, de sociedade com seu tio Cochrane Johnston. Deu-se ahi em 1813 um incidente que o ennodoou. Foram os dous socios convencidos de velhacaria, condemnados a mil esterlinos de multa, ao pelourinho e á prisão. Viu-se Cochrane expulso do Parlamento, riscado do quadro da Armada Real e da ordem do Banho. Seus correligionarios, por subscrição publica, pagaram a multa e o reelegeram por grande maioria. Só foi solto, porém, em

1816, anno em que voltou á Camara, onde fez tremenda opposição ao Governo.

Fôra Lord Cochrane, de cumplicidade com seu tio e dous individuos chamados Beranger e Butt, accusado de haver espalhado o boato da morte de Napoleão para beneficiar de uma manobra bolsista. Ao processo dirigiu Lord Ellenborough, seu inimigo figadal, que nelle se houve com a maior parcialidade. Diz Brougham que Cochrane era perfeitamente innocente, deixando-se condemnar para não perder de todo ao tio. D'ahi as manifestações da opinião publica em seu favor.

Em 1817 quiz voltar ao mar, mas foram seus serviços recusados. Teve então o convite de um emissario do governo do Chile, em revolta contra o dominio hespanhol. A 28 de novembro de 1818 apparecia em Valparaiso, onde, vencendo enormes difficuldades, em pouco tempo organisava uma esquadilha de cinco velas.

No Pacifico taes proezas praticou Lord Cochrane que os hespanhoes, espavoridos, lhe chamavam *El Diablo*.

Numerosos raids, quasi sempre proficuos, realisou no anno de 1819, até que em fevereiro de 1820 pôde obter o assignalado triumpho da tomada de Valdivia. Apesar dos assignalados serviços, teve Cochrane grandes desaguisados com o governo chileno que suspeitava da lisura de suas intenções e desprendimento do dinheiro.

Accommodadas estas dissenções, graças á intervenção de O'Higgins e San Martin, pôde Lord Cochrane, a 20 de agosto de 1820, partir á testa da expedição, que organisara para a libertação do Perú.

A 6 de novembro realisava a extraordinaria façanha de se apoderar da esquadra hespanhola do Callau, sob os fogos dos fortes do porto. Enormes serviços deveram o Chile e o Perú a Cochrane para o completo aniquilamento

do dominio hespanhol. Estivera, porém, em continua lucta com o governo chileno e a luctar contra a indisciplina de seus officiaes.

A sua avidéz pelo dinheiro tirava-lhe muito prestigio aliás. Foi nestas condições que, desgostoso dos hispano-americanos, resolveu aceitar a proposta do governo brasileiro, suggerida por Barbacena e José Bonifacio, de mandar a esquadra brasileira. A 13 de janeiro de 1823 abandonava a esquadra chilena e trazendo em sua companhia numerosos officiaes inglezes do maior valor, entre elles Grenfell, Crosbie, Shepperd, chegou ao Rio de Janeiro a 13 de março. Comprometteu-se a servir ao Brasil, até o reconhecimento de sua independencia por Portugal, vencendo 12.000 pesos annualmente e mais 6.000, quando embarcado, além dos 60.000 patacões que cobrara do governo chileno e pelos quaes se responsabilisara o nosso governo. Teve então o posto de primeiro Almirante.

Luctando com mil difficuldades e a tudo provendo com a maior capacidade, pôde Cochrane sahir do Rio, a 3 de abril, á testa de pequena esquadra, mal armada, mal artilhada, mal tripulada, para auxiliar a acção terrestre dos patriotas bahianos rebeliados e commandados por Labatut.

A 4 de maio, tendo recebido reforço de alguns navios, aprocou para a barra da Bahia, cujo porto dominava a frota do almirante Felix de Campos, incomparavelmente mais forte que a brasileira.

Dispondo da nau *Pedro I*, fragatas *Ypiranga*, *Nictheroy*, *Paraguassú*, corveta *Maria da Gloria* e mais alguns chavecos ia Cochrane affrontar a esquadra portugueza (uma nau, duas fragatas, sete corvetas, uma charrua, uma sumaca e um brigue). Dispunha de 242 canhões quando os portuguezes tinham 396. Mas como immediatos contava um nucleo de officiaes do maior valor como Grenfell, Norton, Jewett, Beau-

repaire. Taylor, embora se visse numa contingencia da maior gravidade pelo facto de quasi todos os seus artilheiros serem portuguezes. Assim mesmo não duvidou em atacar a esquadra lusitana. Só se retirou ante a desproporção esmagadora de forças, causando então os maiores damnos ao inimigo, a quem inspirou verdadeiro terror. Retirou-se ahí para o Morro de S. Paulo.

« A esquadra portugueza tão superior em numero, diz Varnhagen, não se atrevia a acommetter a Cochrane; isto se explica pelo terror que inspirava só o nome deste almirante, e o receio que Felix de Campos tomára dos brutos de que constava se propunha Cochrane a fazer uso.»

A 22 de maio nova refrega em que os portuguezes são batidos pelo heroico João das Botas.

Na noute de 12 para 13 de junho realisou Cochrane, já mais apercebido de meios, uma das maiores façanhas de sua vida cheia no emtanto dos lances mais aventureiros.

Penetrou com a sua almiranta a *Piranga* e a *Maria da Gloria* por entre a esquadra inimiga e por um triz se apoderou da capitanea portugueza *D. João VI*. Foi o vento que lhe impediu a realisação deste feito arrojadissimo.

« Este ultimo acto de audacia heroico, deu todo o desalento á endurecida alma de Madeira, nota Porto Seguro. De então em diante não pensou mais senão em prevenir a retirada ». Aliás estava bloqueado por terra e por mar, sem viveres.

A 2 de julho de 1823 entrava o exercito brasileiro na Bahia, ao passo que o portuguez, embarcando ás pressas, fugia em 84 navios de guerra e mercantes.

Perseguiu Cochrane a esquadra retirante e ainda pôde aprisionar-lhe numerosos vasos. E tal a sua audacia que, a 4 de julho, por um triz escapou de perecer em combate desigual, isolado que se achou do resto de sua divisão.

Numerosas presas effectuou então. A 26 de julho entrava Lord Cochrane no Maranhão, aniquilando aquelle reducto da resistencia portugueza no Brasil e seu immediato Grenfell em 11 de agosto apossava-se do Pará. A 9 de novembro estava no Rio de Janeiro e a 25 galardoava-o o Imperador com o titulo de Marquez de Maranhão, sendo-lhe, a 2 de outubro, votado na assembléa uma moção exprimindo-lhe o reconhecimento nacional, muito embora a opposição de Montezuma. Talvez fosse este um dos motivos para que o novo marquez felicitasse vivamente o Imperador pela dissolução da assembléa e até fosse quem suggerisse a deportação dos Andradas e seus principaes partidarios como parece ter sido.

Via-se logo depois Cochrane em disputa com o governo brasileiro a proposito de pagamentos atrasados, não só para elle como para os seus commandados. Começaram a lhe fazer difficuldades.

Os lusitanophilos que regiam agora os destinos do Brasil instituiram um tribunal de presas e a tal proposito infligiram mil vexames a Cochrane e a seus principaes officiaes, diz o Almirante Boiteux, seu biographo, que estudou a questão com a maior imparcialidade e abundancia de documentos.

Duramente maltrata Varnhagen ao almirante inglez em sua *Historia da Independencia*. « O insaciavel Cochrane, que já, quando ao serviço das Republicas do Pacifico, dera provas de que o seu unico idolo era o dinheiro, estava descontente pelas delongas do tribunal em sentenciar-lhe as suas presas (abril de 1824). De umas 68 a que elle e sua tripulação se julgavam com direito apenas duas haviam sido declaradas boas. Embora chegasse o Imperador a conhecer que eram despropositadas as suas pretensões, assentira que uma vez que se tinha pactuado com elle sob as condições tão vagas não havia remedio senão apresenta-lo e contenta-lo

e com mais razão quando elle argumentava com o estar a sua tripulação descontente, julgando-o vendido ao poder, pelas graças que havia recebido.»

Em principios de julho de 1824 arrebentou a revolução pernambucana da Confederação do Equador. Furioso recusou Cochrane cooperar em sua repressão e D. Pedro I teve de dar 200 contos de réis ao almirante e uma declaração de que em favor de sua esquadra desistiria de quanto entre as presas lhe fosse legalmente adjudicado. E ainda arrancou o Lord um decreto attribuindo-lhe metade do soldo, se deixasse o serviço do Brasil, convertida em pensão para sua mulher em caso de morte.

Isto o satisfez a ponto de aceitar o commando da esquadra que ia bloqueiar o Recife. Nesta campanha desaveio-se com os chefes do exercito de repressão da revolta; seguindo a pacificar o norte entrou em novembro no Maranhão, onde em dezembro depoz o presidente Bruce, nomeando em seu lugar Manuel da Silva Lobo que, intimidado, aceitou entregar-lhe cento e tantos contos por conta de muito maior somma exigida.

Chegando o novo presidente Costa Barros e mostrando-se indocil, prendeu-o Cochrane, deportando-o para o Pará. E afinal recebido o dinheiro exigido entregou o Commando a Jewett e partiu para Portsmouth com a fragata *Piranga*, alli dando fundo a 26 de junho de 1825.

Receiou D. Pedro I que fosse sua intenção vender o vaso de guerra brasileiro, chegando a declarar que se entregasse a fragata tudo lhe perdoaria pelos serviços que com sua presença prestara ao Brasil. Tal receio não se realisou comtudo, pois Cochrane entregou o navio ao ministro do Brasil na Inglaterra, Visconde de Itabaiana. «Por então pareceu o marquez satisfeito com os duzentos contos recebidos no Rio de Janeiro e os cento e seis no Maranhão. Mas

muitos annos mais tarde, quando havia consumido o que tinha enthesourado no Pacifico e no Brasil, sempre insaciavel apresentou pretensões a novos pagamentos calumniando o bom credito do Brasil», diz Varnhagen.

Tal viagem effectuada sem instrucções valeu-lhe a suspensão dos privilegios e direitos, por decreto de 20 de dezembro de 1825, e como não ligasse importancia ao acto foi, afinal, demittido do serviço do Brasil a 10 de abril de 1827.

Por longos annos realmente advogou Lord Cochrane a restituição das quantias a que julgava ter direito, relativas ás suas pensões, cumprimento de promessas, e ás presas maritimas que effectuara. Passado longo prazo foram as suas réclamações estudadas, devido á interferencia do governo inglez em seu favor.

Afinal, em 1846, mandou o Governo imperial rever a questão e, em agosto de 1855, foi pelo parlamento autorizado a pagar-lhe 252 contos como indemnisação das presas de guerra, alem de lhe tornar effectiva a pensão e lhe abonar os soldos devidos como primeiro almirante.

Neste interim, depois de ter permanecido uns dous annos inactivo, na Inglaterra, partira Lord Cochrane para a Grecia a defender a causa hellenica contra os turcos. Deu-lhe o governo grego o commando de sua esquadra, mas tão falta de elementos se viu que nada pôde fazer de proficuo e assim retirou-se furioso da campanha depois de haver milagrosamente escapado á morte no assalto mallogrado de Athenas.

Voltando em 1829 á Inglaterra foi magnificamente recebido. Em 1831 morrendo-lhe o pae tomou o titulo de Conde de Dundonald e, em 1832, reintegraram-no nos quadros da marinha ingleza. Em 1841 foi promovido a almirante e esteve á testa de uma divisão naval até 1851. Em 53 offe-

receu-se para commandar a esquadra ingleza que ia investir a praça de Sebastopol.

Homem de prodigiosa robustez, conservou todas as faculdades integras até os ultimos dias de vida. Ainda em 1858 imprimia a sua autobiographia e memorias. Falleceu a 30 de outubro de 1860 e teve as honras do tumulo na abbadia de Westminster.

O celebre viajante russo Kotzebue, que o conheceu no Rio de Janeiro, em 1823, achou-o pouco sympathico: «seu exterior e maneiras tem algo de repugnante; na conversação ordinaria, não se exprime senão por monosyllabos e é difficil descobrir nelle o homem instruido e intelligente.

Tinha então mais de 50 annos; alto e magro, sua phisionomia é severa e seus traços fortemente desenhados; seus cabellos ruivos, suas costas um pouco curvadas; seus olhos vivos, encimados por espessas sobrancelhas, estão sempre por baixo; não olha de frente, mesmo ás pessoas com quem está falando. Parece que a guerra é uma verdadeira necessidade para elle e os combates verdadeiros gozos, comtanto que a causa que defende lhe pareça justa; é um pouco difficil conciliar esta disposição com a sede de ouro que nelle censuram.

Sua mulher, cuja belleza, mocidade, graça e espirito offerecem um contraste golpeante, ama-o com ternura e não o deixa ainda no meio dos perigos. A todos os combates que seu marido sustentou no serviço da America Meridional, esteve ella presente, não temendo expor a vida, sómente para estar junto d'elle».

De Lord Cochrane se disse «foi o primeiro maritimo de seu tempo e o ultimo grande representante de sua escola de tactica naval», conceitos que definem as acções do illustre cabo de guerra, a quem tanto deve o Brasil.



JOANNA ANGELICA

JOANNA ANGELICA DE JESUS
1761 - 1822



m toda a historia da nossa libertação não ha episodio que nos encha de commoção e respeito profundo como esse de 20 de fevereiro de 1822, cuja protagonista foi a heroica Abbadessa do Convento da Lapa, martyr da independencia brasileira, mulher cuja grandeza de animo conquistou a immortalidade e a veneração das épocas.

Nascida na cidade do Salvador, a 11 de dezembro de 1761, era filha de José Tavares de Almeida e D. Catharina Maria da Silva, pessoas de boa conta na sociedade de então, diz o Dr. Bernardino José de Souza, no excellent e exhaustivo estudo biographico consagrado á illustre religiosa.

«De fina estirpe e educação esmerada, os attractivos de sua alma culminavam na bondade e na virtude e conforme a tradição sempre se revelara de forte animo e varonil resolução.

As boas inclinações de sua alma impelliram-na para a vida contemplativa e reparadora dos claustros: entrou para o Convento da Lapa, considerado o verdadeiro ninho de virtudes Christãs, coroadas pelo amor, em maio de 1782. Cumprindo o anno do obrigatorio noviciado fez, em maio de 1783, a sua profissão de Irmã das Religiosas Reformadas de Nossa Senhora da Conceição.

A sua trajectoria no Convento da Lapa demonstra o bom conceito que desfructara entre as suas irmãs, todas servas modestas do dever e da caridade. Em fevereiro de 1797 era escrivã do convento, exercendo este cargo até 1801. De 1812 a 1814 desempenhou as funcções de Vigaria. Em 1815 foi escolhida pelas suas irmãs para o cargo de Abbadessa, exercendo-o até 1817.»

Quatro annos mais tarde reelegiam-na Prelada as suas irmãs de habito.

Haviam-se-lhe os annos escoado na oração, na pratica do ascetismo, na meditação, esquecida pelo mundo e do mundo, «corpo de alma extatica, ser inexistente, que em Deus se abysmava, morto na vida, e vivo na morte», como tão bem exprimiu o poeta francez, a descrever o genero de existencia das monjas contemplativas.

Mal lhes chegariam á abbadessa, já sexagenaria, e ás suas religiosas, os ecos dos graves acontecimentos que, desde novembro de 1820, se iam desdobrando na monarchia portugueza. A revolução constitucionalista portuense, de 24 de agosto de 1820, paulatinamente avassaladora de todo o mundo lusitano, a adhesão successiva das diversas capitancias brasileiras, a repercussão, desde novembro de 1820, nos meios bahianos das ideias e movimentos libertadores, a campanha dos liberaes da Bahia, sob a instigação dos agitadores, á cuja testa se achavam Cypriano Barata, Lino Coutinho, Francisco Agostinho Gomes, entre outros, todos estes acontecimentos tiveram em seu cenobio amortecida repercussão.

A 10 de fevereiro de 1821, explodia o movimento revolucionario que deu em terra com o governo do Capitão General Conde da Palma, substituido por uma Junta Provisional de Governo. A 25 de maio eram, na Cathedral bahiana, juradas as bases da futura Constituição e, a 3 de setembro immediato, eleitos os representantes da Bahia ás futuras Côrtes do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve. Em principios de 1821 esboçava-se um pronunciamento reaccionario, que não vingou, e a 1 e 2 de fevereiro de 1822 effectuava-se a eleição da nova junta.

Já então occorriam numerosas rixas entre soldados dos corpos brasileiros e os da tropa lusitana, da guarnição da

Bahia. A nomeação do Brigadeiro Manuel Pedro de Freitas Guimarães, homem prestigiosissimo entre os brasileiros, para o Commando das Armas, causou a maior alegria ao partido nacional e o mais fundo despeito aos portuguezes.

A 15 de fevereiro chegava da Europa a carta regia nomeando para o Commando das Armas o Brigadeiro Ignacio Luiz Madeira de Mello. Homem bravo e energico, official coberto de serviços nas campanhas peninsulares contra os francezes, destacado desde 1817 para a guarnição da Bahia, como coronel commandante de um batalhão de infantaria, e em 1820 promovido a Brigadeiro pela Junta de Portugal, era um dos mais fortes esteios do partido portuguez recolonizador do Brasil. Apresentando á Junta a carta regia que o nomeava não lhe oppoz ella objecção alguma ao empossamento. Mas como o Senado da Camara da Bahia não se reunisse para lhe registrar o titulo, occorreu extrema fermentação de animos que acabou pela tomada geral de armas da tropa portugueza a 16 de fevereiro, ao passo que os corpos brasileiros tambem se mantinham de promptidão, para defender a autoridade do Brigadeiro Guimarães. A 18 impugnava a Camara á validade da carta regia, por lhe faltarem algumas formalidades.

Chamado a Palacio, assistiu Madeira a uma sessão longa e tempestuosissima dos membros do governo que acabou pela resolução de se nomear uma Junta Militar de sete membros até o aclaramento da situação. Competir-lhe-ia a presidencia desta junta. Protestou, energico, contra tal decisão, retirando-se do palacio pela madrugada de 19 de fevereiro.

As seis da manhã de 19 rompiam as hostilidades entre as tropas portuguezas e as brasileiras. A 21, depois de violento bombardeio, tomavam os lusitanos o forte de S. Pedro, centro da resistencia nacional, aprisionando Freitas Guimarães. Compostos de veteranos aguerridos nas campanhas

napoleonicas, haviam os batalhões portuguezes batido facilmente, no Rosario e no campo da Polvora, os corpos de milicianos brasileiros, contemporaneamente. Avaliaram-se as mortes em mais de duzentas nestes dous dias de sangüinolentas refregas.

«Donos da cidade, os soldados de Madeira, como sempre acontece nas sedições e em cidade populosa e rica, entregaram-se a toda a sorte de tropelias e excessos.»

Officiando ao governo sobre estes acontecimentos disse Madeira de Mello que magotes de sediciosos e reaccionarios, fugindo aos vencedores, se refugiaram, talvez á força, em diversas casas particulares e no Convento da Lapa, dalli abrindo fogo sobre a legião lusitana, o que motivara a reacção da tropa. A este depoimento se contrapõe o da Junta da Bahia, a affirmar que os portuguezes justificavam as suas tropelias sob o pretexto de tiros sobre elles disparados das casas.

É muito provavel, imparcialmente falando, que se houvesse dado o que Madeira affirmara. Nada mais natural, em tão extensa e violenta refrega, entre uma população inteira e os estrangeiros, seus dominadores. Seria aliás muito difficil conter os soldados, fóra de si após dous dias de combate.

Entre onze e doze horas de 20, apresentou-se, á porta da Lapa, um magote de soldados portuguezes a reclamar em altos brados a entrada no mosteiro. Estavam as pobres religiosas transidas de terror, ante as angustias daquelles dias terriveis, constantemente agitados pelo estrepido da fuzilaria e da artilharia. Como se lhes não abrisse o portão começaram os soldados a arrombal-o a machadadas, e, afinal, penetraram na casa.

Adeantaram-se para a clausura do Mosteiro, quando, abrindo-se uma porta, heroica, impavida assomou um vulto

de religiosa, trazendo ao peito, sobre o escapulario azul, o grande medalhão prelaçial de prata, com a imagem de Nossa Senhora da Conceição. Era a madre abbadessa Joanna Angelica de Jesus.

Pasma ante tanto desprendimento de vida naquella mulher, estacou a soldadesca possessa. Com a voz firme e vibrante de indignação, lembrando-se de suas filhas claustradas e dos patriotas refugiados dentro daquelle recanto asy-lar, bradou.

— Para traz, bandidos! Respeitae a casa de Deus! Antes de conseguirdes os vossos infames designios, passareis por sobre o meu cadaver!

«Surdo rumor acolheu estas phrases, diz o General Carlos Augusto de Campos, no seu bello livro *As heroínas do Brasil*. «Mata, mata e avança! bravejaram os soldados portuguezes. Um miseravel, acercando-se então de Soror Joanna Angelica com a boca a vomitar imprecações furiosas e immundas, enterrou-lhe no peito a baioneta.»

«A madre abbadessa, diz Joaquim Norberto, em suas *Brasileiras celebres*, cruzou os braços sobre o seio ensanguentado, como se apertasse contra elle a gloriosa palma do martyrio, que recebia com a sua morte, alçou os olhos para o céu e expirou com um sorriso nos labios; o pavimento tinto de sangue da martyr estremeceu, como a terra sacudida por suas commoções internas.»

Ao estrepito das nefandas scenas acudiu o velho cappellão do convento Padre Daniel da Silva Lisboa, em defesa da Prelada. Era um sacerdote respeitavel, cujas cans não o salvaram do furor da soldadesca portugueza. A couces de espingarda prostraram-no por terra e lhe deram tantas coronhadas que, todo ensanguentado, ficou por morto. Valeu-lhe esta circumstancia escapar aos ferozes inimigos, muito embora se levantasse para d'ahi em deante viver para

sempre estropeado

Seja-nos permittido, ao terminar este pequeno escorço sobre a abbadessa martyr, transcrever a eloquente apostrophe com que o seu biographo lhe sauda a memoria gloriosa do martyrio :

« Que se não apague, na retentiva dos posteros, a grandeza d'alma da Madre veneranda que, sendo o symbolo da virtude recatada, se alçou aos paramos da gloria que não morre.

Que se não olvidem as palavras, soberbas de coragem, que a Religiosa, transfigurada na imagem de uma Patria opprimida, pronunciou em frente das baionetas assassinas e que, de ouvida em ouvida, vieram até nós, como exemplo sem par, do quanto póde, nos instantes supremos, o grito do dever.

Cem annos depois de seu sacrificio, dia por dia, Joanna Angelica recebe de nós, que herdamos o thesouro rarissimo de sua coragem, as homenagens da nossa admiração respeitosa, genuflexa ante á memoria de uma esplendida abnegação.»



MAGÉ

JOSÉ JOAQUIM DE LIMA E SILVA,
VISCONDE DE MAGÉ

1787 - 1855



ertencente a uma familia illustre de officiaes generaes, irmão de Francisco de Lima, regente do Imperio, tio, portanto, do Duque de Caxias, e irmão do Barão de Suruhy, nasceu o Visconde de Magé no Rio de Janeiro, a 26 de julho de 1787.

Praça de cadete aos tres annos de idade, em 1814 já era sargento mór commandante de um corpo de infantaria no Piauhy. Official dos mais prestigiosos entre os brasileiros natos, uma questão que no theatro teve com um dos coroneis da divisão de Jorge de Avilez foi um dos primeiros episodios da revolta de 12 de janeiro, terminada pela rendição dos portuguezes.

Coronel em 1822, foi mandado seguir, á testa do Batalhão do Imperador, para o theatro de guerra da Independencia na Bahia, sob o mando de Labatut. A 22 de fevereiro desembarcava em Jaraguá, marchando em direcção ao theatro da guerra. Tomou então parte em diversos combates, em que sempre se distinguio, sobretudo no de Conceição, a 3 de maio. Deposto o General francez, por uma sedição, recebeu Lima e Silva, da aclamação de seus companheiros de armas, a investidura de chefe do *exercito pacificador*.

Á sua frente sitiou a Bahia, bloqueada por mar pela esquadra de Lord Cochrane e, afinal, como é tão sabido, obrigou Madeira a render-se a 2 de julho de 1823. No anno seguinte era promovido a general, e distinguido com a dignitaria do Cruzeiro.

Tomou parte saliente nos acontecimentos do 7 de abril, sendo então nomeado Commandante das armas da Côrte. Deputado pelo Piauhy, de 1834 a 1843, marechal de campo em 1837, conselheiro de Estado em 1841, Tenente Gene-

ral em 1842. conselheiro de guerra em 1845, Tenente General em 1846, teve ainda, a 2 de dezembro de 1854, o titulo de Visconde de Magé, com honras de grandeza.

Coberto de prestigio e honrarias, falleceu no Rio de Janeiro, a 24 de agosto de 1855. Era tido como um dos mais instruidos generaes de nosso exercito; e seus conhecimentos technicos, demonstrados no parlamento, lhe valeram ser chamado ao Conselho de Estado. Seus serviços á causa da independencia nacional sobrelevam a quaesquer outros, comtudo. A testa do exercito libertador da Bahia houve-se como chefe de real valor, pela coragem e capacidade, dedicação e patriotismo acendrados. (Maciel da Silva).





MARIA QUITERIA

MARIA QUITERIA DE JESUS MEDEIROS



nasceu esta heroína, que todo o Brasil venera, no interior da Bahia, numa fazenda do actual districto de S. José de Itaporoca, antigamente na região chamada dos *Campos da Cachoeira*, hoje no municipio de Feira de Sant' Anna. Era filha de portuguezes; e de seu pae pouco se sabe. Alguns biographos, repetindo-se uns aos outros, dão-lhe o nome de Gonçalo de Medeiros, como Macedo, no seu *Anno biographico*; Bernardino J. de Souza, tão erudito sempre e tão aprofundador dos estudos que emprehende, chama-lhe Gonçalves de Almeida.

« Em 1822, diz o escriptor bahiano, já era fallecida a mãe de Maria Quitéria, e seu pae, Gonçalves de Almeida, casado então em segundas nupcias, criava gado e cultivava algodão nos ubertosos terrenos de S. José. Parece que era abastado: do gado não lhe sabia a conta e do algodão, nos annos bons, tirava 400 arrobas que valiam de quatro a cinco mil réis. Possuía 26 escravos empregados no pastoreio dos animaes e no amanho da terra. »

É o que se sabe da familia da heroína, cuja data do nascimento ignoram todos os seus biographos.

Precipitavam-se os acontecimentos, que iam ter como desfecho o 7 de setembro. Em região alguma do Brasil de longe siquer haveriam de assumir as proporções bellicas dos da Bahia. Depois das chacinas de 19 e 20 de fevereiro de 1822 nas ruas de S. Salvador, agora dominada pelo exercito de Madeira de Mello, pesava sobre a terra bahiana a dura oppressão dos portuguezes, victoriosos da tropa bisonha do brigadeiro Manuel Pedro de Freitas Guimarães. Mas não tardaria a repulsa nacional a irromper violenta, irremprimivel. Partiu o primeiro brado da reacção brasileira da

villa de S. Amaro; propagou-se o movimento rapidamente, e, afinal, rompeu a repulsa armada na Cachoeira, onde, a 25 de junho, a Camara Municipal acclamou o principe D. Pedro regente constitucional e defensor perpetuo do Brasil.

Bombardeou a villa uma escuna de guerra portugueza ancorada em frente a ella, no Paraguassú, mas teve a resposta dos brasileiros, que tres dias mais tarde, aproveitando uma baixa das águas, della se apoderaram. Dentro em breve estava todo o interior da Bahia rebellado e a 22 de setembro se installava o conselho interino do Governo, o comité da revolução nacional da Cachoeira, a que presidia o futuro Barão de Jaguaripe. Já a 1.º de agosto endereçava D. Pedro aos bahianos a famosa proclamação de solidariedade que começava pela apostrophe «Illustres bahianos, porção generosa e malfadada do Brasil!», e em que lhes promettia prompto soccorro.

Activamente arrolava a Junta todos os patriotas. Um dos seus emissarios passou pela fazenda do Rio do Peixe, pertencente a Gonçalves de Almeida.

Segundo o que refere Maria Graham, em seu *Journal of a voyage to Brasil*, do que lhe contou a propria Maria Quiteria, o velho colono convidou-o para a mesa e após a refeição confabularam sobre o motivo da viagem, figurando o emissario a grandeza e a riqueza do Brasil, e a felicidade que poderia alcançar com a independencia, insistindo sobre a longa e oppressiva tyrannia de Portugal e a covardia da submissão ao governo de paiz tão pobre e degradado.

Seu pae, disse ainda Maria de Jesus, « não era accessivel ao entusiasmo: velho, não poderia juntar-se ás forças imperiaes, nem tinha filho que dêsse; quanto a fornecer um escravo, que interesse poderia ter um escravo em lutar pela independencia do Brasil? Esperaria, pois, com pacien-

cia o resultado da guerra e seria um pacato subdito do vencedor».

Ella não, que assim falou ao emissario — «eu sinto o coração arder no meu peito»

Nas suas *Brasileiras celebres* refere Joaquim Norberto de Souza e Silva que a joven camponeza ao ouvir as palavras do pae dissera immediatamente: «É verdade que não tendes um filho, meu pae, mas lembrae-vos que as Bahianas do Reconcavo manejam as armas de fogo, e o exercicio da caça não é mais nobre do que a causa da Patria. Tenho o coração abrasado; deixae-me ir disfarçada empunhar as armas em tão justa guerra».

— «As mulheres, respondeu o velho, fiam, tecem e bordam, e não vão á guerra.»

Retirando-se o emissario, Maria Quiteria dirigiu-se á casa de sua irmã casada, que morava perto, narrando-lhe o succedido, a dizer-lhe: «sentia não ser homem para juntar-se aos patriotas». Ao que respondeu a irmã «se eu não tivesse marido e filhos, por metade do que estás a dizer, corria a alistar-me nas fileiras do Imperador».

E Miss. Graham nos informa: «Maria tomou algumas roupas do cunhado e equipou-se; e, como o pae estivesse de viagem para Cachoeira, afim de vender algodão, resolveu aproveitar a oportunidade e acompanha-lo perto, o sufficiente para recorrer a elle em caso de perigo, e longe, o sufficiente para não ser pilhada».

«As portas de Cachoeira parou; embrenhou-se no matto, vestiu-se de homem, e entrou na cidade, numa sexta-feira.»

Sobre a vida militar da heroína assim se expressa o mais completo de seus biographos, o erudito Bernardino de Souza, a cujas palavras repassadas de entusiasmo e eloquente patriotismo não nos furtamos ao desejo de transcrever:

«Apresentando-se á autoridade competente, demonstrou

a sua capacidade do manejo das armas, e no domingo seguinte assentava praça no regimento de artilharia, passando-se depois de alguns dias para a infantaria, por ser muito pesado o serviço do primeiro.

Em fins de 1822 figurava D. Maria Quiteria de Jesus Medeiros entre os soldados do batalhão de caçadores, denominado Voluntarios do Principe D. Pedro, que havia sido organizado pelo bravo major José Antonio da Silva Castro e fôra depois incorporado á briosa Primeira Divisão da Direita, commandada pelo Tenente Coronel José de Barros Falcão de Lacerda. É este mesmo batalhão que mais tarde toma o nome de Periquitos, por serem de côr verde as golas e os canhões das fardas das suas praças; foi o mesmo corpo que causou as scenas luctuosas de 1824 nesta cidade.

O disfarce da abnegada sertaneja foi logo revelado: foram infructiferos os esforços de seu pae para retira-la das fileiras. Começa em breve trecho a sua vida de heroína lembrada por quantos já escreveram a respeito da pugna memoravel. Desde os primeiros recontros se mostrou qual veterana habituada aos fragores das batalhas. Entrou nas mais arduas pelejas, fazendo prodigios de valor, diz-nos o Barão de Loreto em sua *Historia da Independencia*.

O primeiro rasgo de sua audaciosa valentia foi a empreza temeraria da foz do Paraguassú, quando alli tentavam desembarcar soldados de Madeira de Mello: capitaneando um grupo de outras mulheres heroicas, que combateram com agua até os seios, electrisa os soldados do denodado official Victor José Topazio, encarregado da defensão da barra do grande rio.

De seu heroismo, nesse recontro, fala o commandante, em parte official, e a musa epica de Ladislau dos Santos Titara, vate soldado da guerra da Bahia, consagra-o em estrophes immortaes:

Por fim investem

A do Paraguassú foz, em que o Victor,
Valente defensor, vigia activo
As tretas abrogar-lhes. Mas reteimam
Aqui as hostis proas; porém forte
Barreira oppõe-lhes os patricios peitos
E armigeras bahianas, que, terriveis,
Do fragil sexo deslembrando o mimo,
Os aguardam na praia, iras nutrindo.
Tu, destemida Penthesilea heroica,
Tinta de iras, rancor e toda fogo,
Mais e mais n'alma dellas sopras flammis —
E, exemplar conductora, a todas bradas:

« — Jurae de coração, oh feliz sexo,
« — (Deus em vão não chameis!) jurae commigo
« Justas penas tomar da raça iniqua,
« Que, o recinto da paz violar ousando,
« Á vil sanha immolarão vestal pia:
« E, entre pilhar infame, á patria ultraje,
« Massacrando ferozes, roubar tentão
« Joias, que a vida de mais alta estima!
« Como, oh como vereis dos brutaes gumes
« Pendente espernegar, morrer a prole;
« Roto o peito, morrer o pae querido.
« Morrer o esposo terno e o terno amante?
« Como, guerreiras! Ah! võe-se ás aguas!...

Cessaste; mais que todas pressurosa
Té nas ondas, que o seio alvo te afogam,
Penetras guerreando, e dos pelouros
Não te acurvam relampo e tempestade
Oh fervida amazona, quem primeiro,

Quem derradeiro ao Orco lançarias,
Mil clavinaços disparando a frouxo?
Já mastros mordem os rompidos lusos,
Outros sumir-se e as vidas vão no pego,
E as Bahianas d'aqui realça a gloria.
Renegado o inimigo abrindo as velas
Cedem a palma e o passo, e vão em gyro
Sitios outros tentando; mas em todos
Caloroso sofrea-os patrio brio,
Que em patrio peito, liberdade geras.

Por ordem de 31 de março de 1823 mandou o Conselho Interino da Provincia entregar a D. Maria de Jesus, já então cadete, uma espada e os seus accessorios.

Acompanhando o seu batalhão até os campos de Pirajá, em combates travados para os lados da Conceição e Itapoan, em fevereiro de 1823, Maria Quiteria é citada, em partes officiaes, como tendo atacado uma trincheira inimiga, tomando-a e fazendo ella mesma dois prisioneiros, que recolhera ao acampamento brasileiro.

E dos seus assentamentos constam varios elogios dos commandantes das tropas, de Labatut a Lima e Silva; este, em Officio de 24 de julho de 1823, affirmava que «D. Maria Quiteria havia entrado tres vezes em combate» e «em toda a campanha se distinguira por indizivel valor e intrepidez».

E a voz dos coetaneos repetia sempre que nos campos de batalha, ao resoar dos primeiros clangores do clarim guerreiro, em frente ás sinas do inimigo, ninguem mais impavido, serenc e abnegado na conquista da liberdade de sua Bahia.

Quando a 2 de julho de 1823, entrou nesta leal e valerosa Cidade do Salvador o Exercito Pacificador, nome que

lhe appuzera o glorioso Labatut, Maria de Jesus, marchando com o seu batalhão, fazia parte da Brigada que, de Pirajá se dirigiu ao Terreiro de Jesus, pela estrada das Boiadas, Lapinha, Soledade e Barbalho. Estava ao lado do General Lima e Silva, então commandante de todo o exercito, quando com seus officiaes foi agradecer nas portas do claustro da Soledade a saudação que lhe fizeram as freiras do mesmo Convento pela palavra do padre vigario e capellão interino das religiosas, Antonio José Gonçalves de Figueiredo.

Narra um testemunho do mais glorioso dia da nossa Historia. que as religiosas collocaram na frente de Maria Quitéria uma grinalda entrançada de flores verdes e floridas do cafeseiro.

Terminada a campanha, a heroína embarcou para o Rio de Janeiro : desejava ser um dos portadores da gratissima nova da restauração da Bahia. A sua presença na Côrte causou grande successo : o seu curioso uniforme militar, calça, saiote de lã, fardila, kepi e espada, e o distinctivo dos Voluntarios do Principe, e a fama que de logo se espalhou de coragem e de seus feitos, tudo isso, attrahia a attenção dos habitantes da Capital do Imperio.

Recebeu-a em audiencia especial o joven Imperador, que, sabedor do vulto de suas proezas, mais realçadas pela honestidade exemplar e virtudes muito puras, collocou em seu peito a insignia dos Cavalheiros da Imperial Ordem do Cruzeiro, dizendo-lhe as seguintes palavras : « Concedo-vos a permissão de usar esta insignia como um distinctivo, que assignale os serviços militares que, com denodo raro entre as mais do vosso sexo, prestastes á causa da independencia do Imperio, na porfiosa restauração da Bahia ».

Fez-lhe ainda mercê da graça constante do seguinte decreto que transcrevemos das Memorias Historicas e Politicas de Ignacio Accioli :

«Fazendo constar na minha imperial presença o Comandante em Chefe do Exercito Pacificador da Bahia, o decidido valor, denodo e intrepidez com que Maria Quiteria de Jesus, natural daquella provincia, se alistara nas fileiras do exercito, para debellar os inimigos da Patria, e se distinguira em occasiões as mais arriscadas de combate, em que sempre se portara heroicamente; e por quanto feitos taes merecerão um logar distincto na minha imperial consideração; hei por bem de conceder á referida Maria Quiteria de Jesus o soldo de alferes de linha, pago na sua respectiva provincia.»

Do entusiasmo e da curiosidade geral dos fluminenses participou Maria Graham, a mulher do official inglez commandante da fragata *Doris* e autora de interessante diario de estada no Brasil de 1821 a 1823. Quiz ve-la e Maria Quiteria accedeu a tão honrosa curiosidade. A seu respeito assim se exprime a escriptora em data de 29 de agosto de 1823:

«Visitou-me hoje Dona Maria de Jesus, a moça que ultimamente se distinguiu na guerra do Reconcavo. Seus trajes são os de um soldado dos batalhões do Imperador, acrescidos de uma especie de avental curto, de lã, que ella me disse haver copiado de uma gravura representando um *highlander*, porque bem se adaptava a um traje militar feminino...» «As feições de Maria, especialmente olhos e testa, apresentam accentuados traços indigenas.»

«D. Maria narrou-me diversas particularidades relativas ao paiz e ás suas proprias aventuras.»

«Maria de Jesus é illetrada, mas viva. Tem a intelligencia clara e a percepção aguda. Penso que, se a educassem, viria a ser uma personalidade notavel. Nada se nota de masculino nos seus modos, antes os possui gentis e amaveis. Não contrahiu nenhum habito grosseiro ou vulgar durante

a sua vida de acampamento; não se apontando nada que lhe desabone a honestidade.»

«Nada notei de peculiar no seu procedimento á mesa, a não ser que come ovos ao almoço e peixe ao jantar, com farinha e nunca com pão; e que fuma um cigarro após cada refeição. No mais, muito moderada.»

Tão boa impressão causou á viajante britannica que esta lhe desenhou o retrato, inserto no seu tão apreciado jornal de viagem e hoje uma das mais populares estampas brasileiras.

Finda a campanha da Independencia e restituída ao lar paterno nada mais se conta de Maria Quitéria.

Mostrou a sua conducta ulterior que a não animava a vangloria nem a ambição de recompensas. Bateu-se impulsionada pelo patriotismo, pura e simplesmente, visando apenas servir ao Brasil e liberta-lo do jugo estrangeiro.

E com toda a razão exclama o seu eminente biographo, verdadeiro arauto da «justiça de Deus na voz da Historia»:

«Violentando o destino sublime e pacifico do seu sexo, ao influxo de injuncções superiores da vida, inspirada por ideaes alevantados, abandona o ninho do seu honrado lar, e, qual Judith renascida, brande a arma libertadora de sua patria.

Immortalisou-se pelo heroismo: por isso mesmo o seu nome está sempre presente na justa retentiva dos posteros.»



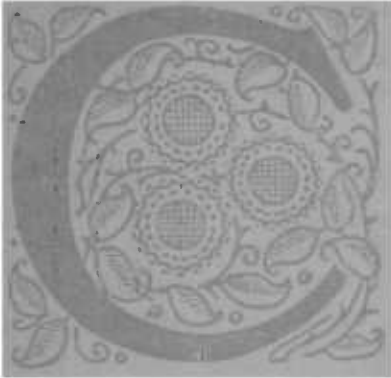


PIRAJÁ

JOAQUIM PIRES DE CARVALHO E
ALBUQUERQUE, VISCONDE DE PIRAJÁ

17 - 1848

SEUS IRMÃOS — O VISCONDE DA TORRE DE GARCIA DE AVILA E O BARÃO DE JAGUARIBE
A CAMPANHA LIBERTADORA DA BAHIA



onhecem todos os que estudam a historia do Brasil, com alguma pormenorisação, o papel notavel que á chamada Casa da Torre coube no desbravamento dos sertões do nordeste e na repulsa dos invasores estrangeiros.

Entre estes grandes feudatarios devassadores do Piauhy, Maranhão, Ceará e do Alto S. Francisco, citam-se sobretudo, além do fundador Garcia de Avila, contemporaneo de Thomé de Souza, os nomes de Francisco Dias de Avila e Garcia de Avila Pereira. Em fins do seculo XVIII extinguiu-se esta illustre estirpe com o Mestre de Campo Garcia de Avila Pereira de Aragão, cujos vastos bens passaram á sua sobrinha Anna Maria de São José Aragão, casada com José Pires de Carvalho e Albuquerque, alcaide mór de Maragogipe e depois Capitão Mór da Bahia e Secretario de Estado do Governo do Brasil.

Quando, em 1798, na Bahia occorreu a conspiração, cujo desfecho se passou nos patibulos do Campo da Polvora, prestou José Pires de Carvalho e Albuquerque relevantes serviços ao governo.

Feliz casal, o do Secretario de Estado do Governo do Brasil e de D. Anna Maria de São José Aragão! Tres varões illustres d'elle provieram: Joaquim, Antonio Joaquim e Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque.

Com toda a exacção nota Borges de Barros no seu erudito estudo sobre a Casa da Torre, inserto nos seus *Bandeirantes e sertanistas bahianos* e reivindicador de tanta justiça historica:

«Um delles — Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque, depois Barão de Jaguaripe, membro da junta

administrativa, dictatorially dissolvida pelo General Madeira, eleito para a junta revolucionaria, acclamado seu presidente, é o chefe do Governo que dirige a Provincia em todo esse difficilimo periodo.

Outro — o Coronel de Linha Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, Brigadeiro graduado, Barão e depois Visconde de Pirajá, envolve-se nas primeiras conspirações; submettido a Conselho, retira-se para os seus engenhos, levanta os animos, arma soldados a sua custa e é quem primeiro se apresenta no campo da lucta, de que sahiu aruinado.

Outro finalmente, o primogenito, que lhe havia de succeder, como succedeu, nos bens e titulos da Casa — o Coronel Antonio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, Barão e Visconde da Torre de Garcia de Avila, seguiu para o seu Castello, onde organisou e de onde commandou a base de operações do exercito libertador, renovando os relevantissimos serviços que na invasão hollandeza prestara seu avô Francisco de Avila.»

Em 1822, como se sabe, deram-se na Bahia os terriveis acontecimentos de fevereiro que entregaram a capital da provincia ao despotismo da tropa portugueza recolonisadora, commandada pelo Brigadeiro Madeira de Mello.

Aterrorisados a principio pela sanguinaria repressão lusitana, não tardaram os brasileiros, porém, a reagir contra a oppressão estrangeira. Já a 15 de abril corria assignada, por milhares de nomes, a representação ás Côrtes, em que os bahianos declaravam preferir continuar como provincia do Brasil sob o regimen do herdeiro da corôa, «cujos sentimentos constitucionaes bem conheciam».

A 15 de junho intimava o Principe Regente a Madeira que se retirasse para a Europa com sua tropa toda.

A 17 lançava aos bahianos uma proclamação concitan-

do-os a se manterem solidarios com os demais brasileiros. Havia uma excitação geral dos animos e correu o boato de uma tentativa de revolta instigada pelo proprio Senado da Camara da capital. O jornal *Constitucional*, redigido por Montezuma, incitava os brasileiros a se manterem firmes em suas convicções e esperanças.

Em meiados de junho estalava o movimento revolucionario, a principio na villa de Santo Amaro, capitaneado pelo corregedor Antonio José Duarte de Araujo Gondim.

A elle adheria logo a villa de S. Francisco sob as instigações do juiz de fóra Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos, depois Visconde de Monteserrat, e Miguel Calmon du Pin e Almeida, futuro Marquez de Abrantes. Haviam os portuguezes mandado ancorar, á foz do Paraguassú, uma escuna de guerra para vigiar a Cachoeira, nucleo de patriotas. A 25 de junho levantou-se a villa revolucionada pelos Coroneis José Garcia Pacheco e Rodrigo Antonio Falcão Bulcão, depois Barão de Belém. Foi pelo juiz de fóra Antonio de Cerqueira Lima aclamado D. Pedro regente constitucional e defensor perpetuo do Brasil. Bombardeada a Cachoeira pelo vaso portuguez, reagiram os patriotas, que depois de tres dias de combate d'elle se apossaram. Não tardou que toda a provincia houvesse adherido á causa nacional.

« Desde a primeira phase da lucta, o desejo de reivindicta abrasava todos os corações. As mães mesmas embalavam os filhinhos com a popular cantilena :

« Acalenta-te, ó menino,
Dorme já, para crescer ;
O Brasil precisa filhos ;
Independencia ou morrer ! »

Entretanto, os habitantes da Bahia, aos quaes D. Pedro em uma proclamação havia exhortado á resistencia, dis-

puzeram os primeiros meios de leva-la a effeito. Fortificaram-se alguns pontos do littoral, desde a entrada da Bahia até o reconcavo; ergueram-se presidios na ilha de Itaparica, reductos na villa de S. Francisco, baterias nas margens do rio Sergy, na ilha de Canaiba, na ilha dos Frades, e noutras dos arredores, como ainda na costa da Saubara. Tamanho era o ardor com que se procedia a taes aprestos, que até os frades franciscanos do convento daquella villa ajudavam ahi a carregar materiaes para a construcção das obras de defesa.

Foi então que o Visconde de Pirajá, até então occupado na administração de seus vastos bens de grande proprietario agricola, rico senhor de engenho, entrou em grande evidencia, demonstrando extraordinario ardor em principiar as operações bellicas contra os portuguezes. « Na ausencia de qualquer tropa nossa, o Tenente Coronel Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, Visconde de Pirajá, depois de ter proclamado aos seus conterraneos, reuniu com a possivel feição militar, os millicianos do districto do seu commando. A elles aggregaram-se os magotes de indios, arrebanhados de aldêas diversas da provincia, e cujas mulheres os acompanhavam nas refregas, como lembra o poeta-soldado, testemunha presencial da campanha :

« Occorre-lhe tambem falar d'aquelles,
Tupica multidão, nas flechas destros,
Que do arco teso, com vigor, travando,

As tabas deixam, mais que muito amadas,
E em tribus varias a reunir-se marcham
E a todos, quasi na paz, seguem nos prelios,
Oh conjugal ternura! — as leaes consortes
Que a extremos dados ancia põem inteira
Em ir com elles ao triumpho, á campá.

Apezar de bisonha e pouco numerosa, aquella rustica phalange sahia ao inimigo entrincheirado na capital. Distribuida em partidas, frequentemente, o accommettia e dispersava até junto ás fortificações dos suburbios. Manejando o arco e a flecha, avantajavam-se ás demais as guerrilhas dos indios. Guiava-os um delles, de nome Bartholomeu, e appellidado Jacaré pela sua gente, o qual, não só então, mas até o derradeiro combate, mostrou o valor indomavel proprio da sua raça.

Tinhamos carencia absoluta de armas e munições de guerra, mas os senhores de engenho suppriram em parte esta falta; fizeram arrancar as peças de bronze empregadas nas suas fabricas e monta-las em carretas, assim como fundir em projecteis o ferro, o cobre e o chumbo das suas machinas e aparelhos industriaes. Succedeu muitas vezes que as balas arremessadas pelos canhões das barcas portuguezas contra os defensores da ilha de Itaparica foram por mulheres e meninos extrahidas da areia da praia, onde se enterravam, e recambiadas pelos nossos artilheiros no meio de um nutrido fogo.

Ao mesmo tempo a Camara da Cachoeira, a 5 de julho, escrevia ao Principe dando parte das occurrencias e terminava dizendo: «Ajudae-nos, Senhor, que somos subditos devotados de Vossa Alteza Real».

Partiu do Rio de Janeiro uma divisão naval sob o commando do chefe Delamare. Conduzia um pequeno corpo expedicionario a que commandava Labatut. Desembarcou este em Maceió; recebeu os soccorros de Pernambuco, sob as ordens do bravo José de Barros Falcão de Lacerda. Em fins de setembro atravessava o S. Francisco, subjugava Sergipe e marchava sobre o Reconcavo.

Neste interim proseguiam os patriotas activamente na lucta; a 18 de julho dirigia o Visconde de Pirajá uma pro-

clamação aos brasileiros habitantes da capital da provincia assediados, concitando-os a cumprirem os seus deveres patrioticos.

Esta proclamação, datada da Feira do dia 18, era concebida nos termos seguintes: — « Habitantes da Bahia! Os males de que tendes sido victimas, não são extranhos: o nosso Governo não os póde remediar: as provisões de bocca estão cortadas, e não sei qual seja a vossa demora nessa empestada e malfadada cidade: fugi para o seio de vossos irmãos, que de braços abertos vos esperam: vinde com elles ou vencer ou morrer pelo nosso amado principe, por el-rei e pelas Côrtes, *que não autorisam tyrannos para nos flagellarem*. Habitantes da Bahia! A demora é prejudicial: confiae no meu patriotismo, e crêde que, no estado de defesa em que me acho, não me atemorizam esses vandalos que vos opprimem! »

A 22 de setembro de 1822 tomava sua feição regular o governo dos patriotas, com a installação do seu *Conselho Interino do Governo* na villa da Cachoeira, sob a presidencia de Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque, futuro Barão de Jaguaripe e irmão do Visconde de Pirajá. Delle faziam parte os representantes das principaes villas revoltadas, entre os quaes Calmon, Gondim, Montezuma.

O terceiro dos illustres irmãos, Antonio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, seguiu, como já dissemos, para o seu castello de Torre, de onde commandou a base de operações do exercito libertador.

« Pirajá, pequena povoação que demora a poucas milhas da capital, na maior parte compunha-se de bahianos, e dia a dia engrossava. As circumstancias extraordinarias não consentiam que elle apresentasse um conjuncto harmonico de tropas bem fardadas, armadas e equipadas, como as

de um exercito regularmente constituido.

Entre as primeiras forças que a elle se incorporaram, havia duas companhias creadas na Cachoeira, uma com a denominação de Belona e outra de Mavorte, cujos officiaes e praças se fardaram a suas expensas e renunciaram ao soldo e á etapa. Notava-se tambem a companhia de cavallaria de voluntarios dos Pedrões, conhecidos pelo nome de Encourados, porque usavam trajas de couro.

Um clerigo, Frei José Maria Brayner, a tinha formado e era commandante della. Alem disto, um troço de sertanejos, procedente do Rio de Contas, e fardado de panno de algodão, tecido no mesmo logar, alistara-se nas nossas fileiras. Nellas figurava ainda um corpo de libertos, que tiveram ao mesmo tempo a fortuna de sahir do captiveiro e de arriscar a vida pela patria. Muitos escravos até se arvoraram em soldados, e, á sômbra da bandeira nacional, reconquistaram a liberdade. Demais, pertencia ao nosso exercito o batalhão de infantaria dos voluntarios do Principe D. Pedro, batalhão chamado dos Periquitos por serem de côr verde a gola e os canhões das fardas das suas praças.»

Neste batalhão, commandado pelo Major José Antonio da Silva Castro, sobresahia como soldado Maria Quiteria de Jesus.

‘Chegaram’, porém, os reforços; dentro em breve entravam em territorio bahiano os contingentes de diversas provincias.

Em fins de outubro apparecia Labatut no campo dos Independentes. Acolheu-o o Visconde de Pirajá com a maior deferencia. Despiu-se immediatamente do commando supremo das forças nacionaes, exercido desde os primeiros dias da rebellião, pondo-se ás ordens do general, que o Imperador investira da chefia do exercito independente.

Bellissimo exemplo de patriotismo dava aos seus com-

panheiros de armas! Com a chegada de Labatut e seu contingente tomaram as operações de guerra novo impulso, apesar dos escassos recursos dos patriotas, que não dispunham senão de uns cinco ou seis mil homens bisonhos e mal armados.

Tal o seu impeto, porém, que os portuguezes abandonam a ilha de Itaparica e refugiam-se na capital bahiana. Sitiado, quer Madeira forçar o bloqueio e assim faz a investida de 8 de novembro, travando-se então o combate violento de Pirajá, em que os portuguezes são rechassados e vencidos, e em que, de parte a parte, se pelejou com o maior denodo, segundo a parte de Madeira ao seu governo, nelle havendo centenas de baixas das duas parcialidades.

Deu-se neste combate celebrado episodio. Havendo os portuguezes, com todo o impeto, cahido sobre as posições de Pirajá, occupada pela columna de Barros Falcão, vergou esta sob o assalto, havendo mesmo o bravo official mandado dar o signal da retirada. Enganou-se, porém, o clarim Luiz Lopes ou fe-lo propositalmente, e, ao envez disto, tocou o de carregar com todo o vigor a «degolar» Mudou este incidente a face do combate. Voltando os brasileiros á carga com extraordinario impeto retrocederam os inimigos apressadamente. Após alguns factos de menor importancia, occorreu o ataque de Labatut ás posições portuguezas em Itapoan, a 29 de dezembro, assalto infructifero, aliás, e em que se praticaram muitos rasgos de valor.

Nas aguas da bahia de Todos os Santos o heroico João das Botas, com a sua esquadilha de embarcações ligeiras, fazia maravilhas.

Entre os seus principaes feitos d'armas, citam-se a acção de 8 de dezembro de 1822, em que enfrentou tres brigues de guerra, impedindo que se apossassem de um grande comboio de viveres embarcado em 18 batelões; a de 23 de

dezembro, em que, apesar da maior desigualdade de forças, afrontou uma esquadilha portugueza e, vendo-se perdido, após tres e meia horas de vivissimo fogo, fez o seu navio encalhar, escapando, assim, aos adversarios.

Rechassados sempre que tentavam fazer desembarques, cada vez mais desanimados se sentem os portuguezes, sobretudo depois da ardua refrega de Mocambo.

A 30 de janeiro de 1823 propõe Labatut a capitulação a Madeira e este desdenhosamente a repelle:

De 9 a 15 de fevereiro verifica-se o assalto geral do exercito brasileiro ás posições avançadas do inimigo, em Soledade, Conceição, Cruz do Cosme, etc., sendo os nossos repellidos depois de vivas refregas.

A 22 de fevereiro desembarca em Jaraguá, Alagoas, sob o commando do Coronel Lima e Silva, futuro Visconde de Magé, o batalhão do Imperador, corpo de escol vindo do Rio de Janeiro. Mas por seu lado recebe Madeira 2.500 homens de linha vindos de Portugal. Vê-se Labatut impotente para tomar a Bahia de assalto. Surgem ao mesmo tempo graves dissensões entre elle e a Junta Governativa da Cachoeira. Ninguem mais lhe supporta a grosseria, o despotismo, as graves falhas de character.

Entre os chefes independentes, dous dos mais notaveis havia, profundamente magoados, o Visconde de Pirajá e o Coronel Felisberto Gomes Caldeira. Do modo mais impolitico se houvera Labatut com os tres irmãos Pires de Carvalho e Albuquerque, sem attender a seus serviços extraordinarios á causa brasileira.

E no emtanto, era o proprio Imperador quem lhe indicava esta deferencia para com tão illustres patriotas. Querendo dar uma prova de sua solidariedade com os bahianos rebellados fizera-o de modo mais delicado e expressivo. A 1.º de dezembro de 1822, espontaneamente, escolhera para

primeiro titular do novo Imperio Antonio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, dando-lhe o titulo de Barão da Torre de Garcia de Avila «em attenção aos relevantes serviços por elle prestados com a maior honra, patriotismo, decidido enthusiasmo em bem do Estado e da gloriosa causa da Independencia e Constituição do Imperio», dizia a carta imperial.

Só dous annos mais tarde é que Pedro I escolheria o seu segundo titular: Lord Cochrane, a quem conferiu o marquezado do Maranhão, como se sabe.

Ia mal a causa brasileira, porém, prejudicada pelas dissensões entre os patriotas. E a Junta continuamente contrariava a Labatut.

A 1.º de maio de 1823 apparece Lord Cochrane com a sua esquadilha na costa bahiana. A 4, descobrindo a sotavento parte da esquadra portugueza do almirante Felix Campos, ataca-a sem demora, apesar da grande desproporção de forças.

Pratica prodigios, mas não sendo efficazmente auxiliado e vendo-se na imminencia de uma situação perigosa, com a ameaça de revolta dos numerosos artilheiros portuguezes, que tinha em sua esquadra, tem de retirar-se, causando, comtudo, grandes damnos ao inimigo. Isto mesmo só o faz quando vê o resto da esquadra de Felix de Campos pôr-se em movimento para o atacar.

Incute este rasgo de audacia do terrivel bretão enorme pavor aos portuguezes. Real desanimo os acomette ante a quasi temeridade do almirante agora ao serviço do novo Imperio americano, por inspiração do glorioso santista, que, ao lado de Pedro I, então governava o Brasil.

Reparando as avarias do combate de 4 de maio de 1823, em que perdera bastante gente, morta e ferida, mas onde percebera a fraqueza do adversario, que, diz Garcez

Palha nas suas excellentes «Ephemerides Navaes», adoptára a peor formatura, prepara-se Lord Cochrane para segundo ataque á esquadra lusitana.

Retira-se para o Morro de S. Paulo, onde substitue e reforça a sua artilharia. «A esquadra portugueza, tão superior em numero, diz Varnhagen, não se atrevia a acommetter a Cochrane; isto se explica pelo terror que inspirava só o nome deste almirante, e o receio que Felix de Campos tomara dos brulotes de que constava se propunha Cochrane a fazer uso». No dia 3 de maio assalto geral, por terra, e de reconhecimento.

O valor demonstrado pelos nossos e a escassez dos viveres na praça sitiada leva Madeira a convocar conselho de guerra especial.

O combate mais renhido ocorre na Conceição, ponto investido pelo Coronel Lima e Silva.

Dá-se então o desfecho da pendencia aberta entre Labatut, diversos dos seus officiaes e a Junta da Cachoeira. Lavrava fortissima a opposição ao general. Este continuamente excitado pelo seu secretario, o trefego e intrigante Cambucy do Valle, cada vez mais compromettia a sua situação. Uma conspiração surdiu para o depor; descoberta, fez Labatut ir a Conselho de Guerra os implicados, que foram sentenciados a morte, entre elles seu compatriota, Carlos Augusto Taunay, major do exercito brasileiro e veterano das campanhas de Napoleão.

Não se executou a sentença, devido á explosão do movimento contra o chefe do exercito independente, aliás useiro e veseiro em actos de crueldades, como a inutil e grande chacina de pretos prisioneiros, a 21 de novembro de 1822.

Como ordenasse a prisão do Coronel Felisberto Gomes Caldeira e a do Visconde de Pirajá, revoltaram-se os officiaes da brigada da esquerda, commandada por Caldeira, depondo

o general francez, remettido preso para o Rio de Janeiro. Penosa impressão causou o facto em toda a provincia da Bahia, mas a Junta nomeou commandante geral das forças o coronel Lima e Silva, á espera de decisão imperial.

Reinava, ao mesmo tempo, a maior desharmonia entre Madeira e o seu almirante, Felix de Campos.

Já nesta occasião lavrava verdadeira fome na cidade da Bahia, estrictamente bloqueada, soffrendo immenso a população brasileira, com a penuria de viveres e as privações de toda a especie.

A 22 de maio nova refrega entre uma pequena divisão de tres vasos brasileiros, e sete da divisão portugueza, que se retirou com a perda de um navio apresado pelo heroico, o temerario João das Botas.

Na noute de 12 para 13 de junho realisou Cochrane uma das maiores façanhas da sua vida cheia no emtanto dos lances mais aventureiros.

Penetra o almirante brasileiro, com o *Pedro I*, a *Piranga*, e a *Maria da Gloria*, por entre a esquadra portugueza e por um triz se apodera da sua capitanea a nao D. João VI. O vento, que de repente avolumou, impediu-lhe a realização deste feito arrojado.

« Este ultimo acto de audacia levou de todo o desalento á endurecida alma de Madeira, nota o Visconde de Porto Seguro. De então em diante não pensa mais senão em prevenir a retirada, e o abandono da cidade, para se reunir ás forças portuguezas do Maranhão. No Conselho de Guerra, de 30 de junho, trinta vogaes opinaram pelo abandono da praça e quatro, apenas, pela resistencia a todo o transe.

Assim pediu o general portuguez ao coronel Lima e Silva que lhe permittisse o embarque. Respondeu-lhe o chefe brasileiro falando-lhe em capitulação e preveniu a Cochrane do que se passava.

Tumultuariamente embarcaram os portuguezes, militares e civis, em 84 navios de guerra e mercantes que, a 2 de julho de 1823, puzeram-se ao largo.

Levavam seis mil homens de linha, montando uma artilharia de 698 canhões.

Perseguiu Cochrane a esquadra e ainda pôde aprisionar-lhe numerosos vasos. E tal a sua audacia que, a 4 de julho, por um triz escapou de perecer num combate desigual, isolado que se achou do resto de sua divisão.

Salvou-o, ainda, a indecisão da manobra inimiga. Ordenou então ao bravo Taylor que, com a *Nictheroy*, perseguisse o inimigo e aproou para o Maranhão.

Cumprindo as ordens do almirante, executou Taylor o famoso *raid* que o levou até a barra de Lisboa.

À 1 hora da tarde, de 2 de julho de 1823, entrava na cidade da Bahia o exercito brasileiro.

Ao lado dos soldados de linha e dos milicianos, figuravam os paisanos summariamente armados, indios munidos de arco e flecha, pretos das fazendas, arregimentados por seus senhores, etc.

Grande sensação despertou a passagem dos chamados batalhões da Torre, á testa das quaes marchava o primeiro chefe do exercito independente, o Coronel Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, victoriado como um dos maiores vultos a quem devia a Bahia a sua redempção.

A columna que neste dia occupou a cidade contava 9.515 homens, dos quaes 7.973 infantes, 1.298 artilheiros e 253 cavalleiros. Destes havia 7.072 bahianos, 1.344 praças vindas do Rio de Janeiro, 979 de Pernambuco e da Parahyba e 120 de Alagoas.

Já desde muito occupara o brigadeiro Souza Lima a ilha de Itaparica, á testa de 2.547 infantes e artilharia, alem dos 710 marinheiros da esquadilha de João das Botas.

Estava finda a gloriosa campanha bahiana de quasi treze mezes, que custara tantas vidas aos combatentes e ás populações civis, extremamente castigadas, sobretudo pelo bloqueio em S. Salvador.

Diz uma lenda, refere Borges de Barros eloquentemente, que, em 2 de julho de 1823, mão mysteriosa reaccendeu na torre solitaria do Castello o facho instituido ao tempo do segundo Garcia de Avila. Como na época das invasões estrangeiras seguiram-lhe os raios olhares inquietos, interrogando aos horizontes qual seria o novo inimigo que se avizinhava da costa. Pouco durou a anciosa expectativa, logo convertida em confortadora realidade.

O redivivo clarão que os despertava já não era um rebate de perigo, mas um pregão de victoria, não assignalava a investida, senão que a fuga do inimigo -- luz bemdita, arrancava das trevas para o deslumbramento de uma apothese, á fé, ao patriotismo e ao esforço dos brasileiros, o espectáculo, terradeiro quadro de uma pugna gloriosa, o espectáculo, das naus portuguezas, que se affastavam levando na desabalada carreira com os destroços do exercito vencido, as ultimas esperanças do dominador, para sempre expulso da terra do Cruzeiro. Brillhou pela ultima vez nessa apothese e apagou-se para sempre.

Estava constituida a Patria.

O velho Castello desde então entrou no silencio e nas sombras que são o destino final das cousas humanas».

Finda a guerra da Independencia mostraram os irmãos Pires de Carvalho e Albuquerque a que grau attingia o seu patriotismo desinteressado.

Enormes sacrificios lhes custara a libertação do solo bahiano. Estava o Visconde de Pirajá quasi arruinado, havendo disposto de seus bens em prol da causa nacional, e os demais com a fortuna muito compromettida.

Voltaram a trabalhar em suas terras e engenhos, dando por finda a sua missão, alheios ás ambições políticas, desejosos de imitar ao heroe romano do *ense et aratro*. Testemnhou-lhes D. Pedro I, em nome da nação, o apreço brasileiro.

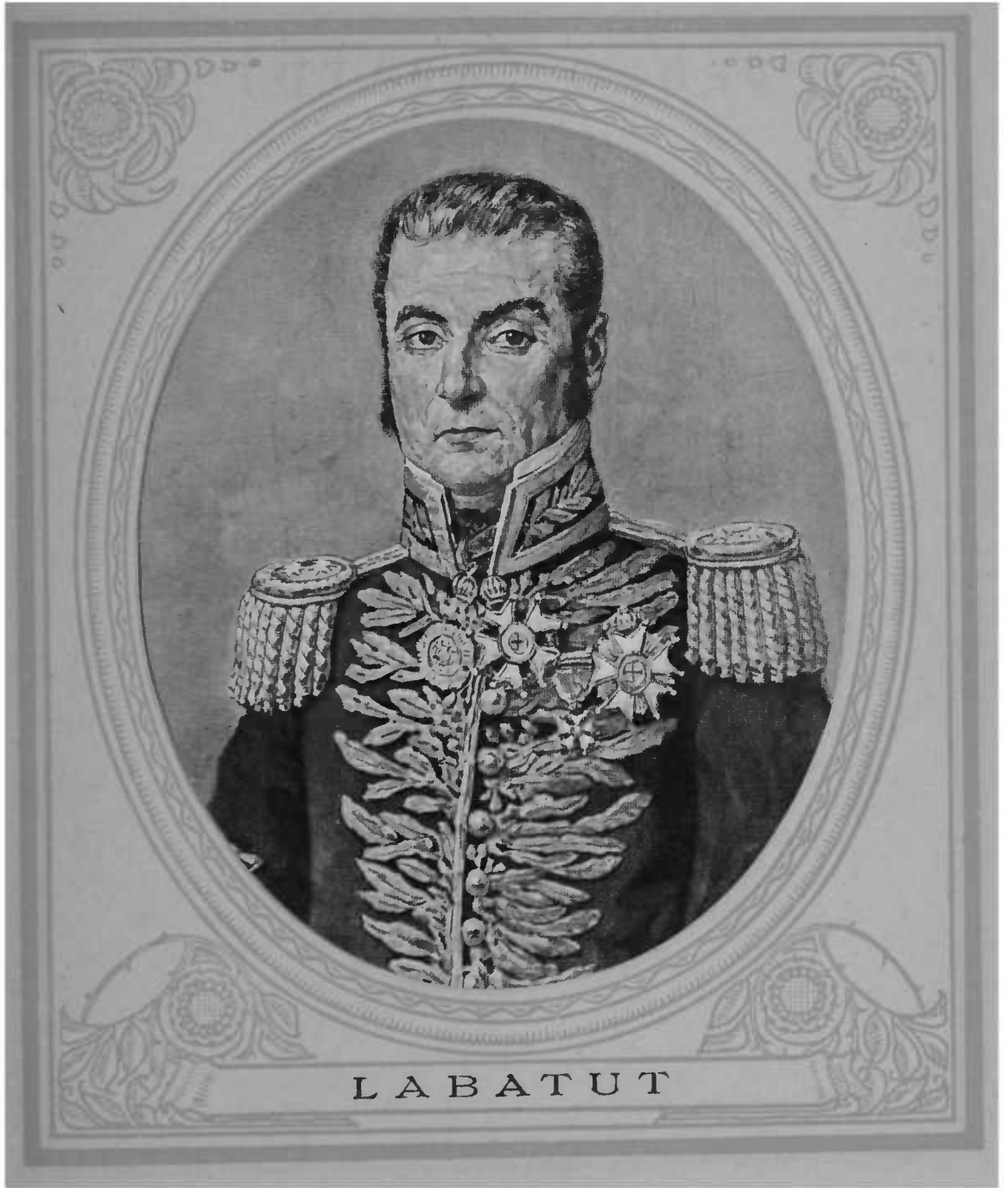
A 1.º de dezembro de 1824 creava Francisco Elesbão, Barão de Jaguaripe, a 5 de abril de 1826 Joaquim, o nosso biographado, Barão de Pirajá, elevando-o a Visconde a 12 de outubro do mesmo anno, no mesmo dia em que ao irmão, o Barão da Torre de Garcia d'Avila, elevava a Visconde do mesmo nome.

A Jaguaripe agraciou com as commendas do Cruzeiro e de Christo, ao Visconde da Torre com a commenda de Christo o officialato do Cruzeiro e nomeou Gentil Homem da Imperial Camara, a Pirajá fez dignitario da Rosa commendador de Christo e de Aviz, além de Gentil Homem da Imperial Camara.

De suas altas situações e prestigio da rememoração de seus grandes serviços poderiam facilmente os tres irmãos exigir elevadas posições na administração publica ou no parlamento. Preferiram seguir inclinações de temperamento voltando á vida antiga de *land-lords*, de grandes fidalgos como os seus antepassados maternos.

Inteiramente desambicioso contentou-se Pirajá em ser deputado á assembléa provincial da Bahia. Tal a reputação de bondade e inteireza de character que lhe cercava o nome que entre o povo do seu districto rural só lhe chamavam: o *santinho*.

Falleceu o Visconde de Pirajá a 29 de julho de 1848, o Visconde da Torre de Garcia d'Avila a 5 de dezembro de 1852 e o Barão de Jaguaripe a 4 de agosto de 1856, havendo portanto, durante longos annos, podido contemplar o desenvolvimento grandioso da nação para cujo surto de liberdade tanto haviam cooperado com o devotamento do patriotismo.



LABATUT

PEDRO LABATUT
17 - 1849



ão muito obscuros os primeiros annos de Pedro Labatut e seus biographos não elucidaram ainda as diversas peripecias que os assignalaram. E, facto interessante, são todos elles brasileiros; não nos consta que francez algum se haja, até agora, occupado da vida do general de nossa campanha da Independencia. Nenhum ha que lhe aponte o millesimo do nascimento, alguns o dizem nascido em Cannes como Rio Branco, e outros em Marselha. Serviu no exercito francez, fazendo ao que parece diversas campanhas napoleonicas, sobretudo na Hespanha. Ninguem conta como, e porque, deixou o serviço da França. Nem se fala como veio ter á America do Sul, onde, em 1812, estava na Nova Granada.

Dera-se em 1808, a revolução de Quito, ao se saber alli da invasão da Hespanha pelos francezes, e o impulso revolucionario tomara grande vulto em todo o vice-reino de Nova Granada. Revoltou-se Bogotá e organisaram-se juntas provisórias não só ahi como em Carthagená. Em 1810 pronunciaram-se Panamá e Santa Martha, pelo antigo regimen e a segunda não tardou a atacar Carthagená, cujo dictador Torrices entregou o commando das forças a Labatut, a quem Barros Arana na sua *Historia General de America* chama «aventurero francez».

Foi muito feliz o aventureiro. Bateu os hespanhoes realistas de Santa Martha, em diversos encontros, e apoderou-se de Guainaro, a 18 de novembro de 1812, onde tomou toda a artilharia e cinco embarcações. Recebendo reforços, marchou sobre Santa Martha de que fugiram os hespanhoes e que occupou a 6 de janeiro seguinte. Mas não tardou em desavir-se com outros chefes militares. Como Simão Bolivar, pouco an-

tes, emprehendesse a sua feliz campanha do alto Magdalena e, sem ordens suas, atacasse o forte de Teneriffe, de que se apossara a 23 de dezembro de 1812, tomando ainda Mompox, Ocaña e muitas localidades mais, seus triumphos «despertaran los celos de Labatut quien pidió el castigo del denodado militar que habia derrotado a los españoles sin ordenes para ello», commenta Barros Aranas ironicamente. Submettido a conselho de guerra alcançou estrondosa absolvição que sobremodo enfureceu o ciumento caudilho. Aos vencidos tratou Labatut com a maior dureza. A oppressão por elle exercida, continua o illustre historiador chileno, produziu um movimento reaccionario da provincia, cujos habitantes, aliados a uma tribu de indios, invadiram a cidade (5 de março de 1813), apresando as tropas da guarnição, emquanto Labatut conseguia fugir para Carthagená.

Confiou-lhe a junta desta cidade novo corpo de tropas com o qual marchou a reconquistar Santa Martha, sendo agora, porém, a 14 e 15 de agosto, completamente batido. Precisou retirar-se para a linha do Magdalena, afim de proteger a navegação deste grande rio.

Accusado da pratica de muitas arbitrariedades mandou o Governo que o coronel Carabaño o prendesse e depois o expulsou do paiz. Embarcou então para as Antilhas, de onde, segundo o Barão do Rio Branco, passou para a Cayenna.

Estava então a Guyanna em poder dos portuguezes que a haviam conquistado em 1808, como se sabe.

«De Cayenna, creio, diz o Rio Branco, seguiu para o Rio de Janeiro.» Parece que trazia alguns recursos, pois, segundo Virgilio Brigido na capital brasileira adquiriu propriedades e viveu com largueza.

Lembrou-se, com os acontecimentos da Independencia, de offerer os serviços a D. Pedro, então principe regente, e este lhe aceitou a proposta.

A 3 de julho, admittido no nosso exercito, com o posto de brigadeiro, foi a 9 do mesmo mez nomeado commandante da expedição destinada a soccorrer aos patriotas bahianos em lucta com as forças portuguezas de Madeira de Mello.

Partindo do Rio de Janeiro, na esquadra do chefe Rodrigo de Lamare, desembarcou em Alagoas, recebendo reforços pernambucanos, commandados pelo bravo José de Barros Falcão de Lacerda, atravessou o S. Francisco, obrigou Sergipe a reconhecer a autoridade do Principe e foi estabelecer o seu quartel general na Feira de Sant'Anna. Organizando as forças nacionaes conseguiu pôr em pé de guerra 5.000 homens e tratou de bloquear a Bahia, onde comtudo o seu adversario dispunha de 8.000 homens.

A 8 de novembro de 1822 travava-se o combate de Pirajá, em que derrotava os portuguezes e os obrigava a retirar. A 28 de dezembro dava geral assalto ás linhas de Madeira; na acção indecisa de Soledade, a 15 de fevereiro de 1823, ainda obtinha vantagens em Itapoan e Conceição. A 3 de maio tiroteiava com os portuguezes nos suburbios da Bahia, e a 20 do mesmo mez ainda tornava mais critica a situação dos sitiados.

Mas era Labatut violentissimo e frequentemente cruel. Desgostara a muitos officiaes e maltratara a outros tantos e a pessoas gradas da revolução bahiana, até ao illustre patriota Visconde de Pirajá, a quem mais tarde fez prender.

Depois de Pirajá fizera fuzilar numerosos pretos apriisionados aos portuguezes e surrar muitas pretas, crueldade que revoltou o exercito. «Facil de suggestionar-se era uma creança para os seus secretarios»; deixou-se sobretudo influir pelo seu auditor Dr. José Maria Cambucy do Valle, personagem que os patriotas detestavam, accusando-o de pessimismo character.

A Junta governativa de Cachoeira declarou desconhecer

em Labatut o governador das armas da provincia, mau grado a terminante declaração do governo imperial mantendo-o no mando supremo do exercito restaurador. Estava imminente a guerra civil entre os brasileiros.

Com a chegada da brigada do Coronel José Joaquim de Lima e Silva que trazia reforços do Rio, sobretudo o corpo de escol *Batalhão do Imperador*, quiz Labatut precipitar as operações pedindo á Junta da Cachoeira mais cinco mil homens para dar decisivo assalto á capital bahiana.

Chegara em aguas da provincia a esquadra de Lord Cochrane a cooperar com o exercito libertador no bloqueio, quando, no acampamento do general francez, surgiu uma conspiração para a sua destituição. Descoberta, prendeu os principaes conspiradores, mandando-os condemnar á morte. Seriam executados não fôra a subita revolta dos officiaes de um dos logares tenentes de Labatut, o Coronel Felisberto Gomes Caldeira, commandante da terceira brigada, a quem tambem mandara o general francez prender.

Foram Labatut e Cambucy presos e transportados para a villa de Maragogipe, por ordem da Junta. D'ahi seguiram para o Rio de Janeiro. Assumiu Lima e Silva o commando das tropas, e á sua testa realisou a entrada solenne, a 2 de julho de 1823, na Bahia, após a fuga da esquadra portugueza que levava para a Europa o exercito batido de Madeira.

«Soldado amestrado, mas inepto e malquisto commandante, sua brutalidade bem merecera taes ultrages e amarguras», diz Brigido.

No Rio passou por severo e longo Conselho de Guerra que o innocentou das enormes accusações que se lhe faziam, por sentença de 9 de fevereiro de 1824. Ficou, porém, sempre mal visto e soffreu repetidas demonstraões desta ogerisa dos chefes do exercito.

De 18 de julho de 24 em diante deram-lhe licenças sobre licenças, e afinal, a 5 de fevereiro de 1829, foi eliminado do quadro do exercito brasileiro e intimado a sahir do Brasil. Perseguiu tenazmente o rancor portuguez ao vencedor de Pirajá, que entre os mais fortes e pertinazes inimigos contava o Marechal Oliveira Alvares, muito querido ministro do primeiro Imperador.

Com a reacção nacionalista, que foi o 7 de abril, quatro dias após a abdicação de Pedro I, era reintegrado no mesmo posto de brigadeiro. Por acto de 7 de junho de 1832 foi Labatut encarregado de suffocar a revolta restauradora cearense, cujo chefe principal era o Coronel Pinto Madeira. A 23 de junho desembarcava na Fortaleza; pouco depois batia os rebeldes, recebendo a submissão de Pinto Madeira e de perto de mil de seus sequazes.

Tentou subtrahir o chefe rebelde ao odio furibundo de seus adversarios, mas baldou-se-lhe a tentativa. Sabe-se que soffreu Pinto Madeira a execução na villa do Crato.

Em abril de 33 estava Labatut de novo no Rio.

Em 2 de dezembro de 1839 era promovido a Marechal de campo, no anno seguinte nomeado commandante das forças da fronteira de S. Paulo, em observação contra os farrapos riograndenses. Mandaram que occupasse a região chamada de Cima da Serra e Vaccaria. Accusado de ineptia por não ter sabido cumprir o plano que lhe fôra fixado de rebater as columnas de David Canabarro e Bento Gonçalves para as visinhanças de Viamão e impedir-lhes a junccção, demittiram-no do commando da columna.

Regressando ao Rio de Janeiro teve de responder a Conselho de Guerra, que o absolveu. D'ahi em diante não teve mais commissões. « Retirou-se da scena inteiramente; já era um homem invalidado pela idade, molestias e trabalhos. »

Deixou o Rio de Janeiro e foi residir na Bahia, onde gozava de muito prestígio. Allí, a 24 de setembro de 1849, deixou de existir. Attendendo a um pedido seu trasladaram-lhe os ossos para a matriz do Pirajá, onde repousam numa especie de pequeno Pantheon.

«Bravo, tinha perfeito conhecimento da arte militar e era reconhecidamente illustrado», d'elle diz Maciel da Silva.

«Homem de fórmas agigantadas, corporatura fóra da craveira nacional, os pés excedendo as fórmãs do paiz, a voz dissonante e a expressão bastarda de um francez vasconso e de um portuguez saturado de columbiano», assim descreve Brígido a feição de Labatut.

Prestou incontestavelmente serviços de vulto á causa da independencia brasileira esse soldado de Napoleão emigrado ás terras americanas.



REBOUÇAS

ANTONIO PEREIRA REBOUÇAS
1798 - 1880



ilho legitimo de Gaspar Pereira Rebouças e D. Rita Basilia dos Santos, pessoas de condição humilde e sentimentos alevantados, nasceu Antonio Pereira Rebouças em Maragogipe, Bahia, a 10 de agosto de 1798. Com prodigiosa dedicação e o maior sacrificio procuraram os bons e pobres paes aproveitar-lhe a bella intelligencia, revelada desde os primeiros annos, e a dos dous irmãos José e Manuel Mauricio.

Já em 1814 trabalhava como escrevente de cartorio, estudando por si a jurisprudencia com o maior afinco. Dentro em pouco adquiria a fama de douto jurisperito.

Tomou o joven Rebouças a parte mais activa nos acontecimentos da Independencia. Elle e os irmãos alistaram-se para combater os portuguezes e participaram das operações de guerra que provocaram o desfecho de 2 de julho de 1823.

Com a sua clara intelligencia muito relevantemente serviu ainda Rebouças a causa brasileira como secretario da junta revolucionaria da Cachoeira.

Após a victoria, eleito pelos comprovincianos membro do governo, conselheiro geral da provincia e deputado á Assembléa Provincial, veio a figurar na Camara dos Deputados na segunda legislatura, em 1830.

Revelou-se logo parlamentar de pulso, valendo-lhe sobremaneira a grande erudição juridica alem da bella cultura.

Tornaram-se notados os seus discursos contra a pena de morte, e em prol das conquistas liberaes, assim como a dedicação e lealdade com que defendeu no infortunio a José Bonifacio, de quem era apaixonado admirador, e a Pedro I, cujo projecto de exilio perpetuo vivamente combateu. Vio-

lento opposicionista ao governo de Feijó, generosamente o defendeu após os acontecimentos de 42, quando o ex-regente vencido e preso chegou ao Rio de Janeiro. Era o homem das campanhas generosas e tal reputação de magnanimidade de espirito angariou que de differentes partes do Brasil recebeu as maiores demonstrações espontaneas de apreço. Assim uma vez o Collegio de Bananal, de S. Paulo, unanime, votou em seu nome numa eleição senatorial. Magna consagração de suas virtudes e dotes intellectuaes teve, porém, em 1847, dos seus collegas da Camara; representando elle então a provincia de Alagoas.

Por acto legislativo especial, attendendo ao seu fundo saber juridico, foi habilitado a exercer a advocacia em todo o Imperio, independente de provisão, como se fosse bacharel formado ou doutor em sciencias juridicas e sociaes.

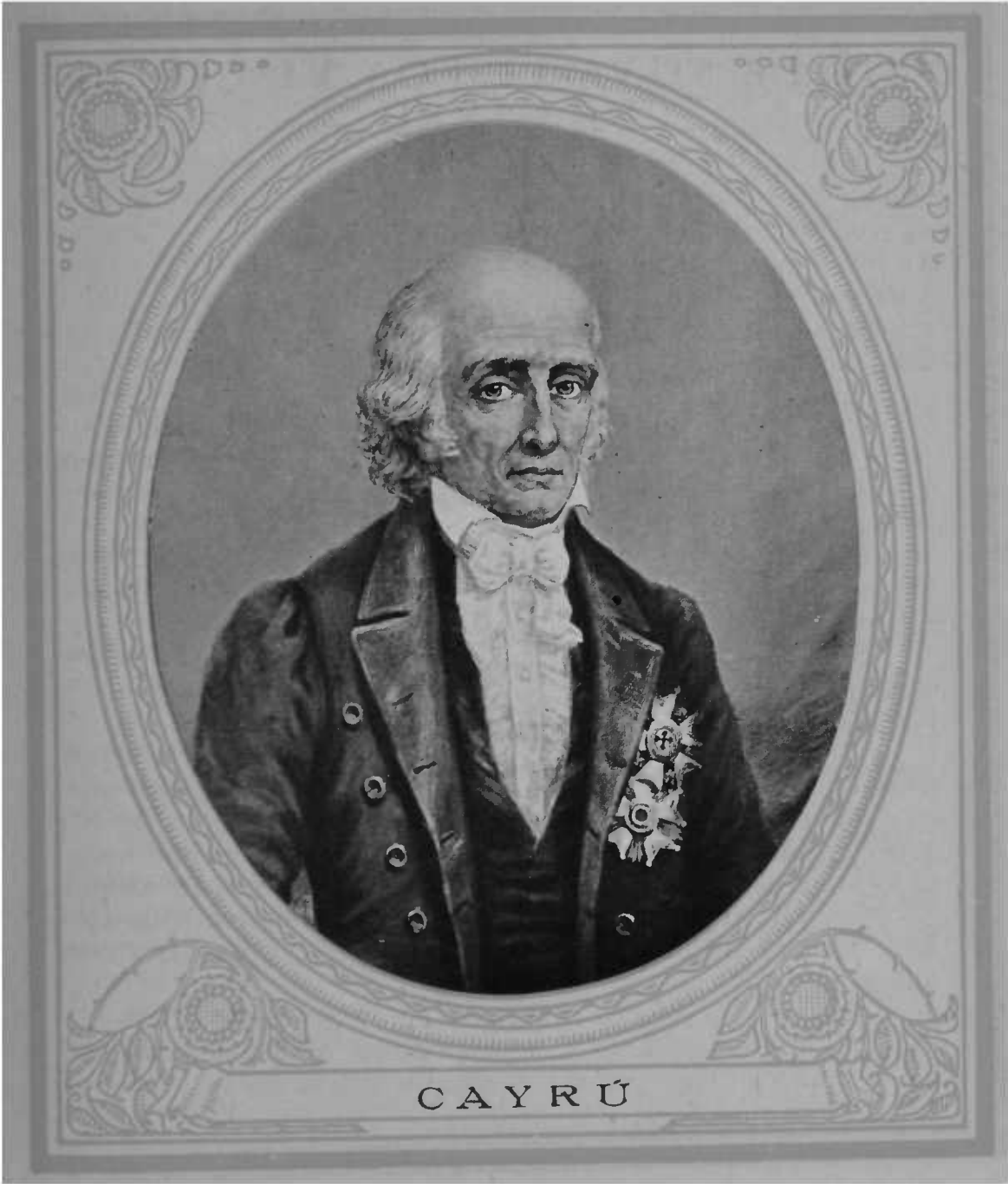
Official do Cruzeiro, pelos seus serviços á causa da Independencia, agraciou-o D. Pedro II com o titulo de Conselho em 1864.

Figurou ainda Rebouças na camara temporaria representando a Bahia na quinta legislatura e Alagoas na sexta (1843-1847).

Teve a fortuna de ver crescer varios filhos dignos de si, entre elles Antonio e sobretudo André Pereira Rebouças, que, se o não ultrapassou na nobreza dos sentimentos e na firmeza do character, mais alto se elevou pelas demonstrações absolutamente superiores da intelligencia e da philantropia.

Cego no fim da vida, revelou Antonio Pereira Rebouças nova face de sua nobre vida: a da resignação catholica com que aceitou tão dura provação.

Falleceu no Rio de Janeiro a 19 de junho de 1880 cercado de universal veneração e deixando uma das mais bellas reputações que jámais cercaram um homem.



CAYRÚ

JOSÉ DA SILVA LISBOA, VISCONDE
DE CAYRÚ
1756-1835



asceu na Bahia, a 16 de julho de 1756, e ahí fez brilhantes estudos humanísticos; formou-se em direito na Universidade de Coimbra em 1779. Foi algum tempo professor de grego e hebraico na Universidade de Coimbra e por perto de vinte annos leccionou philosophia e grego na Bahia. Escreveu numerosas obras juridicas e de economia politica, sendo o primeiro tratadista que em portuguez se occupou de direito mercantil. Á sua insistencia, á justeza e elevação de seus argumentos se deveu o decreto de D. João VI abrindo os portos do Brasil a todas as bandeiras, em 29 de janeiro de 1808, resolução que provocou verdadeiro furor dos portuguezes, chegando, dizem os seus biographos, a declarar certo personagem de alta posição: É réu de estado, e merece pena capital!

Defendeu as suas ideias com grande brilho num livro intitulado *Commercio Franco*, e veio a ser dos mais dedicados secretarios do movimento constitucionalista portuguez de 1820, e se a principio procurou conciliar portuguezes e brasileiros, no seu *Conciliador do Reino Unido*, mudou immediatamente de orientação depois dos successos de principios de 1821.

Demittiu-se do cargo de inspector geral dos estabelecimentos litterarios para não exercer o cargo de censor da imprensa que ardentemente se batia pelas ideias avançadas e a revolução constitucional, diz-nos Varnhagen na sua *Historia da Independencia*.

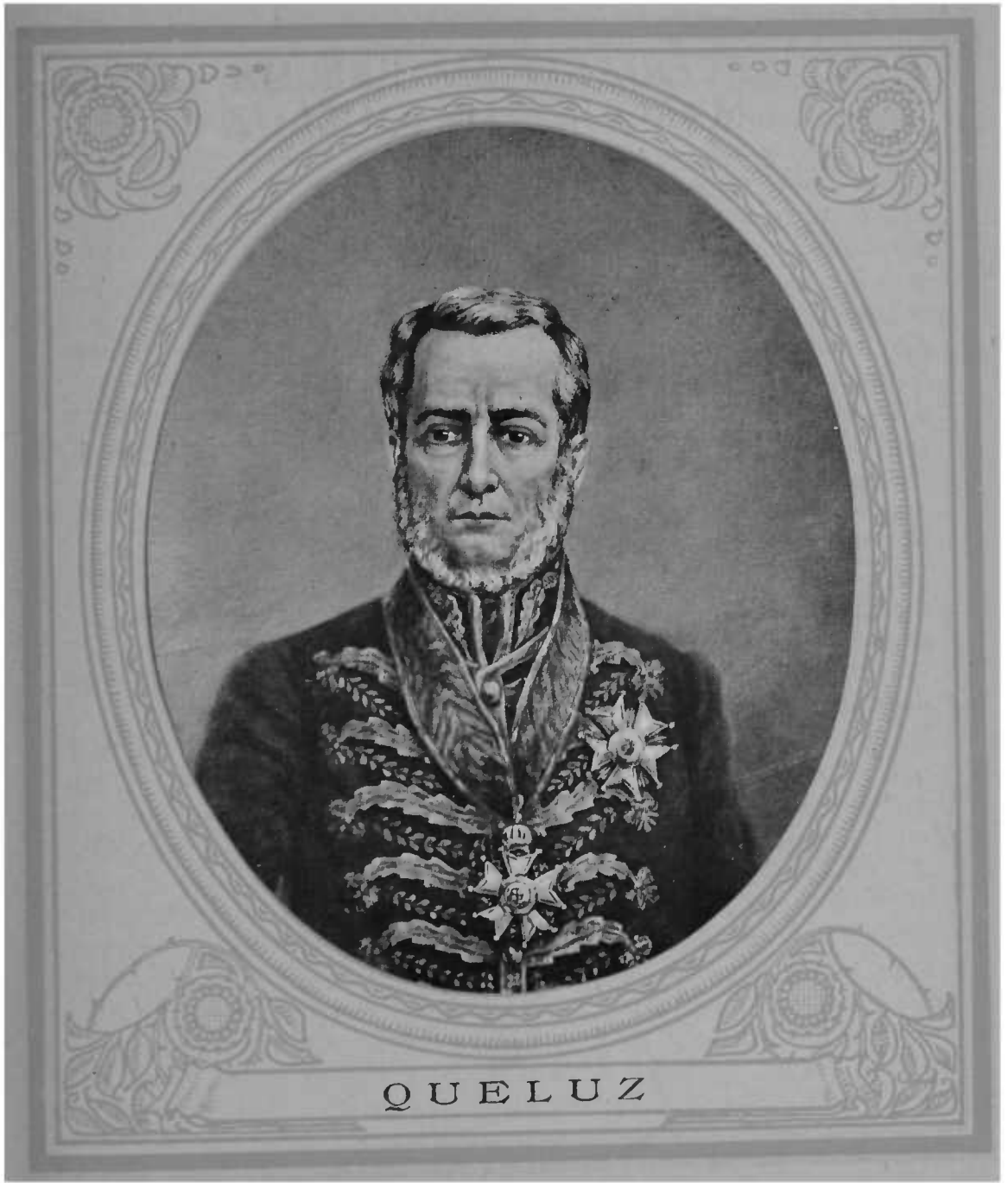
A scena do feroz espingardeamento por soldados portuguezes, dos eleitores brasileiros, a 21 de abril, no edificio da Praça do Commercio no Rio de Janeiro, d'elle fez ardoroso propagandista da Independencia. Na devassa aberta a tal

respeito citou-se o seu depoimento como dos mais patrióticos.

Quando o Príncipe D. Pedro se poz á frente do movimento revolucionario não hesitou um momento e principiou a combater com energia pela independencia da patria, escrevendo, entre outros livros um intitulado as *Reclamações do Brasil*, que produziu grande effeito, diz Pinheiro Chagas. A esta obra se seguiu outra não menos patriótica: *A causa do Brasil*. Deputado á Constituinte manifestou-se dos mais ardorosos defensores do constitucionalismo. Senador do Imperio em 1826, agraciado com o titulo de Visconde de Cayrú, representou sempre o mais elevado papel na primeira scena politica do paiz, vindo a fallecer no Rio de Janeiro, a 20 de agosto de 1835.

Sobre Cayrú são concordes todos os biographos em aponta-lo como o prototypo da integridade.

A grande intelligencia e ao bello character reunia os dotes de elevadissima cultura. Era certamente uma das mais notaveis mentalidades brasileiras e em qualquer scenario do mundo teriam sobresahido as características de sua personalidade illustre.



QUELUZ

JOÃO SEVERIANO MACIEL DA COSTA,
MARQUEZ DE QUELUZ
1769 - 1833



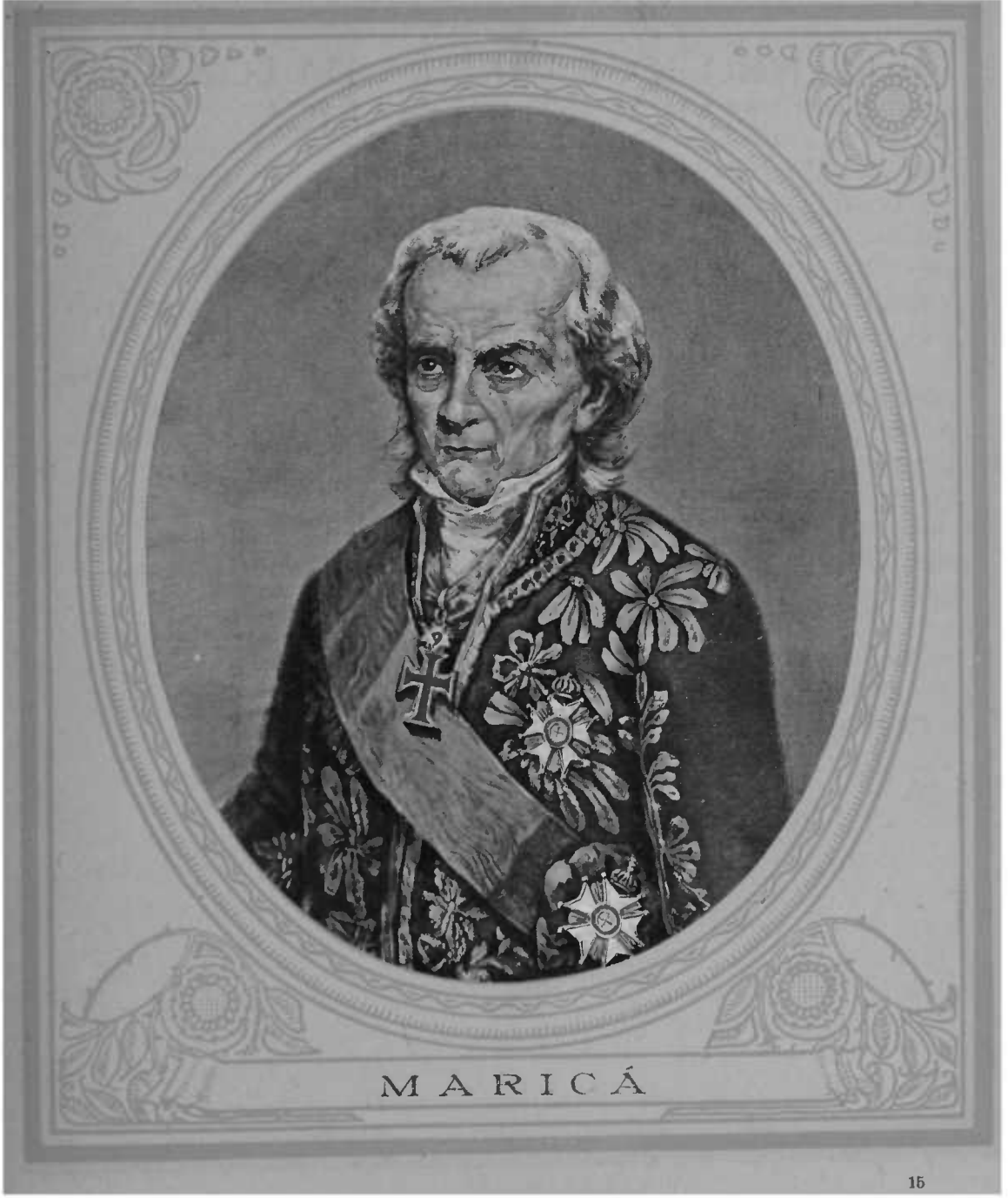
asceu em Minas Geraes (Marianna), em 1769. Era irmão de José Joaquim da Rocha, o ardoroso paladino da causa nacional, filiado ao grupo de Ledo, Frei Sampaio e Januario Barbosa.

Formou-se em Coimbra e seguiu a carreira de magistrado. Era em 1808 desembargador da Relação do Rio de Janeiro quando o nomeou D. João VI para governar a Guyana Franceza, cargo que exerceu de 1809 a 1817 com a maior elevação de vistas na opinião dos autores francezes como Vignel no seu *Coup d'ocil sur Cayenne*. Occupou-se em transplantar para o Brasil numerosos vegetaes uteis, entre os quaes, o cravo, a noz moscada, a fructa pão, e sobretudo a canna cayenna. Regressando ao Rio de Janeiro viu-se sempre acatado quanto possivel. Foi dos tres brasileiros que D. João VI mandou chamar ao paço a conselho sobre os acontecimentos revolucionarios de Portugal em 1820, conta-nos Varnhagen na sua *Historia da Independencia*.

Tomou logo uma attitude francamente anti lusitana. Foi-lhe geralmente attribuida a autoria de um folheto anonymo: « Devem, nas presentes circumstancias El-Rei e a familia real de Bragança, voltar para Portugal ou ficar no Brasil? », em que se concitava o rei a considerar o Brasil como cabeça da monarchia portugueza. Publicada no Rio de Janeiro em fevereiro de 1821 foi a obra attribuida a José Silvestre Pinheiro e a um tal Caille, que a redigira em francez. Crê-se que Pinheiro e Queluz foram os autores de tal livro. Provocou elle verdadeiro furor em Portugal e numerosas respostas violentissimas. Pouco depois propunha Villanova Portugal, então ministro, a D. João VI que nomeasse a João Severiano seu procurador perante as Côrtes portuguezas.

Tal, porém, a attitude liberal de Maciel da Costa que, a 3 de março de 1821, foi mandado preso por ordem de D. João VI, para a Ilha das Cobras, onde mais de um mez esteve, o que provocou enormes protestos. Reconciliado com D. João VI, partiu para Portugal com o Marquez de Barbacena, mas as Côrtes lhe prohibiram o desembarque. Voltou ao Brasil, onde foi um dos agentes da independencia do Imperio, assumindo papel proeminente nos successos da nossa Independencia, segundo escreve Barão do Rio Branco nas *Notas a Varnhagen*. Foi enviado á Bahia para pacificar a provincia, logo após a victoria de 2 de julho, alli procedendo com extraordinario criterio. Deputado á constituinte em 1823, senador do Imperio pela Parahyba do Norte em 1826, agraciado com os titulos de Visconde e Marquez de Queluz, ministro numerosas vezes, de D. Pedro I, representou eminente papel na politica do primeiro Imperio, sustentando no Senado as ideias liberaes. Fundador e redactor da Constituição Imperial, propugnou pela extincção do trafico africano.

Falleceu no Rio de Janeiro a 19 de novembro de 1833, deixando alta reputação de talento e patriotismo. Foi João Severiano Maciel da Costa, incontestavelmente, um dos mais notaveis brasileiros do seu tempo.



M A R I C Á

MARIANNO JOSÉ PEREIRA DA FONSECA,
MARQUEZ DE MARICÁ

1773 1848



ascido no Rio de Janeiro, em 18 de maio de 1773, filho de portuguez e de uma fluminense, estudou, de 1785 a 1788, no Real Collegio de Mafra; entrou neste anno na Universidade de Coimbra, onde, em 1792, se bacharelou em direito. Pretendia doutorar-se em medicina na Universidade de Edimburgo quando a morte do pae, em 1792, o obrigou a voltar ao Rio de Janeiro para arrecadar a sua herança. Chegando ao Brasil sobremodo desagradou aos governantes portuguezes a sua independencia de falar e agir, fazendo-se pregoeiro das ideias de liberdade e de brasileirismo e apologista das reformas nascidas da Revolução Franceza. Era então um dos membros mais prestigiosos de uma sociedade litteraria, cujas longas sessões nocturnas causavam apprehensões ao Vice-Rei Conde de Rezende. Assim mandou dissolve-la e violentamente encarcerou todos os seus membros, em numero de oito, «incommunica-veis, fazendo-se-lhes ao mesmo tempo apprehensão em todos os seus papeis e livros e sequestro em todos os seus bens devido ás praticas em que se engolfavam os mesmos homens seguindo as erradissimas maximas dos francezes nos artigos mais essenciaes e mais temiveis». (Officios do Vice-Rei á Côrte, 29 de dezembro de 1794 e 3 de junho de 1795). Dous annos e oito mezes esteve Maricá preso, incommunica-vel, em duro carcere.

Occupou depois com muita distincção diversos cargos publicos e era tido em 1821, ao alvorecer da independencia, como um dos brasileiros mais distinctos, intelligentes e instruidos, «dos mais eminentes», diz Varnhagen na sua *Historia da Independencia*.

Foi notavel a firmeza com que se houve por occasião do

espingardeamento, pela tropa portugueza, dos eleitores na Praça do Commercio no Rio de Janeiro, a 21 de abril de 1821.

«Em 1821 era Marianno da Fonseca já bastante conhecido como patriota e partidario das ideias da independencia para ser nomeado secretario da Junta Provisoria de nove membros, que o pronunciamento do Rio de Janeiro, a 5 de junho, impoz a D. Pedro e era perfeitamente uma junta revolucionaria», observa Pinheiro Chagas.

Assim com o maior entusiasmo recebeu os acontecimentos de 1822 e saudou a independencia brasileira.

Accresce ainda a circumstancia que fôra o mais votado dos membros da junta ao se proceder a eleição que a constituiria.

Já muitas vezes consultado sob D. João VI serviu como ministro de D. Pedro I em 1823; veio a ser Conselheiro de Estado e Senador do Imperio em 1826, Visconde e Marquez de Maricá.

Foi o mais notavel inspirador da Constituição do Imperio, que em grande parte é obra sua. Caravellas e elle foram, affirma Armitage, os vultos de maior merecimento da commissão relatora da Constituição, e os que realmente inspiraram o pacto fundamental da nação. Falleceu no Rio de Janeiro, a 16 de setembro de 1848, tendo sido sempre uma personalidade do maior relevo. Gozou sempre da mais justificada reputação de austeridade e inteireza de character. É o autor das tão conhecidas e apreciadas *Maximas*, onde ha grande fundo de sã philosophia. Constituem um bello padrão de mentalidade. Foi em seu tempo um dos nossos homens mais illustres, quer na politica, quer nas bellas lettras, delle disse Porto Alegre. Em seu genero não tem equal na lingua portugueza o seu livro de maximas, que «disputa a primasia, aos mais illustres de todos os tempos do mundo civilisado», na opinião de Macedo.

VULTOS DA INDEPENDENCIA BRASILEIRA



MOVIMENTO CONSTITUCIONALISTA AGITAÇÃO DE 1821-1822 CÔRTEZ DE LISBÔA

Philippe Alberto Patroni Martins Maciel Parente
José Marianno de Azeredo Coutinho
Marechal Joaquim de Oliveira Alvares
Tenente General José Manuel de Moraes
Antonio de Menezes Vasconcellos de Drummond
Conego Ildefonso Xavier Ferreira
Luiz Antonio May
Padre Francisco Agostinho Gomes
Antonio Manuel da Silva Bueno
Conselheiro Paulo Barbosa da Silva
Marquez de Quixeramobim
Marquez de Sabará
Marquez de Caravellas
Desembargador Francisco de França Miranda
Tenente General Lazaro José Gonçalves
José Ricardo da Costa de A. de Andrada
Visconde de Caeté
José de Rezende Costa
José Custodio Dias
Francisco Muniz Tavares
Barão de Piracicaba

LIBERTAÇÃO DA BAHIA

Chefe de divisão João Antonio de Oliveira Bottas
Coronel José de Barros Falcão de Lacerda
Visconde da Torre de Garcia d'Avila
Barão de Jaguaripe
Barão de Belém
Coronel José Garcia Pacheco
Brigadeiro Antonio de Souza Lima
Tenente General Visconde de Cahahyba
Coronel Felisberto Gomes Caldeira
Visconde de Monte Serrate
Visconde de Jequetinhonha
Tenente General Barão de Tramandahy
Dr. Antonio de Cerqueira Lima
Antonio José Duarte de Araujo Gondim
Brigadeiro Barão de Itapicurú de Cima
Barão de Itaporoca
Barão de Maragogipe
Barão do Rio de Contas
Bartholomeu Jacaré
Cypriano de Siqueira
Francisco Carneiro de Campos
Jacome Doria
João Pinheiro de Lemos
Coronel José Antonio da Silva Castro
José I. de Siqueira Bulcão
Frei José Maria Brayner
Corneta Luiz Lopes
Manoel Innocencio Pires de Camargo
Brigadeiro Manoel Pedro de Freitas Guimarães
Manoel José de Freitas
Marquez de Abrantes
Marechal de Campo Visconde de Camamú

ARMADA NACIONAL

Vice-Almirante Rodrigo A. de Moraes de Lamare
Vice-Almirante João Taylor
Vice-Almirante João Pascoe Grenfell
Vice-Almirante Theodoro de Beaurepaire
Chefe de divisão James Norton
Chefe de divisão David Jewett
Almirante Visconde do Cabo Frio
Vice-Almirante Tristão Pio dos Santos
Vice-Almirante Pedro Antonio Nunes
Almirante Conde de Souzel
Almirante Barão do Rio da Prata
Chefe de divisão Jacintho Roque de Senna Pereira
Almirante Diogo Jorge de Brito
Almirante Frederico Mariath
Vice-Almirante Miguel José de Oliveira Pinto

LIBERTAÇÃO DO PIAUHY E DO MARANHÃO

Visconde de Parnahyba
José Pereira Filgueiras
Brigadeiro Joaquim de Souza Martins
João Candido de Deus e Silva
Simplicio Dias da Silva
Tristão Gonçalves de Alencar Araripe
Pedro José da Costa Barros
Manoel P de Miranda Osorio
Luiz Rodrigues Chaves
Francisco Ignacio da Costa
Salvador Cardoso de Oliveira
José R. dos Passos Porbem Barbosa
Alexandre N. Pereira Nereu
Barão de Itapicurú Mirim

LIBERTAÇÃO DA CISPLATINA

Marechal Visconde da Laguna

Marechal João Chrysostomo Callado

Marechal Visconde de S. Gabriel

Tenente General Barão de Taquary

General Barão do Serro Largo

Tenente General Manoel Marques de Souza

Marechal de Campo Sebastião Barreto Pereira Pinto

As patentes attribuidas aos officiaes de mar e terra são as que attingiram e não as que em 1822 tinham. Assim tambem quanto aos titulos de conselho e nobiliarchicos, posteriores ao 7 de setembro.

INDICE

| | |
|---|-------------|
| Alexandre Thomaz Cochrane (Lord), Conde de Dundonald e Marquez do Maranhão | Pag. 149 |
| Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva | 51 |
| Antonio Pereira Rebouças | 209 |
| Cypriano José Barata de Almeida | 117 |
| Diogo Antonio Feijó | 121 |
| Domingos Alves Branco Muniz Barreto | 96 |
| Estevam Ribeiro de Rezende, Marquez de Valença | 139 |
| Felisberto Caldeira Brant Pontes, Marquez de Barbacena | 143 |
| Francisco de Paula Souza e Mello | 133 |
| Frei Francisco de Santa Thereza de Jesus Sampaio. | 71 |
| Hippolyto José da Costa Pereira Furtado de Mendonça | 107 |
| Januario da Cunha Barbosa | 79 |
| Joanna Angelica de Jesus | 159 |
| João Severiano Maciel da Costa, Marquez de Queluz | 217 |
| Joaquim Gonçalves Ledo. | 41 |
| Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, Visconde de Pirajá | 183 |
| Joaquim Xavier Curado, Conde de S. João das Duas Barras | 101 |
| José Bonifacio de Andrada e Silva | 19 |
| José Clemente Pereira | 85 |
| José Joaquim de Lima e Silva, Visconde de Magé | 167 |
| José Joaquim da Rocha | 65 |
| José Lino Coutinho | 127 |
| José da Silva Lisboa, Visconde de Cayrú. | 213 |

| | |
|--|-----|
| D. Leopoldina de Habsburgo, Imperatriz do Brasil | 35 |
| Luiz Pereira da Nobrega de Souza Coutinho. | 92 |
| Maria Quitéria de Jesus Medeiros | 171 |
| Marianno José Pereira da Fonseca, Marquez de Maricá. | 221 |
| Martim Francisco Ribeiro de Andrada. | 57 |
| Nicolau Pereira de Campos Vergueiro | 111 |
| D. Pedro I, Imperador do Brasil | 5 |
| Pedro Labatut | 201 |
| Vultos da Independencia Brasileira. | 225 |



COMP MELHORAMENTOS DE S. PAULO

WEISZFLOG IRMÃOS INCORPORADO

SÃO PAULO

Rua Libero Badaró. 80-96

Caixa Postal N. 436



RIO DE JANEIRO

Rua Buenos Aires. 40-42

Caixa Postal N. 1617

OBRAS DO VISCONDE DE TAUNAY:

| | |
|------------------------------------|--------|
| Recordações de Guerra e de Viagem. | 5\$000 |
| Ouro sobre Azul (romance) | 6\$000 |
| Viagens de Outrora | 5\$000 |
| Philologia e Critica | 5\$000 |
| Cartas da Campanha | 5\$000 |
| Trechos de minha vida | 6\$000 |

OBRAS DO DR. AFFONSO D' E. TAUNAY:

| | |
|--|---------|
| Chronica do tempo dos Philippes | 3\$000 |
| São Paulo nos Primeiros Annos | 4\$000 |
| São Paulo no Seculo XVI Piratininga | 5\$000 |
| Ensaios de Bibliographia (Luederwald, Hoehne, Hempel e Taunay) | 4\$000 |
| Memorias para a Historia da Capitania de S. Vicente, por Frei Gaspar da Madre de Deus (3. ^a ed.), com um estudo biographico do autor e notas por Affonso d' E. Taunay | 10\$000 |
| Na Era das Bandeiras | 5\$000 |
| Grandes Vultos da Independencia Brasileira. | 20\$000 |

120

